



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO IFS/SOCORRO SOB A
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL**

**ARACAJU, SE
2025**

MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO IFS/SOCORRO SOB A
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO INTEGRAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elza Ferreira Santos

ARACAJU, SE
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A554e Andrade, Maria Raimunda Santana.
Educação das relações étnico-raciais no IFS/Socorro sob a perspectiva da formação integral. / Maria Raimunda Santana Andrade. – Aracaju, 2025. 119f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientadora: Profa. Dra. Elza Ferreira Santos.

1. Educação étnico-racial . 2. Educação profissional e tecnológica. 3. Educação Antirracista. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Santos, Elza Ferreira. III. Título.

CDU: 37:323.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo -
CRB 5/1030

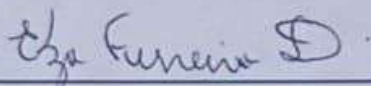
Maria Raimunda Santana Andrade

Educação das relações étnico-raciais no IFS/Socorro sob a perspectiva da formação integral

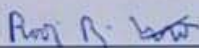
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 02 de Outubro de 2025.

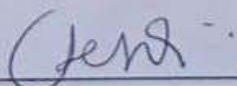
COMISSÃO EXAMINADORA



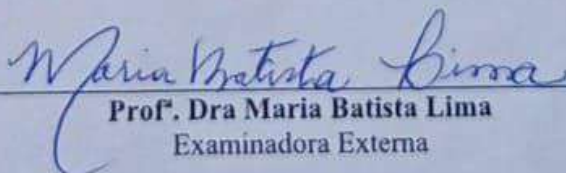
Prof.ª. Dr.ª. Elza Ferreira Santos
Orientador(a) – Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Rodrigo Bozi Ferrete
Examinador(a) Interno(a) - Instituto Federal de Sergipe



Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira
Examinador(a) Externo(a) - Instituto Federal de Sergipe,
Campus Estância.



Prof.ª. Dra Maria Batista Lima
Examinadora Externa

Maria Raimunda Santana Andrade

FALAS PRETAS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 02 de outubro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

ELZA FERREIRA SANTOS

Data: 28/11/2025 15:09:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Elza Ferreira Santos
Instituto Federal de Sergipe
Orientadora

Documento assinado digitalmente



RODRIGO BOZI FERRETE

Data: 19/11/2025 10:42:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Bozi Ferrete
Instituto Federal de Sergipe
Avaliador interno

Documento assinado digitalmente



ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA

Data: 22/11/2025 11:24:45-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira
Instituto Federal de Sergipe
Avaliador Externo

Documento assinado digitalmente



MARIA BATISTA LIMA

Data: 28/11/2025 13:42:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Maria Batista Lima
Universidade Federal de Sergipe
Avaliadora Externa

As minhas ancestrais espirituais: Eugênia Anna Santos (Obá Bii), Maria Bibiana do Espirito Santo (Oxum Muiuá) e Maria Stella de Azevedo Santos (Odé Kayodê), todas no orun. Mulheres potentes e Yalorixás sábias que foram grandes guardiãs dos mistérios sagrados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha espiritualidade que através da força motriz de Exu, Oxum, Oxóssi e Ibejis fortalecem minha cabeça (ori) para que eu me conduza na vida com equilíbrio, alegrias e acreditando em mim e que sonhos não envelhecem.

Agradeço aos nossos ancestrais negros que sempre lutaram desde que foram tirados das suas terras de forma violenta e aqui aportaram, e é por essas lutas que hoje faço parte de um aquilombamento chamado terreiro de candomblé e sou cuidada com as sabedorias que foram transmitidas ao longo da nossa história. Agradeço aos meus antepassados *in memoriam* minha mãe Josefa Batista de Santana e meu pai Raimundo Santos Andrade, que partiram para o Orun quando ainda era criança e depois adolescente, e sei que olham por mim e que estão orgulhosos do ser humano e mulher que me tornei.

Agradeço ao companheiro Fábio da Rocha com quem compartilho sonhos, projetos e afetos, que me incentiva a estudar e lutar pelos meus sonhos e projetos, me escuta, opina e caminha comigo nas estradas da vida, inclusive fazer o mestrado foi possível graças ao seu olhar atento aos editais.

Agradeço a minha família: aos irmãos Selma e Raimundo, aos sobrinhos Bárbara e Kaique Luan e aos sobrinhos netos Clara Mirelly, Yuri Miguel e Maitê, que através da nossa convivência a vida fica mais leve. Ao meu filho amado Layó e meu neto Ravi Guaracy que com suas presenças, carinhos e sorrisos, a vida é danada de boa.

Agradeço profundamente a minha orientadora Dra Elza Ferreira Santos, profissional competente e compromissada, que me conduziu através de suas orientações com leveza e cuidados.

Aos meus colegas de mestrado pelo companheirismo e parcerias, turma bacana que todos se ajudavam, gostei bastante das nossas trocas e convívios e em especial às amigas Luci, Milena e Rachel parceiras generosas que a todo momento a gente se ajudava e se acolhia nas horas difíceis.

Agradeço a todos os servidores que fazem parte do IFS Campus Socorro pela acolhida e prontidão em ajudar em tudo que foi necessário para a pesquisa ocorrer, sempre prontos a contribuir. Ao Diretor Geral, Sr. Franco, aos docentes que estiveram presentes e em especial aos discentes que participaram dessa pesquisa, obrigada.

Agradeço a todos os docentes pelas aprendizagens e aos servidores do Profept/SE.

À banca examinadora: Prof. Dr. Alexandre Santos de Oliveira, Prof^a Dra. Maria Batista Lima e ao Prof. Dr. Rodrigo Bozi Ferrete por suas contribuições valiosas.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe/FAPITEC/SE, pelo financiamento da presente pesquisa através de bolsa oriunda do edital nº 03/2023.

A conclusão do meu mestrado é uma conquista e também um sonho realizado, que pensei que nunca iria trilhar esse caminho, devido à minha história de vida onde os estudos ocorreram de forma tão difícil. Agradeço ao Movimento Negro que me educou não somente nas questões étnico- raciais, mas me transformou em outro ser, de forma lenta mas contínua. Agradeço aos amigos e irmãos Laila, Marina e Robson e Dr. Evanilson por acreditarem em uma educação antirracista e, por isso, a luta continua até que um dia esse projeto se torne real e outras lutas virão.

OKE ARÔ

MAGIA NEGRA

Magia negra era o Pelé jogando, Cartola compondo, Milton cantando. Magia negra é o poema de Castro Alves, o samba de Jovelina...

Magia negra é Djavan, Emicida, Mano Brow, Thalma de Freitas, Simonal. Magia negra é Drogba, Fela kuti, Jam

Magia negra é dona Edith recitando no Sarau da Cooperifa. Carolina de Jesus é pura magia negra. Garrincha tinha 2 pernas mágicas e negras James Brown. Milton Santos é pura magia. Não posso ouvir a palavra magia negra que me transformo num dragão.

Michael Jackson e Jordan é magia negra. Cafu, Milton Gonçalves, Dona Ivone Lara, Jeferson De, Robinho, Daiane dos Santos é magia negra.

Fabiana Cozza, Machado de Assis, James Baldwin, Alice Walker, Nelson Mandela, Tupac, isso é o que chamo de magia negra.

Magia negra é Malcon X. Martin Luther King, Mussum, Zumbi, João Antônio, Candeia e Paulinho da Viola. Usain Bolt, Elza Soares, Sarah Vaughan, Billy Holliday e Nina Simone é magia mais do que negra.

Eu faço magia negra quando danço Fundo de Quintal e Bob

Marley. Cruz e Souza, Zózimo, Spike Lee, tudo é magia negra neles. Umoja, Espirito de Zumbi, Afro

Kotaban...

É mestre Bimba, é Vai-Vai é Mangueira todas as escolas transformando quartas-feira de cinza em alegria de primeira. Magia negra é Sabotage, MV Bill, Anderson Silva e Solano Trindade. Pepetela, Ondjaki, Ana Paula Taveres, João Mello...

Magia negra. Magia negra são os brancos que são solidários na luta contra o racismo. Magia negra é o RAP, O Samba, o Blues, o Rock, Hip Hop de Africabambaataa. Magia negra é magia que não acaba mais.

É isso e mais um monte de coisa que é magia negra.

O resto é feitiço racista.

Autor: Sergio Vaz

Fonte: Colecionador de pedra

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfPT), na linha de pesquisa Práticas Educativas e macroprojeto 2 – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPTe e se propôs a analisar como a educação das relações étnico-raciais, preconizada pela Lei 10.639/2003, faz-se presente no currículo e na práxis pedagógica do curso técnico em Sistemas de Energia Renovável do IFS- Campus Socorro. E como objetivos específicos, investigar como as políticas das relações étnico- raciais são implementadas na comunidade escolar do IFS – Campus Socorro, e destacar a importância da educação étnico-racial no ensino médio integrado junto à comunidade escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e explicativa. O procedimento foi da pesquisa-ação utilizando a observação participante com o emprego de diário de campo. O contexto da pesquisa foi no Campus Socorro/IFS e os participantes foram os discentes do curso técnico de nível médio integrado em Sistemas de Energia Renovável. A coleta dos dados foi realizada através das rodas de conversas e participação em dois eventos com observação participante, como também através de pesquisa bibliográfica e análise documental. Para a análise dos dados foi utilizado o materialismo histórico dialético, em que o conhecimento resulta na práxis que é a relação entre teoria e prática e que tem como função a ação para a transformação. Os resultados da pesquisa evidenciaram a ocorrência da presença de práticas pedagógicas da educação das relações étnico- raciais, contudo de forma pontual, isolada e fragmentada. Ainda persistem entraves, desafios e resistências para a implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Profissional e Tecnológica do Ensino Médio Integrado da Instituição pesquisada. Os resultados obtidos através da pesquisa contribuíram para a elaboração do produto educacional, uma cartilha denominada Rodas de Conversas – Falas Pretas, abordando temáticas da cultura afro-brasileira. E assim, pretende-se que essa pesquisa contribua com uma educação antirracista e inclusiva, onde a diversidade seja contemplada com práticas pedagógicas que abordem contribuições, lutas, resistências e histórias do povo negro de forma positiva, contribuindo assim para a superação do racismo.

Palavras-chave: Educação étnico-racial; Práxis pedagógica; Lei 10.639/2003; Educação Profissional e Tecnológica

ABSTRACT

This research was developed within the scope of the Graduate Program in Professional and Technological Education (ProfPT), within the research line Educational Practices and Macroproject 2 – Inclusion and Diversity in Formal and Informal Educational Spaces at EPTe. It aimed to analyze how the education of ethnic-racial relations, recommended by Law 10.639/2003, is present in the curriculum and pedagogical practice of the technical course in Renewable Energy Systems at IFS- Socorro Campus. The specific objectives are to investigate how ethnic-racial relations policies are implemented within the school community at IFS-Socorro Campus and to highlight the importance of ethnic-racial education in high school integrated with the school community. This is a qualitative, descriptive and explanatory study. The procedure was action research, utilizing participant observation and a field diary. The research took place at the Socorro/IFS Campus, and the participants were students of the integrated secondary technical course in Renewable Energy Systems. Data collection was conducted through discussion groups and participation in two events with participant observation, as well as through bibliographic research and document analysis. Dialectical historical materialism was used for data analysis, in which knowledge results in praxis, which is the relationship between theory and practice and whose function is action for transformation. The research results highlighted the presence of pedagogical practices in the education of ethnic-racial relations, albeit in a specific, isolated, and fragmented manner. Furthermore, obstacles, challenges, and resistance to the implementation of Law 10.639/2003 in the Professional and Technological Education of the integrated secondary education system at the institution under study persist. The results obtained through the research contributed to the development of the educational product, a booklet called "Conversation Circles – Falas Pretas" (Conversation Circles – Black Speeches), addressing themes of Afro-Brazilian culture. Thus, it is intended that this research contributes to an anti-racist and inclusive education, where diversity is contemplated with pedagogical practices that address the contributions, struggles, resistance and stories of Black people in a positive way, thus contributing to overcoming racism.

Keywords: Ethnic-racial education; Pedagogical praxis; Law 10.639/2003; Professional and Technological Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as

DCNPERER – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

FABITEC – Fundação de Apoio a Pesquisa e a Inovação Tecnológica de Sergipe FNDEB – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IFS – Instituto Federal de Sergipe LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial MNU – Movimento Negro Unificado

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPPC – Projeto Político Pedagógico do Curso de Energia Renováveis PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ROA – Regulamento de Organização Acadêmica

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 O QUE É O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONCEPÇÕES E LUTAS	19
2.2 CONTEXTUALIZANDO O ENTENDIMENTO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL COM ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS	23
2.3 DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	28
2.3.1 Raça e Educação.....	29
2.3.2 Raça e Trabalho	33
3 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	42
3.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO DO TRABALHO EM UM PAÍS MARCADO POR UMA HERANÇA ESCRAVOCRATA.	45
3.2 ESTADO DA ARTE SOBRE A LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA PERSPECTIVA DE UMA FORMAÇÃO INTEGRAL	50
4 METODOLOGIA.....	62
4.1 LOCAL DA PESQUISA	64
4.2 SUJEITOS DA PESQUISA	65
4.3 ETAPAS DA PESQUISA	66
4.4 O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI.....	68
4.5 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E O LUGAR DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	71
5 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	74
5.1 A EXPOSIÇÃO PENSADORAS NEGRAS.....	74
5.2 AS RODAS DE CONVERSAS	75
5.2.1 Primeira roda de conversas – Falas Pretas –Movimento de Mulheres Negras e a Auto- Organização de Mulheres Negras Rejane Maria	76
5.2.2 Segunda Roda de Conversas – Falas Pretas: O Racismo como estratégia de produção de Ausências.....	84
5.2.3 Terceira Roda de Conversas – Cabelo Crespo – Símbolo de Identidade	93
5.2.4 Quarta roda de conversas – falas pretas – o que é uma educação antirracista e as conquistas do movimento negro.....	102
6 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO IFS/CAMPUS/SOCORRO NO NOVEMBRO NEGRO EM 2024	112
7 PRODUTO EDUCACIONAL.....	119
7.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	120
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXO A – PB-PARECER CONSUBSTANCIADO CEP 7087579	139
ANEXO B – QUESTIONÁRIO VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	144

1 INTRODUÇÃO

Há uma máxima propagada nos movimentos negros no Brasil afirmando que: “Existe uma história do povo negro sem o Brasil, mas não do Brasil sem o povo negro” (Garcia *apud* Leite, 2015, p. 10).

Diante desta afirmativa, é possível inferir que não será possível estudar, pesquisar e analisar diversas questões ou problemáticas nas perspectivas histórica, econômica, social e educacional em que o povo negro não esteja também presente nessas discussões. Assim, pretendo, nesta introdução, apresentar algumas questões sobre os porquês da invisibilidade, da não inserção do povo negro em um lugar na história do Brasil, sobretudo na educação, desvelando sua importância enquanto sujeitos que deixaram marcas indeléveis na economia e na formação cultural deste país.

O debate da educação das relações étnico-raciais é imprescindível na formação educacional desde a mais tenra idade, abrangendo a educação infantil até os níveis seguintes da educação básica e superior. Esta afirmativa está baseada na história do nosso país com um passado escravocrata e que se constituiu com diversas políticas de exclusão do povo negro, contudo é impossível justificar essas desigualdades somente do que ocorreu no passado. Um olhar mais atento e crítico em relação aos diversos espaços sociais, principalmente de poder, é possível verificar a ausência da população negra. Essa ausência não é oriunda da máxima neoliberal, que você pode conseguir ser o que deseja, bastando para isso querer e se esforçar. Essa ausência é fruto do racismo que permeou e construiu as bases para que a população negra fosse alijada desses espaços. Racismo entendido como:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio dos sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é por um lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (Gomes, 2005, p. 52).

Para Ribeiro (2019), essa ausência em espaços de poder e decisões contribuem para que as desigualdades raciais e sociais se perpetuem. Essas discussões e ações das relações étnico raciais são importantes para a população negra, como também para todos os segmentos sociais, afinal é preciso lutar para que políticas públicas sejam pensadas e implementadas para contribuir para a promoção da igualdade racial em todos os espaços sociais, principalmente, na educação. A população negra, desde a infância, se depara com diversos estigmas, preconceitos,

discriminações. E esses estigmas a acompanham da infância à vida adulta, construindo assim uma identidade conflituosa, de mal-estar. Sobre a construção dessa identidade, Gomes afirma que,

Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social (Gomes, 2010, p. 98).

Inclusive, há estudos que discutem o racismo como um desencadeador de doenças diversas, no ambiente de trabalho ou também pela ausência de trabalho.

Apresento alguns dados referentes à situação de desigualdades no mercado do trabalho para negros/pardos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua-PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018: cerca dois terços (66%) dos 6,6 milhões de subocupados por insuficiência de horas trabalham menos de 40 horas semanais, a diferença entre a taxa de desocupação dessa população (pretos/pardos) com maior patamar em 2018 com 14,1% e 9% para brancos; os brancos ganhavam 73,9% a mais que pretos e pardos. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada em atividades com menores rendimentos: Agropecuária (60,8%), Construção (62,6%), Serviços Domésticos (65%), na informalidade com 47,3% contra 34% dos brancos. Desocupação de pretos (11,3%) e pardos (10,1%) está acima da média nacional, e brancos é de 6,8%.

A maior taxa de desocupação entre mulheres e entre pessoas de cor preta e parda é um padrão estrutural do Brasil que a pesquisa acaba refletindo. Essas populações também estão sobrerrepresentadas na informalidade, se comparadas aos homens e às pessoas de cor branca” (Brito apud Abdala, 2023).

No mercado de trabalho, segundos os dados acima, a população negra e parda são as mais afetadas. No ambiente de trabalho sofrem diversos impactos oriundos do racismo que atingem a saúde física e mental dessa população, como injúria racial e assédio moral.

No âmbito da educação, a população negra e parda também é sub-representada, mesmo diante de algumas conquistas. Uma representação efetiva através dos currículos e práticas pedagógicas contribuiriam para a construção de uma igualdade racial. Mas, diante da realidade brasileira, é possível destacar dados e informações sobre a situação de alguns segmentos do povo negro na educação, como analfabetismo e abandono escolar. Sobre o analfabetismo de jovens de 15 anos ou mais, de acordo com dados de análise da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/PNAD/Educação/2022, “no Brasil, em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 ou mais anos de idade analfabetas, 3,4% de cor branca e o percentual que se eleva para 7,4% entre pessoas de cor preta ou parda”. Em relação ao abandono escolar, a mesma pesquisa faz o seguinte destaque:

Levando-se em consideração todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do país, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, aproximadamente 18% não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a ter frequentado. Nesta situação, portanto, havia 9,5 milhões de jovens, dentre os quais 58,88 homens e 41,2 mulheres. Considerando-se a cor ou raça, 27,9% eram brancos e 70,9 pretos ou pardos (IBGE, 2022, p. 9).

Diante das desigualdades como realidade da maioria da população negra, é importante refletir sobre o racismo como estruturante na sociedade brasileira, e propor práticas pedagógicas antirracistas na educação e consequentemente na sociedade.

Dos vários motivos que me impulsionaram a esta pesquisa, um deles foi minha participação, no final dos anos oitenta, em um grupo do Movimento Negro denominado União dos Negros de Aracaju. O objetivo do grupo consistia em discussões e leituras sobre o racismo, preconceitos, discriminações, propostas de palestras e ações em escolas de Aracaju, além da participação dessas discussões em encontros nacionais. No início, e por certo tempo, não tinha conhecimentos, nem leituras; era um olhar vago sobre essas questões, não entendia a sociedade com divisões de classe, raça, gênero e outras questões. Aos poucos fui construindo um letramento racial e leituras de mundo. Fui entendendo como a questão racial perpassa todos os diversos problemas sociais, econômicos e culturais existentes na sociedade brasileira. E foi a partir daí que compreendi que as questões étnico-raciais são de grande relevância para se compreender o nosso país e os diversos papéis sociais que ocupam a população negra em relação a outros grupos da população.

Foi através do Movimento Negro que iniciei a minha educação sobre as relações étnico-raciais e fui me transformando também. Comecei a enxergar e perceber a ausência da população negra em lugares de destaque social e compreender quais as questões dessa exclusão. Quando aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (entrei no segundo semestre de 2009 e me formei em fevereiro de 2018), também percebia e questionava meus professores da ausência desses debates no currículo do curso, nas referências bibliográficas, ausência de pesquisadores e intelectuais negros também era constatada. Afinal, as quotas foram uma conquista do povo negro e estavam presentes nas Universidades, e em nossa formação acadêmica não havia nenhuma discussão nesse sentido. Como professora e educadora promovi

leituras através da literatura infantil onde os protagonistas são negros e promovem a cultura negra nos seus aspectos antirracistas. Tive essas iniciativas em duas escolas municipais onde participei de eventos via contação de histórias. No meu TCC, abordei essas questões no projeto denominado “A Cor da Cultura” e participei de cursos de formação com a temática da educação étnico-racial e sou uma estudiosa dessa temática.

Sou filha de uma instituição religiosa que é um terreiro de candomblé denominado Centro de Promoção e Desenvolvimento Sustentável Oxogum Lade, que fica localizado na zona rural de São Cristóvão, no povoado Caípe Velho, fundado institucionalmente em 2000. Estou no terreiro desde março de 2002, ou seja, há 23 anos e sou uma adosu (lê-se adoxu) – pessoa iniciada na religião e sou filha dos orixás Oxossi e Oxum, que orientam minha cabeça e conduzem a minha existência e espiritualidade.

O Babalase (pai de santo) é o Sr. Reginaldo Daniel Flores, com o nome religioso de Ogum Toorikpe, que foi iniciado pela Yalorixá Maria Stella de Azevedo Santos (Odé Kayodê), que comandou o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá de 1976 até 2018 (ano do seu falecimento), e tenho o privilégio de ser a sua neta. O Ilê Opô Afonjá está localizado no bairro do Cabula, em Salvador/Ba.

Sou também mãe de um jovem adulto com o nome de Layó Andrade de Souza (Layó é um nome de origem africana da língua yorubá que significa alegrias) um homem negro, que inclusive é o Ogã Alagbê do terreiro (que é o responsável em tocar e comandar os atabaques). Como mãe de um filho negro, já vivi grandes agonias e angústias, pois tinha alguns medos e entre esses medos, eram os das ações policiais que, no geral, ao abordar jovens negros, o racismo impera e ocorrem violências. E por ironia ou não do destino, hoje meu filho é policial no Estado da Bahia. Inclusive, sempre converso com ele para nunca esquecer que é preto, pobre e da periferia, que fique atento às suas ações no seu trabalho, mesmo sabendo que as ações não são só individuais, mas da própria estrutura do sistema policial.

Meu companheiro também é filho do terreiro há mais de 26 anos, exercendo um cargo de grande relevância que é o Babalossayin – aquele que é o responsável pelas folhas sagradas. No terreiro, além da função religiosa, também se realizam ações civis, como o Ponto de Cultura e já participamos de alguns editais desenvolvendo atividades de dança, seminários, ações na área da saúde e também contação de histórias infantis com literatura negra, através de uma parceria da Secretaria de Educação da Cidade de São Cristóvão e o Terreiro Oxogunlade em uma escola no conjunto Rosa Elze, que participei como contadora de histórias. Então, a minha vida é conduzida por valores e princípios que norteiam a cultura negra. Como docente, educadora e cidadã, tenho como bandeira de luta a defesa de uma educação antirracista, que

combata o racismo e preconceitos, promovendo uma educação cujas diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

Por isso, a relevância na pesquisa das relações étnico-raciais na educação e principalmente na educação profissional pode contribuir para desmistificar como o racismo opera no universo do trabalho, na sociedade e no espaço escolar, e assim promover reflexões, planejamento e construção de um projeto de educação antirracista, que contribua para se efetivar os princípios da igualdade, respeito no convívio da diversidade humana. Pois é nessa direção que o Ensino Médio Integrado defende uma educação cujos princípios de formação orientem os alunos para os conceitos da omnilateralidade, da politécnica, ao princípio educativo do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia, contribuindo para a formação do indivíduo na sua integralidade e inteireza.

A relevância dessa pesquisa pode contribuir para um projeto de educação das relações étnico-raciais a se concretizar na educação profissional, através da Lei 10.639/2003, e indicar caminhos nessa direção. Possibilitar o conhecimento da história da população negra e africana, através das suas lutas, conquistas e contribuições para a formação econômica, social e cultural do nosso país. Essas histórias que foram e ainda são silenciadas e negadas na nossa educação, após a alteração da Lei 9.394/16 que estabelecia as diretrizes curriculares nacionais, poderão contribuir para romper com esse silenciamento. E com isso descolonizar os currículos na educação, afinal o currículo se constitui em um espaço de disputas do que deve ou não contribuir para a formação dos sujeitos. A sociedade contemporânea e o universo do trabalho imbuídos de grandes contradições, a educação (ou a instituição) precisa formar cidadãos que, além de dominar os conhecimentos técnico-científicos da área de formação, seja um sujeito conhecedor de direitos, com uma formação de sua identidade fortalecida, assim poderá exercer sua cidadania de forma plena e integral.

Com base na literatura referente à educação das relações étnico raciais, há uma grande produção de pesquisas e conhecimentos construídos inclusive por pesquisadoras e pesquisadores negros, acredito que o acesso a essa fonte será de grande valia para minha pesquisa, além de contribuir para novas investigações.

Diante das questões descritas como o analfabetismo, abandono escolar, a não representatividade no currículo escolar, a desigualdade no mercado de trabalho e o racismo, realidades vivenciadas pela população negra, é que pretendo pesquisar: como a educação das relações étnico-raciais, preconizadas pela Lei 10.639/2003, faz-se presente no currículo e na práxis pedagógica dos cursos técnicos do Campus Socorro? Para colaborar com essa questão central, pontuaremos mais duas questões, a saber: Trabalho e raça estão contemplados na

Educação Profissional e Tecnológica como princípio educativo? Como a educação das relações étnico-raciais está contemplada no ensino médio integrado?

Diante das indagações apresentadas, é que a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a educação das relações étnico-raciais, preconizadas pela Lei 10.639/2003, faz-se presente no currículo e na práxis pedagógica do curso técnico integrado em Sistemas de Energia Renováveis no Campus Socorro. Como objetivos específicos, pretende investigar como as políticas das relações étnico-raciais são implementadas na comunidade escolar do IFS – Campus Socorro e destacar a importância da educação étnico-racial no ensino médio integrado junto à comunidade escolar.

Por fim, esta pesquisa se insere na Educação Profissional Tecnológica, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa 1 – Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Macroprojeto 1 – propostas metodológicas de recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT. A pesquisa é financiada pelo programa de bolsas da Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe/FAPITEC, através do Edital Fapitec 03/2023.

Este trabalho está estruturado em oito capítulos, sendo que o primeiro corresponde à introdução, contextualizando a temática, objetivo geral e específicos e a relevância da pesquisa.

No segundo capítulo é destinado à fundamentação teórica, dividido em: o que é o ensino médio integrado: concepções e lutas, o entendimento da educação étnico-racial com desdobramentos históricos, discussão sobre a relação raça, educação e trabalho; no terceiro capítulo aborda-se a educação das relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica e a construção histórica do mundo do trabalho em um país marcado por uma herança escravocrata. Como também o estado da arte sobre a Lei 10.639/2003 na Educação Profissional e Tecnológica.

No quarto capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos e à caracterização da pesquisa, apresentando o local, os sujeitos da pesquisa e as etapas da pesquisa. No quinto capítulo é apresentada a análise dos dados com resultados e discussões. No sexto capítulo é descrita a participação em eventos realizados no campus onde foi realizada a pesquisa e no sétimo capítulo é feita a descrição do processo de elaboração do produto educacional, aplicação e avaliação. E no oitavo capítulo são realizadas as considerações finais, com reflexões e sugestões para a realização de formação continuada para os docentes no contexto da Lei 10.639/2003.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa, para alcançar seus objetivos, será pautada por estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Ramos (2008, 2014) e Saviane (1989) sobre a educação profissional e tecnológica e ensino médio integrado e Gomes (2005, 2006, 2010, 2011, 2012, 2019) e Munanga (2005, 2009), sobre a educação das relações étnico-raciais e todos os conceitos inerentes a estas temáticas, Theodoro (2008, 2022) aborda sobre as desigualdades raciais no Brasil.

A educação profissional no Brasil remonta ao ano de 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices que tinham objetivos assistencialistas, atendendo pessoas pobres e humildes, tampouco era configurada como o modelo que conhecemos na atualidade. Passados cem anos da sua criação até a atualidade, ocorreram diversas transformações em seus objetivos e concepções. Durante esses percursos e transformações, muitas lutas e embates ocorrem e ocorreram. E a partir dos anos 80, no período da redemocratização do país, novos embates para uma educação mais acessível e para todos se iniciam, assim como novas lutas em busca de uma educação profissional com outras perspectivas e concepções. E é a partir dessas lutas e disputas, que diversos pesquisadores e pensadores da educação buscam novos entendimentos. O debate teórico travado pela comunidade educacional, especialmente daqueles que investigavam a relação entre Trabalho e Educação, afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e ao trabalho como princípio educativo (Ramos, 2014).

E é a partir dessas lutas sobre novas bases de concepção entre Trabalho e Educação que diversos conceitos foram incorporados. Um desses conceitos é o da Politecnia e o trabalho como princípio educativo explicado como “a noção de politecnia deriva basicamente da problemática do trabalho, parece-me importante considerar que o nosso ponto de referência é a noção de trabalho, o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral” (Saviani, 1989).

Teóricos da educação profissional como Ciavatta (2014), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Ramos (2008, 2014) e Saviane (1989), todos trabalham com as abordagens conceituais de omnilateralidade, ensino médio integrado, politecnia e o trabalho como princípio educativo.

2.1 O QUE É O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: CONCEPÇÕES E LUTAS

Para a compreensão do significado e concepções sobre o que é definido como ensino médio integrado, é necessário situar o que diz o marco legal sobre o ensino médio. Na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 4º, inciso I, diz que o

ensino médio faz parte da última etapa da educação básica, sendo obrigatório dos 4 aos 17 anos, e é dever do Estado a sua garantia.

Esclarecemos que o ensino médio só passa a ser obrigatório como última etapa da educação básica a partir da EC 05/2009, que também torna a educação básica dos 4 aos 17 anos obrigatória. Diversas lutas foram travadas por diversos grupos em relação ao ensino médio, assim como sua relação com a educação profissional.

Antes da atual Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) ser sancionada, houve outro projeto de uma nova LDB apresentada pelo Deputado Octávio Elísio do PMDB de Minas Gerais, através da PL nº 1.258-A de 1988 tendo a redação preliminar desse projeto escrita por Dermeval Saviani reivindicava, dentre várias outras propostas, que o ensino médio não estivesse separado do ensino médio profissional, ou seja, fosse integrado. Esse projeto ocorria em meio a diversas reivindicações de entidades educacionais, especialmente aquelas que investigavam a relação entre trabalho e educação e sua vinculação à prática social e ao trabalho como princípio educativo (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 35). O projeto foi apresentado por grupos de educadores que defendiam uma educação pública, gratuita, laica, representados pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, mas foi atravessada pelo projeto de diretrizes apresentado pelo senador Darcy Ribeiro, o qual foi aprovado em 20 de dezembro de 1996, como a Lei 9.394/96 e mantinha separada a educação básica da educação profissional no ensino médio (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

É importante ressaltar que esses embates e disputas em torno de uma nova LDB devem ser entendidos como projetos de educação e de sociedade em disputa. De um lado, grupos políticos conservadores que defendiam interesses neoliberais. Dentre essas entidades que defendiam interesses privados da educação destaca-se a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) e confessionais, como a Associação de Educação Católica (AEC) (Bollmann; Aguiar, 2016). De outro lado, as entidades progressistas como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), formada por entidades acadêmico-científicas, sindicatos, de classe e estudantes, que tiveram um papel político relevante no processo constituinte em defesa da educação pública brasileira e de uma nova LDB, defendendo inclusive as propostas de novas diretrizes propostas e elaboradas por Dermeval Saviani, promovendo diversos debates e discussões para que fosse apresentada e aprovada no Congresso Nacional via Câmara Federal.

Diante de várias emendas, embates políticos, uma tramitação que durou oito anos, e assim foi atravessada por uma nova PL apresentada pelo Senador Darcy Ribeiro e assinada também pelos senadores Marco Maciel (PFL/PE) e Maurício Correa (PDT/MG). Enfim, ocorria

uma disputa de poderes e de versões a constarem na LDB. Outro substitutivo foi apresentado também pelo senador Cid Saboia para a LDB. Não era o projeto ideal, mas foi discutido e negociado, chegando ao consenso em diversas pautas. “De golpe em golpe, finalmente foi aprovado, em 25 de outubro de 1995, o substitutivo de Darcy Ribeiro, sendo assim, excluído do cenário, o projeto democraticamente construído, o Substitutivo Cid Sabóia” (Bollmann; Aguiar, 2016, p. 417). A Lei 9394/96 foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, consolidando assim a sua política educacional nos ditames neoliberais.

Posteriormente, o Decreto 2.208/97 que separava a educação profissional do ensino médio foi publicado. Esse Decreto se constituiu como um grande erro cometido, pois foi uma orientação de organismos internacionais para implementar no Brasil, reformas que se implementavam em outros países (Ramos, 2018). Após a publicação desse decreto, novas lutas e propostas que já estavam em pauta há bastante tempo, retornam também para anulá-lo. E foi na transição entre os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 2002) para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), e foi assim que diversos pesquisadores da área da educação e entidades representativas da educação conseguem a revogação do decreto supracitado, e para atender, em parte, as propostas em curso, é que o novo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publica o novo Decreto 5.154, em 23 de julho de 2004.

“A gênese das controvérsias que cercam a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a publicação do Decreto 5.154/2004 está nas lutas sociais dos anos 1980, pela redemocratização do país e pela remoção do entulho autoritário” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 22). Nele, no seu art. 2º, nos incisos III e IV, a centralidade do trabalho como princípio educativo e a indissociabilidade entre teoria e prática, e no seu Art. 4º estabelece que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, no Inciso I, do parágrafo primeiro, o ensino médio dar-se-á também de forma integrada.

E é diante dessa nova possibilidade do ensino médio integrado na educação profissional vir a se concretizar, que Ramos (2008, p. 4) destacou que o ensino médio, na sua história, esteve atrelado ao mercado de trabalho e não “no desenvolvimento do estudante como sujeito de necessidades, de desejos e de potencialidades”. Portanto, era chegada a vez de erguer a concepção de ensino médio integrado e de educação unitária, politécnica e omnilateral como projeto de educação que se deseja na sociedade para a formação dos jovens.

Ao abordar a relação entre o ensino médio e a formação humana, a autora destaca que o ensino médio sempre esteve relacionado com o mercado de trabalho, que assim que o jovem finalizasse o ensino médio iria em busca de trabalho, ou estava vinculado ao ensino superior

através do vestibular, ou então que só iria em busca de trabalho após concluir o ensino superior. Ou seja, o ensino médio nunca estava centrado no sujeito para contribuir com seu desenvolvimento na sua totalidade.

Desta forma, descumpre o artigo 22 da LDB, que determina que a finalidade da educação básica é desenvolver no educando o exercício da cidadania. Para cumprir com essa finalidade, Ramos (2008, p. 4) explica que “implicaria retirar o mercado de trabalho do foco do projeto educacional do ensino médio e colocá-lo sobre os sujeitos”. Sujeitos na perspectiva da emancipação humana, com projetos individuais interligados com projetos coletivos, construindo assim, um ensino médio sem a dualidade entre formação específica e geral, deslocando seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana. Na perspectiva da formação humana no ensino médio integrado, o trabalho como princípio educativo é defendido como uma de suas bases para essa formação.

O trabalho também é entendido na perspectiva do trabalhador e do capital. Para Ramos (2008, p. 5), na perspectiva do trabalhador, o trabalho “como meio pelo qual o homem transforma a natureza e se relaciona com outros homens para a produção de sua existência”, e o trabalho assalariado que também produz sua própria existência no capitalismo. E para o capital, o trabalho é incluído na lógica da mercadoria que produz riquezas e lucros.

Outro sentido da integração é a relação entre o ensino médio e a educação profissional. Ramos (2008) afirma que do ponto de vista legal, é possível se construir uma formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional. Mas é preciso se atentar para algumas questões inerentes ao universo do trabalho, pois de acordo com Simões (2007 apud Ramos, 2008, p. 9) para o jovem das classes populares, a profissionalização via ensino técnico é de suma importância para que os jovens adentrem no mercado de trabalho.

Para as classes populares pouco importa se adentrar no mercado de trabalho é submeter-se aos interesses do capital, contraditoriamente, essa formação educacional poderá contribuir para a emancipação dos jovens trabalhadores. Assim, no Brasil os jovens pobres não têm condições de esperar a conclusão da educação básica ou superior para adentrar no mercado de trabalho (Ramos, 2008, p. 9); e destacamos que, principalmente, os jovens negros, que têm um histórico de desigualdades econômicas e sociais, carregam, comparando com outros jovens das classes populares, marcas históricas que contribuem para o não adiamento dessa inserção no mundo do trabalho apesar de ter o racismo como obstáculo para essa inserção.

Quais os impeditivos para que esses jovens pobres não concluam os estudos e quem são esses jovens? De acordo com a pesquisadora Joana Célia dos Passos em seu estudo sobre a Juventude Negra na EJA (2009), para se estudar desigualdade social no Brasil, é preciso agregar

o recorte racial e não somente as categorias pobreza e classe social, para que permita uma análise mais próxima da realidade. E diante dessa colocação, a autora elenca diversos motivos por que esses jovens não concluem seus estudos:

As trajetórias escolares, em particular dos jovens negros, são marcadas por reprovações e interrupções confirmando que as desigualdades raciais compõem o cenário dos processos de escolarização e de vida da população negra. Quando comparado os dois grupos – negros e não negros, o grupo negro apresenta maior número de reprovações.[...] A necessidade de trabalhar foi o principal motivo declarado tanto pelos jovens negros como os não negros para interromper os estudos. [...] No imaginário construído socialmente, oportunidades e sucesso escolar não estão para o horizonte dos jovens negros e sim dos não-negros, o que vai influenciar as expectativas dos estudantes negros no processo de aprendizagem, as decisões sobre a permanência ou não na escola e os seus planos em relação ao futuro. [...] depreciado, estigmatizado, adjetivado pejorativamente como grupo social inferior, o jovem negro acaba interiorizando sentimentos negativos e de inferioridade em relação a si mesmo e ao grupo negro. [...] Expectativas geradas pela sociedade em relação as crianças negras e suas famílias em relação à escola são diferentes das expectativas colocadas sobre as crianças brancas [...] Essas expectativas vão acomodando os desejos, as possibilidades, os sonhos desses jovens, que passam a acreditar que todo esse processo excludente é “normal” ou culpa sua. [...] Relatam situações de discriminação de gênero e raça (Passos, 2009, p. 4-5-6-7- 9).

Portanto, a ideia de uma educação omnilateral numa formação que prioriza o trabalho como princípio educativo nos parece acolher a proposta de uma educação étnico-racial.

Ao discutir sobre o ensino médio integrado e suas concepções para uma formação integral, foi possível entender que essa proposta para a educação profissional e tecnológica, teve um longo caminho com lutas diversas para se tornar possível, principalmente, nos Institutos Federais. Ao compreender essas concepções defendidas no ensino médio integrado, a presente pesquisa visualiza e defende que há possibilidades de integração curricular entre o ensino médio integrado e a educação das relações étnico-racial. Como a educação das relações étnico-racial é constituída de um universo temático muito amplo e rico, poderá ser um elemento integrador do currículo entre o ensino médio integrado, justamente por possibilitar a diversidade temática entre ambas.

2.2 CONTEXTUALIZANDO O ENTENDIMENTO DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL COM ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Os aportes teóricos inerentes à educação das relações étnico-raciais que serão utilizados para darmos conta de todo processo da presente pesquisa serão elencados por temáticas. Almeida (2019) sobre o racismo estrutural, e Souza (2021) discute sobre a origem do racismo no Brasil. Os estudos de Gomes (2005, 2006, 2010, 2011, 2012, 2019) sobre os termos e

conceitos inerentes às teorias sobre a temática racial, raça e educação na perspectiva política e pedagógica, a estética do povo negro a partir do corpo e cabelo, e sobre o Movimento Negro como ator político e educador, e Munanga (2005, 2009) sobre educação das relações étnico-raciais, usos e sentidos do conceito de negritude e como superar o racismo na escola.

Para a discussão sobre raça, trabalho e a integração do negro na sociedade de classe no Brasil, serão abordados através dos estudos de Fernandes (1978, 2007), e Theodoro (2008) sobre a formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.

Para situar a importância e o significado social de uma educação para as relações étnico-raciais, faz-se necessário realizar alguns pequenos apontamentos sobre o histórico do povo negro no pós-abolição e desse período em diante, assim como das diversas estratégias de organização de lutas para conseguir sobreviver aos processos de exclusão que foi submetido durante a formação do país em uma nação, quando o trabalho escravo deixa de ser o suporte econômico, social e cultural.

O povo negro pós-abolição foi colocado à própria sorte e a situações de desamparo e exclusão, não havia aparatos legais e projetos políticos que oportunizassem reiniciar suas vidas com um mínimo de condições, como pessoas livres e que participassem da vida em sociedade e também adentrassem no mercado de trabalho e conquistassem novas condições de existência.

A mão de obra do povo negro pós-abolição foi sendo substituída pela mão de obra livre dos imigrantes europeus, mas essa substituição já tinha se iniciado 30 anos antes da abolição, principalmente nas regiões produtoras de café (Theodoro, 2008, p. 26). O autor pontua que houve diversas particularidades referentes à passagem de base escravocrata para a economia baseada na mão de obra livre, mas que no Brasil,

A abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não tem oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (Theodoro, 2008, p. 27).

É importante ressaltar que a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil foi financiada, em grande parte, com a ajuda econômica do governo. E uma das razões para essa política de imigração “era que os grandes fazendeiros de café do oeste paulista, desconfiavam da possibilidade de contar com os trabalhadores livres e libertos e que estes eram tidos como avessos às atividades laborais” (Theodoro, p. 27). Nessa colocação fica explícito um pensamento de exclusão, pois o povo negro trabalhou por trezentos anos no país como mão de

obra escravizada, assim esse pensamento era infundado. Também havia setores da sociedade que projetavam para o país, uma população que através da miscigenação com o passar do tempo seria predominante branca. E essas crenças estavam fundadas nas teorias de inferioridade biológica dos negros em relação aos europeus. E assim o país vai se configurando com o racismo como elemento que dará sustentação à exclusão de uma parte da população, que irá engrossando as cidades que se configuram como centros industriais a exemplo dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. E assim,

Pode-se observar, já no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos. Em resumo, nessa época já proliferavam, nas maiores cidades, as favelas, verdadeiros guetos onde se encontravam os pobres. No que concerne aos primeiros anos de trabalho livre, pode-se constatar que, em 1900, a população total do Brasil era de 16,5 milhões de habitantes, dos quais 1,1 milhão eram imigrantes, os quais se concentravam nos setores de atividades mais dinâmicas da economia. Nos anos seguintes, até 1920, assiste-se à intensificação da industrialização e do crescimento urbano, sem maiores alterações no perfil da mão-de-obra absorvida (Theodoro, 2008, p. 29).

E é diante das tratativas acima que é possível compreender o processo de exclusão do povo negro e todos os problemas inerentes. Mas é a partir dessa realidade que a população negra se organiza de diversos modos e, assim, travam lutas para serem inseridos na sociedade brasileira. Das diversas estratégias destacamos a fundação de instituições religiosas e sociais, clubes, jornais, e outros movimentos para juntos se fortalecerem e traçarem caminhos em suas lutas.

A respeito dessas organizações, Fernandes explica sobre suas manifestações e objetivos, e pontua que

Começam a ganhar corpo a partir do fim da primeira guerra, e os movimentos sociais, que se esboçam a partir da segunda década deste século, marcam o início da participação do negro e do mulato, como e enquanto tais, na história moderna da cidade. Aos poucos, a situação de miséria, o tratamento diferencial e o isolamento irão provocar um doloroso processo de autoafirmação e de protesto, que projetará o “homem de cor” no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias. O sentido dessas reivindicações é bem conhecido. Correspondendo ansiosamente às expectativas assimilacionistas da sociedade inclusive, as inquietações e os movimentos sociais amparam-se sob o signo de uma revolução moral. Elas não vão contra a ordem econômica, social e política estabelecida. Mas, contra a espécie de espoliação racial que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre negros e brancos (Fernandes, 1978, p. 10).

É possível inferir que as primeiras organizações do povo negro eram para ser aceitos e incluídos na sociedade brasileira que ora estava se constituindo. E o autor destaca que esse

início de organização contribuiu para despertar sobre o conhecimento da realidade racial brasileira, e sua atuação consciente na cena histórica e assim inseri-lo no debate sobre os problemas raciais brasileiros (Fernandes, 1978, p. 12-13).

Dentre as várias organizações que eram organizadas pelo povo negro nesse período, destacamos aqui jornais como: O Clarim da Alvorada, fundado em janeiro de 1924, por Jaime de Aguiar, o Centro Cívico Palmares, fundada por Antônio Carlos, uma biblioteca exclusivamente para negros. A Frente Negra Brasileira fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, é um dos movimentos que mais se sobressaiu nesta época, e posteriormente se tornou partido político em 1936 e com o Estado Novo, em 1937, foi fechado. E se transformou depois na União Negra Brasileira.

Ressaltar também as religiões de matriz africana que se constituíam como espaços de fortalecimento e resistências. Destacamos o Teatro Experimental do Negro fundado em 1944 no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento e Maria Nascimento, dentre vários objetivos, valorizar o negro através da educação, cultura e arte. Foi uma das organizações de maior relevância nos cenários de luta em prol da cultura e interesses políticos da população negra, dando visibilidade a artistas negros no cenário artístico brasileiro. No campo político, destaca-se a organização da Convenção Nacional do Negro em São Paulo, em 1945, e foi criada uma declaração elencando as propostas para a população negra encaminhada à Constituinte de 1946. Foi encerrado em 1968 devido ao golpe militar e Abdias do Nascimento ficou exilado por 13 anos no exterior.

Dentre todas essas organizações pontuamos a importância de outra organização que vai contribuir para que outros movimentos sociais negros sejam fundados no Brasil, que é o Movimento Negro Unificado. Fundado em 1978 com um viés político bastante acentuado e com outras reivindicações.

Foi no período da redemocratização do Brasil que foi fundado o MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Foi em um protesto contra a violência policial praticada contra um jovem negro que era jogador de basquete, Robson, que emergiu esse grupo, na cidade de São Paulo, em 1978. De acordo com Januário Garcia (2008) ao organizar o primeiro protesto contra o racismo, canaliza apoio de diversas lideranças religiosas (Candomblé e Umbanda), Associação dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

E foi a partir dos anos oitenta que diversos núcleos do MNU são fundados em diversos estados brasileiros. E sobre essa questão, explica Januário Garcia (2008), “estava aberta a luta moderna do Movimento Negro com uma militância disciplinada, organizada em núcleos e

focada contra o racismo e, assim, a expressão “Movimento Negro” se transforma em movimento de massa no cenário nacional e no imaginário nacional.”

O Movimento Negro pode ser considerado um sujeito coletivo e um ator político que, junto a outros movimentos sociais, operários e populares, surge na década de 1970 com formas diferenciadas de expressões e experiências (Gomes, 2019, p. 143).

E é assim que as diversas organizações realizadas pelo povo negro desde a escravidão foram se constituindo, pois nesse período criaram também diversas formas para lutarem contra a própria condição a qual foram submetidos. Destacamos que os quilombos, durante períodos diversos da história, essas organizações e lutas tiveram objetivos diferentes. E é na década de oitenta que o nascimento de outros grupos com reivindicações políticas diversas e dentre várias, a educação formal é pautada como o espaço político de maior relevância para a ascensão do povo negro na sociedade brasileira.

Na década de oitenta, especificamente no ano de 1986, época das discussões sobre a nova constituição de 1988, o movimento negro se organiza para formular uma pauta de reivindicações para a população negra. E assim redigem uma carta-convite dirigida a toda comunidade negra brasileira, entidades, militantes e interessados na luta do povo negro para juntos participarem da “Convenção Nacional do Negro Constituinte”. E assim essas discussões foram divididas em 11 temas como: cultura, educação, mulher negra, trabalho, violência policial, direitos e garantias individuais etc. Reivindicações propondo um projeto de nação onde o combate ao racismo, preconceitos e discriminações estivessem presentes, e que na educação brasileira a história do povo negro e africano fizessem parte da educação brasileira, e assim contribuir para a construção de uma educação antirracista.

Essa conquista se torna possível no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, quando em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003 determinando a inclusão do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Sendo obrigatória no ensino fundamental e médio nos estabelecimentos públicos e particulares. E posteriormente foi alterada para a Lei 11.645/2008 para incluir a história dos povos indígenas originários, alterando também a Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes de Base da Educação Brasileira, e também são implementadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E em 21 de março, foi criada a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)

Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo (Brasil, 2004, p. 8).

E é assim que na educação formal, entendido como um espaço privilegiado, através dos ambientes escolares que a educação das relações étnico-raciais contribuirá para a revelação da identidade do povo negro desde a mais tenra idade, se constituindo com orgulho do seu pertencimento racial. E a escola poderá ser o lugar onde o convívio entre negros, índios e brancos seja de respeito e igualdade entre todos.

E para compreender de que forma a população negra foi inserida ou não no universo do trabalho e entender os desdobramentos inerentes a essa questão, se faz necessário abordar a relação entre trabalho e raça, como também abordar ou averiguar se a relação entre trabalho e raça se faz presente no âmbito da educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais, tendo em vista ser um dos espaços de educação profissional mais antigo do país.

2.3 DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, EDUCAÇÃO E TRABALHO

Para compreender como se deu a formação do mercado de trabalho no Brasil e seus reflexos na atualidade, faz-se necessário abordar a categoria raça nesse universo. Tendo em vista que a categoria raça é um fator determinante para entender a classificação racial e social da população brasileira, como também sua relevância como marcador social da diferença. Entendida também como um fator político relevante para se compreender a mobilidade da população negra nos segmentos sociais, culturais, educacionais e econômicos, e para a construção de indicadores sociais que devem orientar as políticas sociais. E de acordo com Lourenço,

Neste sentido, os estudos voltados para o exame das categorias sociais cor e raça, e mais especificamente das categorias pretos e pardos, tem se apresentado como fundamentais para compreender as desigualdades sociais históricas presentes na sociedade brasileira (Lourenço, 2021, p. 3).

Para melhor compreender o que será abordado nessa discussão sobre raça, trabalho e educação, e se a categoria raça se faz presente no âmbito da educação profissional e tecnológica, primeiro abordaremos sobre a relação raça e educação, partindo da definição da categoria raça,

explicitada e defendida pelo Movimento Negro através das reflexões da pesquisadora Dra. Nilma Lino Gomes (2012), e posteriormente abordar sobre a relação raça e trabalho.

2.3.1 Raça e Educação

Em seus estudos e argumentos de como o movimento negro no Brasil ressignificou e politizou de forma positiva a ideia de raça, Gomes (2012) explica quais são esses significados e o porquê da relevância da utilização do termo nas lutas desses movimentos:

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. Ao politizar a raça, este movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizada sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (Gomes, 2012, p. 731).

E é diante desses novos caminhos que os movimentos negros especificam as suas pautas e lutas, tornando-se referenciais de espaços educadores e produtores de novos conhecimentos sobre a educação das relações étnico-raciais e sobre a população negra, desmontando conhecimentos construídos de forma excludente e racistas sobre a história e todo o universo inerente ao povo negro. E com isso, mantendo-os longe de seus direitos de estarem presentes em espaços de poderes como o sistema educacional, jurídico, cultural, social e econômico. As lutas são justamente para romper com essas cercas que foram criadas ao longo da história do nosso país e assim fazer valer todo o legado criado pelos seus antepassados e superar todas as desigualdades raciais em que se encontram essa população.

Gomes (2012) aborda como a educação se tornou uma pauta de maior relevância nessas lutas, inclusive pós abolição, pois a maioria da população negra era analfabeta e a educação era vista como uma das vias para acessar o mundo do trabalho como cidadão livre. E é diante desse enfoque da educação, tida como uma das principais pautas ao longo da caminhada dos movimentos negros, que Gomes (2012) cita diversos estudos de autores que explicitarão como a categoria raça é utilizada como centralidade diante desses debates pelo direito à educação para a população negra. Em um desses estudos, essa questão é apontada: (Dias apud Gomes, 2005) analisa a presença da discussão sobre raça no processo de tramitação da Lei e Diretrizes e Bases

(Lei 4024/61) constando como um termo genérico no texto legal, e que na época da ditadura militar em 1964, com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.5692/71) a questão racial é excluída e só reaparece na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) após a aprovação da Lei 10.639/2003.

Diante das abordagens sobre a utilização do termo raça com enfoque positivo em diferentes momentos das lutas e embates das organizações negra na história do Brasil, é possível afirmar que a educação foi e continua sendo uma das bandeiras de maior respaldo, justamente porque poderá ser um dos caminhos possíveis para a população negra romper com estigmas, preconceitos, racismo, discriminações e desigualdades sociais e raciais em prol dos seus direitos como cidadão. E a educação em suas várias instâncias é também um espaço que contribui para a mobilidade social e econômica, pois estudar, ter uma profissão, seja de nível superior ou médio, poderá contribuir para melhores condições de vida, mesmo que o racismo e seus congêneres sejam obstáculos para a população negra.

A partir das leituras e posturas críticas sobre a realidade no Brasil dos lugares que ocupam ou de exclusão da população negra, foi que o Movimento Negro Unificado, fundado em 18 de junho de 1978, elegeu a educação e o trabalho como suas principais pautas de luta contra o racismo e seus desdobramentos de exclusão. Em função dessas pautas é que Gomes (2012, p. 738) afirma: “O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil”.

Como consequência, diversos ativistas dos movimentos negros adentram na graduação e pós-graduação, justamente para formação de quadros políticos nos espaços dos movimentos e na academia, constituindo-se como intelectuais negros e negros que irão a partir de suas formações e vivências serem os agentes de suas próprias histórias e, a partir dessas conquistas, direcionar suas pesquisas nos meios acadêmicos para estudar e escrever as histórias do seu povo e tudo que for inerente às suas realidades e a dos seus antepassados negros da diáspora, e assim reeducar as relações raciais no Brasil.

No período da redemocratização do país pós golpe militar, o Brasil passará por diversas mudanças, pois vários grupos de movimentos sociais como o sindical, estudantil e outros que se organizam para lutarem por uma nova reconfiguração da sociedade, apesar de diversos interesses estarem em disputa. E o movimento negro também pautará suas reivindicações com novas mudanças.

Domingues (2007) afirma que o Movimento Negro Unificado, no seu nascimento, era uma organização marxista, de orientação trotskista e convergência Socialista. E havia um grupo

de militantes que em suas concepções entendiam que “o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. E assim raça e classe será uma política conjugada” (Domingues, 2007, p. 112-113).

Articular as análises e lutas contra o racismo tendo como base raça e classe foi um dos caminhos trilhados pelo Movimento Negro Unificado, afinal de contas, a população negra além de vivenciar o racismo, discriminações e preconceitos e não ter seus direitos básicos como cidadãos garantidos, sem falar que se trata da população mais pobre do país e que vivem à margem da sociedade, sendo imensos os desafios enfrentados não só pelo Movimento Negro Unificado, como também por todas as organizações declaradas como movimento negro no Brasil. Mas o Movimento Negro Unificado, desde a sua origem, diferenciava-se de outras organizações sociais negras anteriores, justamente por terem uma pauta política mais radical no sentido de aprofundar todas as problemáticas vivenciadas pela população negra. E é nesse sentido que Domingues (2007) esclarece e ressalta o papel do Movimento Negro Unificado:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase, a estratégia que prevaleceu no movimento foi o de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!” (Domingues, , 2007, p. 114-115).

Como foi explicitado nos estudos abordados, a trajetória de atuação do Movimento Negro Unificado deu uma nova direção nas pautas de lutas das organizações sociais negros. Mas foi na década de 1990 que algumas mudanças ocorreram no mundo e no Brasil, elencadas por Gomes (2012) como as reformas constitucionais nos países da América Latina após um longo período de ditadura, as pressões das políticas neoliberais e os movimentos sociais em luta para reconstruir um Estado Democrático de Direitos. E diante dessas mudanças é que as estratégias de atuação do movimento negro também serão modificadas, e assim a categoria raça passará por novas alterações políticas. “A sua releitura e ressignificação emancipatória construída pelo movimento negro extrapola os fóruns da militância política e o conjunto de pesquisadores interessados no tema” (Gomes, 2012, p. 739). E foi assim que o movimento negro compreendeu que as políticas públicas empreendidas pelos governantes até então, não poderiam dar conta de modificar a realidade das desigualdades raciais vivenciadas pela população negra,

afinal, nosso país foi construído, estruturado e desenvolvido de forma racializada, onde determinam o lugar que ocupa a população negra.

E são diante dessas mudanças que se articulam novas estratégias de atuação em busca de modificações nas esferas de decisões políticas que possam interferir de forma positiva na vida de milhões de brasileiros negros em nosso país. E foi em 1995 que uma dessas ações se destacou:

A realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e Vida”, em Brasília, no dia 20 de novembro. Como resultado foi entregue ao presidente da República da época o “Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-racial”. Neste, a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como proposição para a educação superior e o mercado de trabalho (Gomes, 2012, p. 739).

É possível entender que diante de tantas lutas e ações em busca de mudanças nos campos políticos, sociais e econômicos e principalmente na educação, o movimento negro é um ator político que ao longo da nossa história vem impulsionando essas mudanças que nem sempre ocorrem, pois luta-se para que pautas sejam inseridas nos programas governamentais, e depois se luta para que de fato se concretizem.

Diante dessas lutas, é que (Eghrari, 2021) explica a importância dessas ações e conquistas do movimento negro destacando os ganhos políticos da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo:

Cerca de 30 mil pessoas se reúnem em Brasília, na Marcha Zumbi, para denunciar o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas para a população negra. A manifestação aconteceu no aniversário de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência escravista e da consciência negra no Brasil. No mesmo dia, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a marcha e assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. O reconhecimento das injustiças históricas sofridas por esses brasileiros, enfim, foi inscrito na agenda política de um governo. O movimento havia conseguido influenciar os rumos da luta contra o racismo no país. A data abriu caminho para que em julho do ano seguinte, fosse realizado o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos (Eghrari, 2021, p. 22-23)

E foi a partir dos impactos desse evento que o movimento negro construiu novas estratégias de atuação na preparação e participação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovido pela Organização das Nações Unidas, em 2001. Entretanto, foi a partir dessa participação que algumas mudanças importantes começaram a ocorrer, como pontua Gomes sendo o Brasil:

signatário do Plano de Ação de Durban, o estado brasileiro reconhece internacionalmente a existência internacional do racismo em nosso país e se comprometer a construir medidas para a sua superação, entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho (Gomes, 2012, p. 739).

Algumas dessas ações só irão se concretizar a partir dos anos 2000 e mais particularmente, em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com status de ministério. Inclusive diversas lideranças e intelectuais do movimento negro ocuparam cargos e direção dessa Secretaria, que tem como um dos seus objetivos articular ações, diálogos e parcerias com instituições governamentais nacionais e internacionais para a construção e implementação de programas de políticas públicas, que promovam a igualdade racial. Destaca-se também que diversas universidades brasileiras adotaram ações afirmativas como as cotas raciais e sociais, como também a política pública curricular que é a Lei 10.639/2003, posteriormente alterada para 11.645/2008, incluindo a história da população indígena. Outras conquistas também se concretizaram como os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Estatuto da Igualdade Racial em 20 de julho de 2010.

Outra conquista de grande relevância acadêmica, foi a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as/ABPN, em novembro de 2000, produtora de pesquisas acadêmico-científicas com temáticas sobre as populações negras no Brasil.

Assim, diante de tantas lutas, a categoria raça foi se ressignificando e fazendo parte de diversas pautas e políticas empreendidas pelo movimento negro principalmente na educação, e nesses longos caminhos conseguiu tornar-se realidade para compreender como se conduz as relações étnico-raciais em nosso país e seus desdobramentos para uma educação antirracista.

2.3.2 Raça e Trabalho

Para uma melhor compreensão como raça, classe e racismo criaram e estruturaram o Brasil, e como todas essas questões estão entrelaçadas e perduraram com novas características e explicam as desigualdades raciais nas suas dimensões sociais, culturais e econômica que se fazem presentes na atualidade em nosso país. Para melhor entendimento dessas questões, serão destacadas abordagens de acontecimentos históricos ocorridos no Brasil a partir do século XIX, tendo como base inicial os estudos de Florestan Fernandes na pesquisa “O negro no mundo do Branco” denominado por ele como dilema racial brasileiro, pois explica como se deu a inserção e a exclusão do negro na condição de homem livre, como trabalhador livre na cidade de São

Paulo, e o porquê da cidade de São Paulo. O primeiro motivo da escolha, é que a escravidão exerceu papel relevante para uma longa prosperidade com a produção e exportação do café, e o segundo,

Porque foi a primeira cidade brasileira que expôs o negro e o mulato às contingências típicas e inexoráveis de uma economia competitiva em expansão. Em consequência, ela permite analisar, com objetividade e em condições quase ideais, como e por que a velha ordem racial não desapareceu com a Abolição e o término legal do regime de castas, prolongando-se no presente e ramificando-se pelas estruturas sociais criadas graças à universalização do trabalho livre (Fernandes, 2021, p. 105).

E é diante dessa constatação que a produção e exportação do café junto com a urbanização aceleram a industrialização e que essas grandes transformações originaram a “revolução burguesa” que contribuiu para alterar o mundo do branco, contudo o mundo do negro continuou inalterada e parecida com a vivenciada no regime anterior que foi a escravidão. Fernandes (2021) pontua diversas situações encontradas pelos negros e mulatos livres que os impossibilitaram pós abolição de terem oportunidades em trabalhos diversos. Com as mudanças econômicas e urbanas na cidade de São Paulo, diversos tipos de ocupações foram surgindo e também divisões do trabalho social. E “O liberto desfrutava, assim, algumas oportunidades econômicas que lhe permitiam integrar-se na estrutura ocupacional das cidades e que forçavam os brancos a terem interesse pelo seu adestramento e aproveitamento em tal área” (Fernandes, 2021, p.107).

O fato de São Paulo adiar a sua inserção na economia colonial através da utilização dos escravos nas fazendas de café, “representou uma desvantagem para a população negra e mestiça dessa cidade, tanto escrava quanta liberta” (Fernandes, 2021, p.107), isso porque com a crise no trabalho servil e a expansão econômica da cidade, foi justamente quando da chegada dos imigrantes europeus, que a população negra e mestiça perdem oportunidades de, por exemplo, serem convertidos em artesãos e pequenos comerciantes; oportunidades perdidas para os imigrantes que se concentraram nas melhores ocupações.

Outro agravante para a população negra, foi que mesmo após a abolição, nem os abolicionistas que induziam, através dos movimentos que faziam parte, pelo fim do trabalho escravo, não idealizaram em seus projetos uma indenização a essa população, ou seja, lutavam em causa própria, defendiam seus interesses e usavam essa população como “massa de manobra”. Sobre essa questão, Fernandes (2021) explica que ignoraram por completo o mínimo de medidas para proteger o escravo e o liberto “e concentraram todo o esforço construtivo numa política que garantisse a rápida substituição da mão de obra escrava”. E assim, o povo negro foi

entregue à própria sorte e a alegria de conquistar a liberdade tornou-se uma experiência amarga. Com todos esses acontecimentos e o exemplo da “revolução burguesa” que praticamente baniou o negro da cena histórica, e a entrada do imigrante que monopoliza todas as oportunidades de ocupações de trabalho, é que Fernandes (2021), explica:

Por isso, “o negro” não ficou apenas à margem dessa revolução, ele foi selecionado negativamente, precisando contentar-se com aquilo que, daí por diante, seria conhecido como “serviço de negro”: trabalhos incertos ou brutos, tão penosos quanto mal remunerados. Em consequência, achou-se numa estranha situação. Enquanto a prosperidade bafejava todas as demais camadas da população, o “negro” sentiu-se em apuros até para manter ou conquistar as fontes estáveis de ganho mais humildes e relegadas (Fernandes, 2021, p. 109) .

Ou seja, as desigualdades sociais e raciais implementadas foi direcionada para essa população, tem uma longa história bem enraizada e está entrelaçada com a construção do nosso país. Mas de acordo com as explicações de Fernandes (2021), houve diversas questões oriundas da escravização do povo negro que interferiu na sua constituição enquanto homens e mulheres e que contribuirão perversa e negativamente para serem incluídos, integrados e aceitos no mercado de trabalho que estava se constituindo na cidade de São Paulo. Destacamos alguns desses comportamentos:

O negro não foi adestrado previamente como escravo ou liberto para os papéis sócio-econômicos do trabalhador livre, por isso não possuía treino técnico, nem a mentalidade, autodisciplina do assalariado, [...] ao ver-se e sentir-se livre queria ser tratado como homem “alguém que é dono do seu nariz”, [...] se eram livres, podiam trabalhar onde e quando preferissem, diante de advertências e reprimendas mostravam-se cílios, [...] pôs a liberdade acima de tudo, e por falta de socialização prévia, não sabia avaliar corretamente, os limites decorrentes do contrato de trabalho (Fernandes, 2021, p.109-110).

E diante desses comportamentos “desajustados” é que as consequências foram as mais diversas, desde a intolerância dos empregadores brancos que acreditavam serem irresponsáveis, que eram imprestáveis e intratáveis fora do poder da escravidão. As situações se agravaram cada vez mais e os negros cada vez mais relegados às últimas categorias do sistema de produção e a ocupações indesejáveis e mal remuneradas. Essa realidade de exclusão leva a população negra a morarem em cortiços urbanos e a viverem em condições salariais degradantes para sobreviverem. Quem ajudava nessas questões de sobrevivência era a mulher negra que trabalhava como doméstica. Toda essa realidade perversa e de desalento vivida pela população negra, irá conduzi-los a situações de degradação humana como bem demonstra Fernandes (2021):

Além disso, três quartas partes da população negra e mestiça da cidade submergiram numa dolorosa era de miséria coletiva, de degradação moral e de vida desorganizada. O abandono do menor, do doente ou do velho, a “mãe solteira”, o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional ou sistemática repontaram como dimensões normais de um drama humano sem precedentes na história social do Brasil. Nessas condições, o negro não tinha elementos para cultivar ilusões sobre o presente ou sobre o futuro. E ainda acumulava pontos negativos, pois o branco percebia e explicava etnocentricamente os aspectos dessa situação de que tomava conhecimento, através de cenas deprimentes, ou do noticiário dos jornais, imputando ao próprio negro a “culpa” pelo que ocorria (como se o negro “não tivesse ambição”, “não gostasse de trabalhar”, “fosse bêbado inveterado”, tivesse propensão para o crime e à prostituição”, e “não fosse capaz de dirigir sua vida sem a direção e o jugo do Branco” (Fernandes, 2021, p.111-112).

Essas situações de exclusão e abandono as quais o povo negro foi relegado não provocaram nenhuma comoção nos brancos e nem tampouco foram socorridos de forma direta ou indireta por algum controle social, e suas condições se degradavam cada vez mais.

Foi diante desse cenário que as populações negras foram se organizando de forma bem tímida para enfrentarem essa tragédia social a qual foram submetidos. E é assim que surgem, entre 1925 e 1930, uma imprensa negra com o objetivo de propagar “formas de autoconsciência da situação racial brasileira” e do “abandono do negro”, e organizações dispostas a levar o “protesto da gente negra” ao terreno prático. Sendo a primeira vez na cidade que “negros e mulatos se juntam para defender os interesses sociais e econômicos da raça” (Fernandes, 2021, p. 113,). Obviamente essas organizações não foram bem recebidas pelos brancos que viam um certo perigo vindo do povo negro, como também agregou um percentual pequeno da população negra.

Destaco dentre tantas iniciativas coletivas do povo negro como clubes, associações e jornais, que foram fundados desde o início do século XX, e uma das principais iniciativas foi o jornal “Clarim da Alvorada”, lançado em 1924, por José Correia Leite e Jayme Aguiar; a Frente Negra Brasileira fundada em 1931, e que se constituiu em uma das mais importantes vozes da população negra da época, entretanto com o advento do Estado Novo foram obrigadas a encerrarem suas atividades. Posteriormente surgiram diversas outras entidades para levantar a bandeira e lutar em prol da população negra.

Com todas essas questões postas é importante ressaltar que os mecanismos que foram construídos para a exclusão e não aceitação da população negra na cidade de São Paulo, reflete no Brasil como um todo. Cada momento histórico tem suas nuances, e assim o racismo à brasileira foi sendo criado e imbricou-se em todas as esferas, do social ao econômico, mesmo que as elites nunca admitissem a sua existência, justamente para evitar enxergar e jamais oportunizar as melhorias contra as desigualdades raciais que acometiam essa parcela da

população, e é assim que será propagada por essa mesma elite e seus descendentes que a democracia racial no Brasil era uma realidade que serviria de modelo para outros países. Mas é justamente essa pesquisa realizada por Florestan Fernandes e Roger Bastide, na década de 1940, que começou a cair por terra essa falácia, como bem foi possível constatar de acordo com alguns apontamentos aqui abordados.

Pensadores e pesquisadores como Souza (2021) e Theodoro (2022) afirmam que o racismo criou e estruturou o Brasil, e com isso as diversas mazelas que são sustentadas pelo racismo faz com que os impactos das desigualdades raciais, sociais, culturais e econômicas, mesmo com outras roupagens permanecem presentes na sociedade brasileira. O racismo impacta de forma cruel e perversa o emocional das populações negras em todas as dimensões de suas vidas, porém é na área do trabalho, principalmente, o locus social que dá sustentação à sua própria existência humana. E como o racismo criou o Brasil e como o racismo se originou e pode ser explicado? É com essas perguntas vindas dos estudos de (Souza, 2021), que vamos apresentar argumentos utilizados nos seus estudos, para possíveis respostas a estas perguntas.

O racismo que faz parte da sociedade brasileira em todas as suas instâncias é constatado através de estatísticas, mas provar a sua existência não é suficiente para compreender os estragos que causam na vida de milhares de pessoas negras, pois pode se disfarçar de forma invisível nas chamadas guerra às drogas, guerra ao crime, no moralismo anticorrupção. Assim, afirma (Souza, 2021) que a história do Brasil moderno é cheia dessas máscaras, sendo importante identificá-las em todas as suas facetas.

Para se discutir sobre opressão social oriunda também do racismo, é fundamental o debate sobre classe social, que de acordo com Souza (2021)

Não é uma categoria que se resume a critérios econômicos, como defendem muitos marxistas, ou ainda pior, de renda, como pensam todos os liberais, e através da imprensa liberal, também a imensa maioria da sociedade”.[...] É que a classe pensada como renda diferencial ajuda a passar a falsa ideia de que a sociedade é um ajuntamento de indivíduos sem família, sem passado, sem contexto social, ou seja, sem pertencimento a nenhuma classe social e que, portanto, lutam em igualdade de condições pela renda social a ser distribuída segundo a capacidade e o mérito individual [...] como o caminho social do mérito individual é esquecido, esse conceito de classe é a maior arma ideológica inventada para legitimar a meritocracia, que o mundo pode até ser injusto para alguns, mas o esforço individual será recompensado, que com esforço e trabalho duro, conseguem ganhar 500 vezes mais que o outro [...] E é assim que a meritocracia é utilizada como maior arma para esconder que as classes sociais perpetuam privilégios nem sempre visíveis (Souza, 2021, p. 17).

E esses privilégios se constroem pela socialização familiar e pelo capital cultural.

O privilégio mais visível é o econômico. A relação familiar e de sangue, por meio dos títulos de propriedade e das estratégias de casamentos e amizade dentro da mesma

classe social, cria a classe da elite de proprietários, que detém todas as riquezas em pouquíssimas mãos. São os donos das grandes fazendas de soja, dos meios de comunicação, das cadeias comerciais e os grandes especuladores e rentistas (Souza, 2021, p. 18).

E aborda que a outra luta é pelo capital cultural que todas as classes que não fazem parte do grupo acima constituído dos detentores das maiores riquezas que são 0,1% da população, também buscam, pois, trazem benefícios e outros privilégios que não são visíveis como o dinheiro e a propriedade. E explica o que é e como ocorre o capital cultural:

A incorporação do conhecimento considerado útil e legítimo pela sociedade. Aqui será, antes de tudo, a família de classe média – a classe média real, baseada na reprodução do privilégio educacional – que vai criar e implementar de modo invisível, e por isso mesmo extremamente eficiente, a farsa da meritocracia pela incorporação privilegiada e tornada invisível de capital cultural. É que o sucesso escolar, ou seja, a chave de todo sucesso social, que será expresso em renda diferencial anos mais tarde, tem pressupostos emocionais e afetivos que são construídos desde o berço no horizonte familiar de cada classe social. Disposições para o comportamento prático como disciplina, autocontrole, visão prospectiva e capacidade de concentração e de pensamento abstrato não são naturais nem algo a que todos tem acesso. Em sociedades como a brasileira, essas competências são, antes de tudo, verdadeiros privilégios de classe (Souza, 2021, p. 18)

A origem social da maioria da população pobre da sociedade é constituída principalmente pela população negra que está profundamente em desvantagem em relação ao capital social. Primeiro, ao pobre mesmo havendo a pobreza em seus vários níveis, as dificuldades e as injustiças são imensas e desde cedo não tem acesso a livros, a boas escolas competitivas, tempo dedicado aos estudos e a socialização familiar não é constituída de nenhum privilégio. As escolas públicas que frequentam não são competitivas e nem se equiparam com as escolas particulares competitivas frequentadas pelos filhos da classe média. E na maioria das famílias os adolescentes precisam trabalhar, como também muitas famílias são constituídas de pessoas analfabetas ou com pouco instrução.

Outra realidade é que as ocupações no trabalho são as mais variadas possíveis como pedreiros, serventes, empregadas domésticas, trabalhos no comércio e também outros serviços, e sem empregos fixos e também os despossuídos de qualquer tipo de trabalho. Então, toda essa realidade é destituída de qualquer tipo de privilégio. A meritocracia é também um dos instrumentos neoliberais utilizados para “disfarçar” as desigualdades social e racial, sendo também um braço invisível do racismo. Por isso Souza (2021) defende que o racismo, em todas as suas dimensões de gênero, classe, raça, com opressões e humilhações, tendo um núcleo comum, deve ser tratado de forma simultânea via racismo multidimensional, que assume máscaras diversas dependendo do contexto.

Outra questão também relevante destacada por Souza (2021, p. 30), diz respeito às experiências cotidianas e vivenciadas pela população pobre e negra, “é um sofrimento cuidadosamente silenciado, tornado privado, que não interessa a ninguém, que não parece merecedor de interesse público”. Ou seja, há todo um mecanismo de não se falar sobre toda essa opressão e desigualdades, aparecendo nos meios de comunicação somente se acometidos de grandes tragédias.

Souza (2021) chama a atenção sobre a estratégia do capitalismo financeiro que se apropria do discurso antirracista e da emancipação. Ao se apropriar da linguagem da emancipação dos oprimidos, transforma essa linguagem e utiliza como dominação social e política. E como exemplo cita as mudanças ocorridos no vocabulário do mundo do trabalho. Explica como se processa essas linguagens travestidas de libertadoras:

Assim, houve um esforço dirigido para transformar o trabalhador em “colaborador”, para eufemizar e esconder a consciência de sua superexploração; tenta-se também exaltar os supostos valores da liderança para possibilitar que, a partir de agora, o próprio funcionário, não mais o patrão, passe a controlar e vigiar o colega de trabalho. Ou, ainda, há a intenção de difundir a cultura do empreendedorismo, segundo a qual todo mundo pode ser empresário, basta querer. Por essa ótica, o trabalhador tornado informal e sem quaisquer direitos ou garantias na verdade se torna empresário de si mesmo. E, o mais importante, se ele falhar nessa empreitada, a culpa é apenas dele. É essencial sempre culpar individualmente a vítima pelo fracasso construído (Souza, 2021, p. 33).

De acordo com os estudos e análise abordados acima por Fernandes (2021) e Souza (2021) sobre como a categoria raça explica as diversas dimensões para a compreensão de como o racismo determinou o papel do negro no mundo do trabalho na formação da sociedade brasileira, e que o racismo no Brasil está interligado com a desigualdade social, com a violência estrutural e a luta de classe, mantendo a dominação da sociedade por classes privilegiadas, que mantém o silêncio e o sofrimento da maioria da população oprimida invisibilizadas e mascaradas. Inclusive Souza (2021) compara esses seus estudos/pesquisas com as pesquisas e estudos de Florestan Fernandes setenta anos depois.

Souza (2021) defende que para aprofundar como o racismo e suas formas de opressão estruturam a sociedade brasileira, temos que compreender o esquema de dominação global por parte do ocidente. E é assim que denomina esses estudos e pesquisa como racismo multidimensional e que para ser compreendido é preciso ser reconstruído em três passos:

1) O racismo global, desde a escravidão “abençoada por Deus” até a sua transformação em ciência e em visão de mundo abrangente, a partir do estudo da dominação imperialista informal e simbólica americana; 2) Como o racismo de classe, o qual sempre está ligado ao racismo racial de modo inextricável, se reproduz

globalmente do mesmo modo, seja no Norte, seja no Sul global; 3) E, finalmente, como a articulação entre os racismo de classe e de raça, no caso particular do Brasil, permite o racismo racial comandar todo o processo de denominação social e política que explica a vida social e política brasileira como nenhuma outra variável. Como o racismo racial que assume o comando de todo o processo de subordinação, humilhação e exclusão social da sociedade brasileira (Souza, 2021, p. 133-134).

Diante de todas as discussões oriundas de estudos e pesquisas sobre raça, educação e trabalho abordadas nessa pesquisa, com o objetivo de compreender a sua relevância e dimensões na sociedade brasileira, é que se defende que devem também perpassar no âmbito da educação profissional e tecnológica do ensino médio integrado nos Institutos Federais, a educação das relações étnico-racial, de acordo com o que determina as Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, contribuindo:

- a) para a descolonização dos currículos, para que os discentes e docentes negros e não negros conheçam as inúmeras histórias de lutas, vivências, resistências e memórias que o povo negro, africano e indígena contribuíram para a formação e construção do Brasil;
- b) 2. compreender que o mundo do trabalho relacionado à população negra, é atravessado pelo racismo, preconceitos e discriminação racial, reflexos do trabalho escravizado estruturado através de violências, torturas, crueldades e desumanização, ao qual foi submetido seus antepassados. E essa herança que formou o Brasil tem consequências até hoje em relação ao trabalhador negro, contribuindo com as desigualdades raciais no mundo do trabalho, colocando a mulher e o homem negro em situações adversas e de exclusões em relação ao trabalhador não branco. É imprescindível essa abordagem;
- c) conhecer as diversas conquistas empreendidas pelo povo negro por direitos seja na educação, saúde, econômica e social, que foram conquistas resultados de lutas ao longo da história do país;
- d) combater o racismo, preconceitos e discriminações no espaço escolar, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população negra brasileira é de 55,5%, assim inferindo que essa população se apresenta nos espaços escolares públicos.

Ao refletir sobre o aporte teórico abordado nessa pesquisa e a relação com as discussões e a pesquisa em si, assim como as discussões sobre raça relacionado com classe, educação, trabalho, racismo e preconceitos raciais, inclusive o cabelo como símbolo de identidade do povo negro, entendo que os aportes teóricos estão relacionados com as discussões e a própria pesquisa efetivada, pois não são apenas conceitos discutidos. Foi possível verificar no percurso da presente pesquisa, que estão presentes no espaço escolar de forma concreta.

No curso pesquisado há uma predominância de discentes negras e negros, sendo que alguns assumem e tem uma boa relação com sua estética e outras e outros entram em conflito na própria família e nos espaços sociais; conflitos oriundos do racismo que atravessa as relações sociais na sociedade como um todo. A sociedade é racializada e nos espaços escolares não é diferente. Na presente pesquisa ficou evidenciado que essas questões raciais são vividas pela maioria das discentes e dos discentes negros, e percebidas por outras discentes não negras e alguns docentes. Ficou evidenciado através da pesquisa, que dar o nome a biblioteca Beatriz Nascimento, realizar eventos e aceitar pesquisas étnico-raciais no campus, realizar o Novembro Negro, inserir na perspectiva dialógica os conteúdos dos professores são os encaminhamentos efetivados para minimizar os impactos inerentes a essas questões raciais quando ocorrem na escola ou fora dela.

Em relação aos conceitos que são trabalhados e defendidos no ensino médio integrado na educação profissional e tecnológica para uma formação integral, foi percebida a conexão do princípio educativo e a onmlateralidade na presente pesquisa, pois o campus Socorro realiza várias parcerias com a comunidade como: cursos via capoeira, danças de rodas com mulheres idosas e que na sua maioria são negras, o professor da disciplina de Artes desenvolve teatro dentro da escola.

3 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação das relações étnico-raciais, defendida nesta pesquisa, é a construção de uma educação antirracista implementada através de práticas pedagógicas e educacionais que promovam o respeito à diversidade étnica e cultural que constitui a sociedade brasileira. Tem como amparo legal para sua efetivação nos estabelecimentos educacionais, as Leis 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, pelo Parecer CNE/CP 03/2003 (BRASIL, 2003) que regulamentou a alteração da Lei 9.394/96 nos Art. 26, 26A e 79B e pela Resolução CNE/CP 1/2004 (Brasil, 2004) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

É nessa direção relacionada aos marcos legais abordados, que a pesquisadora Gomes (2011) argumenta que as ações pedagógicas direcionadas para o cumprimento da Lei 10.639/2003 podem ser entendidas como uma medida de ação afirmativa e reparatória. No que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, a concepção compreendida nessa pesquisa: “baseia-se na integração entre ciência, tecnologia, cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual” (Pacheco, 2010, p. 15)

A população brasileira segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD contínua 2022, destaca que 42,8% dos brasileiros declaram-se como brancos, 45,3% como pardos e 10,2% como pretos, totalizando pardos e pretos em 55,5% da população no Brasil.

Diante desses dados é possível inferir que também se faz presente na educação profissional e tecnológica um contingente de alunos pardos e pretos. Em relação a essa inferência, destacamos a pesquisa de Mendes (2019), sobre o acesso, permanência e êxito dos estudantes negros Cotistas no Ensino Médio Integrado, destaca que

[...] nos últimos anos, sobretudo dos anos 2000 para cá, as universidades federais e os institutos federais tenham apresentado um significativo aumento em termos numéricos de alunos que se autodeclararam negros, principalmente após a eclosão e desenvolvimento das políticas de cotas raciais. (Mendes, 2019, p. 66)

Dessa forma, não é possível pensar em educação profissional tecnológica sem refletir sobre tensões, conflitos e exclusões oriundas do racismo que afetam os discentes nos espaços escolares, e sem refletir de como os saberes vão sendo adquiridos e interferindo em suas identidades enquanto cidadãos e futuros trabalhadores. Os espaços educacionais formais são

extensões da sociedade, logo, o que se vivencia fora dos muros da escola, também está presente nas relações interpessoais estabelecidas no chão da escola. Então, é necessário que a educação das relações étnico-raciais também esteja presente na formação dos sujeitos que estudam na educação profissional tecnológica.

A população negra é vítima de situações que envolvem o racismo no seu cotidiano, preconceitos e discriminações raciais, além da divisão de classe. Dessa forma, o povo negro enfrenta nas suas vidas, violências oriundas do racismo que não são vivenciadas pela população branca, ou seja, está sempre em desvantagem em relação a outros segmentos sociais. E obviamente esses problemas raciais estão presentes no espaço escolar. Pois a educação também fortalece diversas mazelas que fazem parte da nossa sociedade, como o racismo, preconceitos e discriminações raciais. Mas também poderá tornar-se o espaço onde se promova o respeito à diversidade e aos direitos de todos os sujeitos, independentes do seu pertencimento racial, de classe e de gênero. E assim,

Acredita-se que estudar temas como a educação das relações étnico-raciais na educação profissional fomenta a criação de uma cultura universal de defesa da dignidade humana, com estímulos do respeito à diversidade e a pluralidade cultural da população brasileira. Além disso, a educação profissional e tecnológica vem se tornando uma opção em relação a conclusão do ensino médio, no qual o país enfrenta evasão tradicionalmente forte e preocupante, com baixa aspiração educacional dos alunos para continuar os estudos (Santos, I.; Silva Neta; Santos, C., 2022. p. 4).

O trabalho é a própria existência humana, pois é através dele que o ser humano terá condições de viver com dignidade, mas o trabalho também é constituído por contradições, como explorações, violências, direitos negados. E a falta de um trabalho também contribui para que o ser humano se depare com diversos problemas existenciais, pois é necessário se alimentar e dar conta das necessidades humanas. E a educação é o caminho que se busca para a emancipação enquanto sujeito social. E a educação profissional tem sido um dos caminhos que o jovem da classe popular tem buscado para entrar no mercado de trabalho e assim se constituir como um sujeito com dignidade. O ensino médio é uma das modalidades de ensino em que os jovens buscam uma formação que lhes possibilite uma oportunidade, como também outras modalidades de cursos profissionalizantes menos duradouro, que não contribuem para uma formação integral, onde além de formar para o mundo do trabalho, forme também para a vida, ou seja, uma formação onde se compreenda todo o processo que constitui o universo do trabalho e suas implicações culturais, científicas. Entender o mundo na sua totalidade e de forma crítica. A educação profissional tecnológica no ensino médio integrado possibilita esta formação integral, pois tem o trabalho como princípio educativo, “no sentido de superar a dicotomia

trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (Gramsci, 1981, p. 144 apud Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 84).

A formação no ensino médio integrado é concebida como:

Superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológico e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 85).

É nessa perspectiva de formação integral que a educação das relações étnico-raciais deve se inserir na educação profissional, pois, afinal, o povo negro constituído por sujeitos históricos de direitos, constrói suas histórias de lutas e conquistas, e estas precisam ser reconhecidas e fazer parte do sistema de educação no Brasil e estar presente nos currículos escolares, desconstruindo a educação eurocêntrica que nos constituiu e ainda é presente na educação. Afinal, foram os povos negros e índios os primeiros trabalhadores neste país, em situações de violências e barbárie.

A formação integral que é a concepção pedagógica que visa o pleno desenvolvimento das e dos discentes, objetivando formar o indivíduo em todas as suas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural, vai além de uma formação puramente profissional, científica e tecnológica. É preciso ser articulada e inserir na formação integral a educação das relações étnico-raciais para a construção de uma educação profissional e tecnológica inclusiva e transformadora. Afinal, desde a sua fundação como Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 e suas transformações ao longo da história, que os Institutos Federais tiveram e tem um papel relevante na formação dos jovens brasileiros, e dentre esses jovens houve e há presença de estudantes negros.

Com a implementação da Lei de cotas (Lei 12.711/2012), a presença de estudantes negras e negros cresceu nos Institutos Federais. Então, é crucial que esses estudantes conheçam a história dos seus antepassados e se vejam representados e que essas histórias estejam presentes nessa formação integral defendida pelos Institutos Federais. A educação profissional e tecnológica tem o potencial de promover a equidade racial e contribuir para reduzir as desigualdades raciais desse segmento social.

3.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO DO TRABALHO EM UM PAÍS MARCADO POR UMA HERANÇA ESCRAVOCRATA.

As violências e barbáries a que os povos negros e indígenas foram submetidos em um passado colonizador e escravocrata tiveram suas implicações na construção e formação do Brasil como também no mundo do trabalho. A presente pesquisa com a temática da educação das relações étnico-raciais, objetiva também contribuir para aprofundar essas discussões, explicando e descrevendo como também problematizando como se deu a construção histórica do trabalho partindo de sua origem no e pós sistema escravocrata.

No Brasil, o sistema escravocrata é um dos mais longos da história com mais de 350 anos, como também um dos últimos a ser extinto, foi constituído com violência, crueldade e perversidade na história da humanidade contra os povos africanos e seus descendentes. Violências com instrumentos de torturas, chibatadas, açoites em pelourinhos, castigos dos mais perversos, torturas para apagar seus nomes e suas culturas. Domínios sobre seus corpos e subjetividades, desumanizados e tratados como animais. Essa história não pode ser esquecida, mas também não pode ser contada, estudada só no viés da escravidão, pois o povo escravizado e libertos lutaram e praticaram resistências e rebeliões, inclusive a participação em algumas rebeliões teve como consequência a pena de morte. Deve ser lembrada para que nunca mais se repita.

A Educação Profissional e Tecnológica tem como concepção uma formação integral com princípios norteadores, tais: a omnilateralidade, a politecnia e o trabalho como princípio educativo, objetivando formar discentes com uma leitura crítica do mundo e que seja emancipadora. Mas de que mundo de trabalho estamos falando?

Destacamos que é imprescindível na educação profissional e tecnológica compreender como se deu a origem do trabalho no Brasil marcado por um regime escravagista de exploração e seus impactos profundos no mundo do trabalho, nas relações de trabalho e nas desigualdades raciais que foram construídas e que continuam presentes na atualidade.

Tendo como referência as pesquisas de Theodoro (2022), destacamos alguns fatos históricos que ocorreram no Brasil e que contribuíram para construir a categoria trabalho perpassado por violências, exclusões e profundas desigualdades sociais e raciais, sendo atravessado principalmente por exclusões oriundas do racismo.

Em 1850, a Lei de Terras foi regulamentada no Brasil contribuindo para a concentração fundiária e com isso torna ilegal que trabalhadores livres e libertos que ocupavam pequenas propriedades de terras para suas subsistências as possuíssem, sendo em sua maioria negros.

Formando assim uma grande concentração de trabalhadores rurais sem-terra que ficaram disponíveis como forças de trabalho para os grandes latifúndios.

No Censo de 1872, 75% do total da população era constituída pela população negra. O medo de que o Brasil se tornasse um país negro, “com todo o peso negativo que a visão racista imputava a esse quadro, pontuou o debate sobre o futuro do Brasil” (Theodoro, 2022, p. 109). E, nesse projeto, as ideias de branqueamento do Brasil embasadas nas teorias eugenistas, e o negro visto como um obstáculo para o progresso, ocorre um debate de um novo projeto de nação que o imigrante europeu é visto como o trabalhador branco evoluído. E diante dessas propostas de uma nação mais evoluída e do embranquecimento da população, é que surgem os desafios para a elite conservadora, o que fazer com os negros livres e libertos. Nos debates sobre o fim do regime escravocrata, “surgiram propostas diversas, inclusive de devolução de todos os negros ao continente africano, e também propostas outras como a de Joaquim Nabuco, a liberdade com acesso à terra que dessem ao ex-escravo condições de sobrevivência e autonomia econômica.” (Theodoro, 2022, p. 109).

No debate sobre o imigrante como um ser evoluído e o negro como empecilho para o progresso, se estabelece o projeto de embranquecimento no Brasil, tendo na miscigenação o caminho para evitar a degeneração do povo brasileiro, pois com a mistura das raças, paulatinamente o Brasil se tornaria um país negro. E é diante dessa questão, que,

a ideologia eugênica vai associar cada vez mais os negros às mazelas sociais, ligando-os diretamente à prática de maus hábitos de convívio e comportamento, como a preguiça, a falta de ambição no trabalho, o alcoolismo, o absenteísmo, a baixa condição de aprendizagem e formação. Enfim, o negro passa a ser visto como a antítese do bom trabalhador, incapaz de adaptar-se aos novos tempos do assalariamento. O racismo embutido na eugenia à brasileira relegou o negro a um espaço residual no sistema produtivo. Antes no epicentro da produção colonial, ele é posto às margens do mercado de trabalho. (Theodoro, 2022, p. 111).

É importante ressaltar que essa ideologia de embranquecimento que vigorou no Brasil até os anos de 1930, e todas essas percepções negativas sobre a população negra atravessou a história do Brasil, e com outras roupagens se faz presentes no imaginário social brasileiro na atualidade. Inclusive, determinando a ausência do povo negro em diversas instâncias representativas em nossa sociedade, colocando-o em ocupações subalternizadas e na informalidade.

Em relação às justificativas para a vinda dos imigrantes ao Brasil como trabalhadores mais “evoluídos” para substituir a mão de obra do ex escravizado, afirmava-se que o negro era incompatível para ocupar as modernas atividades produtivas, Theodoro (2022) argumenta a não

sustentação dessas ideias. Primeiro, porque o perfil dos imigrantes era similar ao dos escravizados pois eram oriundos de regiões rurais do Vêneto e as relações de trabalho eram rudimentares e semicapitalistas. E o segundo motivo “diz respeito à capacidade da mão de obra escravizada de integrar organizações produtivas capitalistas e suas inovações tecnológicas”, não procedendo, pois a mão de obra escrava trabalhou no século XIX na indústria naval no Rio de Janeiro e em mineradoras que eram atividades que utilizavam motores a vapor e sistemas de bombeamento, “o mesmo era observado na produção siderúrgica e têxtil” (Theodoro, 2022, p. 112).

Diante dos diversos mecanismos de exclusões planejados e executados para que o povo negro não fossem inseridos nos projetos da sociedade brasileira, é que:

O fator imigração e, principalmente, a ausência de postos de trabalhos ofertados para a mão de obra de origem africana vão fazer com que esse grupo, inclusive nas áreas mais dinâmicas, ocupe posições de subalternidade. Assim, ao final do século XIX, fosse no campo ou na cidade, os negros no Brasil pareciam condenados à pobreza e a miséria. Quando houve a possibilidade de alguma ascensão social, como ocorrido na primeira metade daquele século, ela foi refreada, inclusive com sanções de ordem econômica e jurídica por parte do poder público e incentivo para deixar o país. Progressivamente aliados dos setores mais dinâmicos da economia – a produção exportadora, a indústria e os ramos mais prósperos do comércio –, os negros ficaram restritos aos serviços pessoais e subalternos. A pobreza urbana do século XIX é negra. E assim seguirá sendo nos séculos subsequentes, conformando a desigualdade econômica com base na clivagem racial. (Theodoro, 2022, p. 117).

Em suma, o Brasil foi se urbanizando e se modernizando, mas tinha como projeto, a exclusão e o não lugar para a população negra na sociedade brasileira. E é nessa direção que caminhará o nosso país. Nas décadas seguintes modificará diversas questões inclusive na regulamentação do trabalho formal no governo de Getúlio Vargas em 1930, mas os mecanismos discriminatórios implementados contra a população negra continuaram em voga.

Na era Vargas, é regulado o mercado de trabalho com leis trabalhistas que protegiam os trabalhadores formais, como a proteção de oito horas, regulamentou-se o trabalho da mulher e do menor, férias e instituiu-se a carteira de trabalho e outras regulações. Mas os trabalhadores na informalidade ficavam à margem dessas proteções. Theodoro (2022) destaca que nesse período surge a chama marginalização social, pois quem não estava no trabalho formal, era considerado vadio, desocupado e com isso há repressão e estigmas direcionados aos não empregados e com isso o reforço ao racismo.

O pesquisador Souza (2021), nas suas análises sobre o governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, defende que foi um governo que transformou a desvalorização do povo brasileiro por predominar a mestiçagem em um símbolo positivo, pois “percebe imediatamente o enorme

potencial socialmente mobilizador e construtivo dessa ideia que redime a condenação racista” (Souza, 2021, p. 227). E para o convencimento dessa valorização mestiça, a teoria da democracia racial do Sociólogo Gilberto Freire será determinante.

Em seus estudos, Souza (2021) argumenta que o Decreto 19.482 de 12 de dezembro de 1930, a chamada Lei de Nacionalização do Trabalho ou Lei dos Dois Terços, determinava que dois terços das vagas dos empregos deveriam ser ocupadas por brasileiros natos, “tornava possível o acesso ao emprego, sobretudo o trabalhador negro, que havia sido literalmente expulso do mercado de trabalho competitivo pelo imigrante italiano nas indústrias e pelo imigrante português no comércio.” (Souza, 2021, p. 228).

Theodoro (2022) também ressalta que de 1930 a 1980 no processo de modernidade no país, o mercado de trabalho absorveu parcelas da população negra, que até os anos 1930 estavam quase totalmente marginalizadas. “A revalorização da mão de obra nacional que se seguiu ao fim do período de imigração maciça beneficiou diretamente os negros e mestiços. (Theodoro, 2022, p. 129)

É importante abordar sobre a teoria da democracia racial que se iniciou nos anos de 1930 a partir do governo de Getúlio Vargas e que se estendeu até o final dos anos 1980, como um novo mecanismo utilizado para camuflar o racismo e como essa teoria também influenciou na mobilidade social do povo negro na sociedade brasileira. De acordo com Jaccoud (2008) é importante ressaltar que nesse período de 1930, desaparece gradativamente o discurso racista no campo político como nas interpretações do processo de desenvolvimento nacional, surge o pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil.

Esse termo surge no Brasil na década de 1940 e teve como principal divulgador a obra de Gilberto Freire, “assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil (Jaccoud, 2008, p. 51).

Essa teoria surge como um novo mecanismo de mascarar o racismo brasileiro ao negar que no Brasil as tensões raciais, exclusões e desigualdades raciais não existiam e com o lema de enaltecer o povo brasileiro através da mestiçagem e com a ideia que todos viviam em harmonia e com direitos e oportunidades iguais. Inclusive, na década de 1970, o regime militar declara que não há discriminação no Brasil e por isso não havia necessidade de medidas para assegurar igualdade racial. Assim, desaparece o debate racial, sendo retomado em outra perspectiva pelos movimentos sociais negros a partir dos anos de 1980 em diante.

Theodoro (2022) esclarece que no final dos anos 1980 o Brasil contava com uma rede expressiva de aglomeração urbana, com 40% concentrada nas regiões mais pobre, nas regiões

menos desenvolvidas, Nordeste e Norte: Recife (47,2%), Fortaleza (40,75), Belém (39,6%), Salvador (39,0%).

Com essa realidade, nos anos de 1990-2000 cresce a proporção dos mais pobres, o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho. Já no período de 2003-2014 com a chegada do Partido dos Trabalhadores na presidência, com pleitos a cumprir com direitos sociais e trabalhistas estabelecidos na constituição de 1988, Theodoro (2022) afirma o fato da queda da pobreza e da miséria, redução das desigualdades, aumento da renda do trabalho e da renda total das famílias e queda da informalidade.

Em relação às desigualdades raciais, à queda da pobreza e às condições de vida da população negra e branca no período de 2003-2014, foram distintas por diversos fatores:

O primeiro se refere ao ritmo distinto de redução da pobreza, mais acentuada entre os brancos. Houve um aumento da participação negra no grupo que se manteve em situação de pobreza: o percentual de negros entre os 10% mais pobres subiu de 73% em 2004 para 76% em 2014. Isso significa dizer que um montante proporcionalmente maior da população branca logrou sair das condições de pobreza, enquanto em sentido inverso, a população negra encontrou mais dificuldades para superá-las. [...] a participação dos negros entre os mais pobres decorre da maior dificuldade de conseguirem ascensão socioeconômica pelo mercado de trabalho. [...] a incidência do chamado racismo institucional, que faz com que a população negra não tenha as mesmas oportunidades no mercado de trabalho e nem igual acesso a serviços e benefícios públicos, assim como às ações de combate à pobreza [...] (Theodoro, 2022, p. 154-155).

Diante da abordagem aqui descrita, ressaltamos que mudanças ocorreram na sociedade brasileira, mas ainda persistem uma grande exclusão principalmente no mundo do trabalho: há ausência de pessoas negras em espaços de poder, mesmo em governos progressistas como o do Partido dos Trabalhadores – PT. Ressaltamos, no entanto, que foi nos governos do Partido dos Trabalhadores, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que as principais mudanças ocorreram no que se refere às políticas públicas direcionadas à população negra. Mas, mesmo assim, há poucos ministros negros no Supremo Tribunal Federal e outros ministérios, exceto no Ministério da Igualdade Racial e Direitos Humanos, que tratam de causas mais específicas, nos meios de comunicação não há apresentadores negros e negras comandando programas, nas novelas o percentual é ínfimo, enfim, na política é insignificante a presença de prefeitos, governadores e secretários negros, enfim, o poder é branco. Então, ainda há muito o que mudar. O racismo impera determinando os lugares de poder e de destaque em nosso país.

Queremos pontuar que os estudos e análises sobre as desigualdades raciais não desconhecem as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e que o racismo, a discriminação e o preconceito não atuam de forma isolada, no contexto social e principalmente no mundo do

trabalho. Mas o recorte racial é imprescindível nessas análises, e a defendemos na Educação Profissional Tecnológica no que tange às análises do mundo do trabalho como princípio educativo e a formação integral.

3.2 ESTADO DA ARTE SOBRE A LEI 10.639/2003 NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA PERSPECTIVA DE UMA FORMAÇÃO INTEGRAL

Nesta seção será apresentada os resultados das pesquisas do Estado da Arte sobre a presença da Lei 10.639/2003, na Educação Profissional e Tecnológica. Foram utilizados três bases de dados para a revisão de literatura: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Repositório Institucional – IFES e Google Acadêmico com o recorte temporal de 5 anos e abrange o período de 2020 à 2025.

Na busca no catálogo de teses e Dissertações da CAPES utilizando o descritor 10.639 aparece um total de 1.442 publicações sobre o tema e abrangendo o período de 2018 a 2023, sendo 788 de mestrado acadêmico e 378 de mestrado profissional. Com o descritor “Lei 10.639” AND “Educação Profissional” teve como resultado 20 dissertações: 12 Mestrado Profissional e 05 Mestrado Acadêmico, abrangendo o período de 2016 a 2023, com área de concentração na Educação Profissional e Tecnológica. Com o descritor Lei 10.639/2003 o resultado são de 629 publicações, sendo Mestrado Acadêmico 336 e Mestrado Profissional 190.

A busca no Google Acadêmico com o descritor Lei 10.639/2003, EPT: teve como resultado um total de 293 publicações entre artigos, monografias e dissertações. Com o descritor Lei 10.639 na Educação Profissional Tecnológica, resultou em 6.460 publicações entre artigos, monografias e dissertações. A busca no Repositório Institucional – IFES, utilizando os seguintes descritores: com o descritor Educação Antirracista foram encontradas 135 publicações sobre o tema e com o descritor Lei 10.639/2003 foram encontrados 289 trabalhos, descritor Lei 10.639/2003 e Educação Profissional Tecnológica foram encontrados 154 trabalhos. Utilizando o descritor educação das relações étnico-raciais, foram encontrados 289 pesquisas sobre o tema, abrangendo artigos, produtos educacionais, em pouquíssima quantidade, predominando dissertações de mestrado.

Foram selecionados treze trabalhos, todos do Repositório Institucional do IFES: uma tese de doutorado e doze dissertações de mestrado. Em cada uma das dissertações e na tese são abordadas temática distinta, mas tendo como contexto a Lei 10.639/2003. A justificativa para essa escolha é justamente para evidenciar como a implementação da referida lei, abarca temáticas diversas que podem serem implementadas nos currículos do ensino médio na sua totalidade e que de fato contribui para uma formação integral. Dentre as pesquisas que serão

analisadas, há cinco dissertações e uma tese de doutorado, todas defendidas no ano de 2013. A justificativa para analisar mais pesquisas nesse ano, é que no ano de 2013, a Lei 10.639/2003 completou 20 (vinte) anos de sua publicação, e assim compreender como ocorreram as discussões sobre a implementação ou não dessa política pública nos espaços escolares, preferencialmente nesta pesquisa com destaque aos Institutos Federais onde as pesquisadas foram realizadas e defendidas.

Quadro 1 - Dissertações de mestrado e tese com os descritores: educação antirracista, educação das relações étnico-raciais, Lei 10.639/2003, Lei 10.639/2003 e Educação Profissional e Tecnológica.

Ano	Título	Autor	Instituição
021	2 Histórias de vida de professoras negras da Educação Profissional no IFBA: E eu, eu não sou uma cientista?	Caliane Costa dos Santos da Conceição	Instituto Federal da Bahia
021	2 Capoeira na escola: prática educativa no auxílio à efetivação da Lei 10.639/2003 no Ensino Médio Integrado IFTM – Campus Uberaba	Gleisson Marques Gonçalves Costa	Instituto Federal Triângulo Mineiro
022	2 Lei 10.639/2003 e a prática pedagógica acerca do ensino das religiões de matriz africanas no ensino médio integrado Campus Montes Claro - MG	Cristina Aparecida Gonçalves dos Santos Silva	Instituto Federal Norte de Minas Gerais
023	2 Formação Continuada e o trabalho do/a docente de história a partir da formação oficina de implementação da Lei 10.639/03	Benedita Vilmária Alves Pereira	Instituto Federal de Goiás
023	2 Juventudes Negras, Educação Profissional e o mundo do trabalho: Estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista.	Helder Felipe de Oliveira	Instituto
023	2 Interculturalidade, Educação e Identidade: Uma análise acerca da Lei 10.639/2003 na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju	Ingrid Fabiana de Jesus Silva	Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju
023	2 Lei Federal 10.639/2003 e o currículo dos cursos integrados da Educação Profissional: Uma análise do IFSC-Joinville	Jussiane Ribeiro da Luz	Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis
023	2 20 anos da Lei 10.639/2003 e formação integral: O estado da implantação e implementação da Lei no IFSC, Campus Gaspar-SC	Nilson de Souza Leal	Instituto Federal Catarinense
023	2 O Neabi IFRN: Amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica	Nilton Xavier Bezerra	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
024	2 Educação étnico-racial: percepções de docentes do curso técnico integrado em mecatrônica do CEFET- MG Campus Divinópolis	Helena Maria dos Santos	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

024	2 As questões étnico-raciais nas práticas pedagógicas dos professores do proeja como forma de evitar o epistemicídio negro no currículo integrado	Vanessa Ferreira Romão	Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Mesquita
025	2 Educação Profissional e Tecnológica como espaço de transgressão: caminhos para uma formação antirracista	Keila José Alves	Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Fonte: Produzida pela autora

Iniciaremos as análises com a pesquisa intitulada “Histórias de vida de professoras negras da educação profissional no IFBA: E eu, eu não sou uma cientista? Da autora Caliane Costa dos Santos da Conceição, que teve como foco de análise como o racismo e o sexismo são modos operantes no silenciamento e invisibilidade de cientistas negras, utilizando como teoria metodológica a interseccionalidade, inter cruzando raça, classe e gênero, para uma melhor compreensão do seu objeto de pesquisa. Foram entrevistadas 8 cientistas negras da área de física, matemática e química do Instituto Federal da Bahia. A autora destaca que a utilização da perspectiva da interseccionalidade “objetivou evidenciar como estes elementos atravessam as trajetórias de mulheres negras, incidindo na sua construção como cientistas e no seu desenvolvimento profissional enquanto docentes (Conceição, 2021, p. 84).

A autora destaca que sua pesquisa contribui para a implementação da Lei 10.639/2003 na Educação Profissional e Tecnológica nas áreas das ciências naturais e de matemática, “onde o diálogo com as questões raciais têm se mostrado mais complexo sob o ponto de vista das docentes” (Conceição, 2021, p.85).

Nos estudos de Costa (2021) “Capoeira na Escola: prática educativa no auxílio à efetivação da Lei 10.639/2003 no Ensino Médio Integrado do IFTM – Campus Uberaba”, tem como objeto de pesquisa a capoeira como uma das maiores expressões culturais brasileira, que segundo o autor é praticada em diversos Institutos Federais, mas não é praticada no Instituto Federal – Campus de Uberaba, daí o motivo da sua pesquisa. Defendendo uma prática educativa e não folclorizada, destacando a oralidade, ancestralidade, corpo e ritualidade, como elementos importantes dessa arte, que também tem um histórico de resistência do povo negro.

O pesquisador ao analisar o Projeto Político Pedagógico do Curso escolhido para a sua pesquisa, o curso do 1º Ano do Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio e as ementas das disciplinas de Arte, História e Literatura, destaca as seguintes questões: o currículo é eurocêntrico e universal, “dificulta a construção e a promoção da cidadania, tendendo a diminuir – quando não, aniquilar os corpos negros e a identidade étnico-racial desses sujeitos” (Costa, 2021, p. 67). É destacado também em suas análises, que no Projeto Pedagógico do Curso faz menções às várias disposições legais “prevendo o ensino das africanidades e brasilidades

no contexto escolar. Reconhecendo as identidades de gênero e étnico-raciais, dos indígenas e quilombolas e populações do campo e menciona a Lei 10.639/2003” (Costa, 2021, p. 70). No entanto, não correspondem na prática a sua efetivação. E a conclusão nos resultados da pesquisa é a não presença da arte da capoeira, ainda tratada como “coisa de preto lá das senzalas, e a negligência explícita no cumprimento da lei, o que abre portas para um desafio muito maior sobre a efetivação da Lei 10.639/2003 nos currículos escolares”, e sugere o envolvimento do NEABI para reparar essa ausência da lei nos currículos e programas da instituição.

Já na pesquisa de Silva (2022) foi discutido o estudo da cultura religiosa afro-brasileira no Ensino Médio Integrado Campus Montes Claros-MG, propondo como prática pedagógica e tendo como base a Lei 10.639/2003. A pesquisa foi realizada através de análise documental dos Projetos Pedagógicos dos cursos Técnicos em Informática, Química e o Técnico em Edificações, todos no Campus Montes Claros/MG, e da BNCC referente à regulamentação do ensino médio, e também através de questionários com os alunos dos respectivos cursos.

A pesquisa objetiva o conhecimento sobre as religiões de matriz africana através do estudo da cultura negra e a contribuição ao combate ao racismo estrutural e religioso. A pesquisadora, como professora de Ensino Religioso, diz perceber os preconceitos e aversão de alguns estudantes, pais, professores e da gestão escolar ao abordar essa temática. Ressalta a relevância da Lei 10.639/2003, justamente para estudar a história dos negros, sua cultura e religiosidade, por isso a importância de colocá-la em prática no espaço escolar, justamente contribuindo para um pensamento crítico e prático para extinguir preconceitos e estereótipos em relação à religião e seus adeptos. A pesquisadora esclarece que o modelo defendido para o ensino da cultura religiosa afro-brasileira na sua pesquisa, é baseada em uma proposta científica e de acordo com a abordagem dada pela Ciências da Religião, nos seus aspectos históricos, filosóficos e sociológicos, respeitando assim a diversidade religiosa.

Na pesquisa de Pereira (2023) denominada “Formação continuada e o trabalho do/a docente de História a partir da formação oficina de implementação da Lei 10.639/03” realizada no Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis, tendo como um dos seus objetivos analisar tanto o plano de ensino de História de professores que participaram de oficina de formação, como “analisar o processo didático-pedagógico desenvolvido pelo/a docente da disciplina de História em relação à temática das relações étnico-raciais” e como a formação continuada pode contribuir para a sua efetivação. Os participantes da pesquisa foram os docentes de História.

A autora destaca na conclusão da pesquisa, que há uma preocupação desses docentes em trabalhar o que determina a Lei 10.639/2003, no entanto, faz-se necessário investir na formação continuada e em materiais didáticos para o cumprimento do ensino das relações

étnico-raciais, e que esses desafios precisam ser enfrentados para a implementação da referida lei. O produto educacional desenvolvido pela pesquisadora foi justamente um guia didático para os docentes, intencionando que seja utilizado como um dos caminhos para contribuir com a formação continuada.

A pesquisa de Oliveira (2023) “Juventudes Negras, Educação Profissional e o mundo do trabalho: Estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção de uma educação antirracista”, com o foco nas juventudes negras no contexto da educação profissional.

A pesquisa foi realizada em uma instituição social na cidade de Porto Alegre, um espaço educativo não escolar, com jovens que estudam nessa instituição através de um Projeto de Formação Inicial da Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa realizou oficinas de Letramento Racial, com as temáticas: racismo estrutural, racismo no mundo do trabalho, racismo e juventude e outras temáticas inerentes a estes conceitos. O produto educacional oriundo das oficinas foi um guia de atividades sobre Letramento Racial com o objetivo de promover uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. No resultado da pesquisa, é ressaltado a urgência de ampliar diversas iniciativas para a promoção de práticas educativas antirracista, principalmente na Educação Profissional e Tecnológica.

Ressaltamos que na presente pesquisa mesmo que o autor não aborde diretamente a Lei 10.639/2003 como uma ferramenta para uma educação antirracista, mas implementar letramento racial objetivando uma educação antirracista, é justamente o que propõe esta política pública, pois estudar a história do povo negro e africanos é efetivar uma educação antirracista. A pesquisa de Silva (2023) intitulada “Interculturalidade, Educação e Identidade: Uma análise acerca da Lei 10.639/2003 na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe – Campus Estância”, com o objetivo de analisar como a lei é aplicada no Ensino de História para os alunos do 3º ano dos cursos de Eletrotécnica e Edificações, e também analisar quais os fatores que contribuem ou não para a implementação da lei. A autora analisou os planos de ensino e ementas da disciplina de história e não encontrou nenhuma referência relacionada ao que determina a lei 10.639/2003. As abordagens verificadas são superficiais e ao mencionar estudos sobre antiguidade ao mencionar o Egito, mas deslocado do continente africano. Sobre História do Brasil, são estudados o período colonial, império, república e outros estudos, mas não consta sobre as histórias de resistências e lutas do povo africano e negro no Brasil, ou seja, nenhum estudo está embasado no que determina a Lei 10.639/2003.

Na pesquisa também foi entrevistada a docente da disciplina de História para saber o seu entendimento sobre os impeditivos da não aplicabilidade da lei. Dentre as suas respostas: é que a lei não vem acompanhada de condições para a sua aplicabilidade, a carga horária e o

excesso de conteúdos impossibilitam uma formação reflexiva e crítica, não teve formação inerente à lei e que as capacitações que são oferecidas pela instituição são insuficientes nessa direção, e mesmo que o NEABI seja atuante, não há articulação e nem parcerias nas esferas da instituição para formação continuada para a efetivação da lei. O produto educacional resultante da pesquisa é um aplicativo/áudio em formato de podcast Odara – Um encontro com o saber ancestral, com itans (história sobre mitos e lendas) do panteão africano que, de acordo com a pesquisadora, pode ser uma ferramenta para o ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Profissional e Tecnológica.

A pesquisa de Luz (2023) “A Lei Federal 10.639/2003 e o currículo dos cursos integrados da Educação Profissional: Uma análise no IFSC-Joinville”, tendo como foco a Lei 10.639/2003 no currículo da Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos em Eletroeletrônica e Mecânica. A pesquisa foi realizada através de análise documental através do Projeto Político Institucional, os Projetos Pedagógicos dos cursos de Eletroeletrônica e Mecânica, como também uma busca no acervo físico na Biblioteca do campus, para verificar se há obras que possam serem utilizadas no que prevê a Lei 10.639/2003.

Nos documentos analisados como o PPC do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica, é citada a Resolução 1/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mas não menciona a Lei 10.639/2003 e nem o parecer que regulamenta a execução da lei. Já no PPC do curso Técnico Integrado em Mecânica menciona a Lei 11.645/2008 e a Lei 10.639/2003 são mencionadas de forma fragmentada. Luz (2023) diz “que não foi identificada preocupação em justificar a inclusão das referidas legislações. Ou seja, há presença da temática afro-brasileira nos currículos dos dois cursos nas disciplinas de Geografia, Educação Física e História, fragmentada e dispersa. Na pesquisa foi destacada a não implementação do NEABI no Campus Joinville e que também não há uma política de formação continuada em relação à educação das temáticas no bojo da Lei 10.639/2003.

Em relação ao levantamento no acervo da biblioteca foram encontrados no total 104 títulos que tratam da temática étnico-racial nas áreas de ciências social, literatura e história. O produto educacional resultante da pesquisa é o Ebook – Relações étnico-raciais na educação: guia de orientações para a atuação docente na EPT. Os resultados da pesquisa evidencia a presença da história e cultura Africana e Afro-brasileira nos currículos dos dois cursos pesquisados mas de forma fragmentada.

Na pesquisa de Leal (2023) “20 anos da Lei nº 10.639/2003 e formação integral: O estado da implantação e implementação da Lei no IFSC, Campus Gaspar-SC”, com o objetivo

de investigar nos documentos institucionais a presença ou ausência de referências a Lei 10.639/2003 dos conteúdos relacionados a história da África e dos afro-brasileiro. Esses documentos analisados foram o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos do Ensino Médio Integrado de Química e Informática. E os sujeitos da pesquisa foram os docentes que atuavam no ensino médio integrado do campus e os discentes que estavam nas últimas fases dos cursos de Química e Informática, os Gestores de Ensino e Direção Geral do Campus. Foram aplicados questionários para os docentes e discentes e entrevistas com os gestores.

Nas entrevistas com os gestores, a maioria conhece a lei, mas apontam falhas na literatura disponível, e lamentam como a educação das relações étnico-raciais são tratadas nos livros e dizem que não contemplam as necessidades do tema com o público do ensino médio integrado. Ou seja, conhecem a lei, mas não contribuem efetivamente para a sua implementação através de capacitação e formação continuada. O pesquisador ressalta as contradições das falas dos entrevistados. Ou seja, as falas estão sustentadas nos documentos institucionais analisados, pois está ausente a menção a educação das relações étnico-raciais, impossibilitando assim a implementação da Lei 10.639/2003. Já nas entrevistas com os docentes também dizem conhecer a lei, mas afirmam que essa temática são os docentes das ciências humanas que trabalham com a história e a cultura afro-brasileira. Para Leal (2023) esta questão é fruto da ausência do debate na instituição sobre determinadas diretrizes e orientações.

Nas entrevistas com os estudantes, a maioria responde não conhecer a existência da Lei 10.639/2003, contudo, afirmam que tiveram aulas com essa temática. Ou seja, mesmo com a ausência dos documentos institucionais e a falta de material didático adequado, há um esforço dos docentes para abordar a temática nas salas de aula. Para Leal (2023) a lei ao completar 20 anos, sequer ser mencionada nos documentos da instituição é bastante agravante. O produto educacional resultante da pesquisa um panfleto digital denominado “Lista Negra, das pessoas, das ideias, das coisas”. O pesquisador pontua que mesmo diante de tantas contradições o produto foi bem avaliado, potencializado e como resultado da pesquisa, a Lei 10.639/2003 não está implementada no âmbito do IFSC, Campus Gaspar.

Na pesquisa de doutorado de Bezerra (2023) intitulada “O NEABI IFRN: Amefricanidade e práticas quilombistas para uma formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica”, e como objeto de estudo as práticas pedagógicas (na área de ensino, pesquisa e extensão) desenvolvidas pelo NEABIS do IFRN em prol de uma formação humana, integral e antirracista no contexto da EPT. Foram lócus da pesquisa os NEABIS dos campi de Apodi, São Paulo do Potengi e de Canguarema, por manterem parcerias externas com

comunidades quilombolas e indígenas. Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabis são constituídos por docentes, gestores, técnicos administrativos, estudantes e movimentos sociais. Os Neabis tem papel relevantes nas instituições. De acordo com Bezerra (2023, p. 103) “são constituídos como grupo de trabalho responsável por fomentar ações de natureza sistêmica que assegurem o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão”.

Na pesquisa, foram realizadas entrevistas com os membros do NEABI, docentes, discentes e ativistas de movimentos sociais, como também foram analisados documentos institucionais como documentos dos Neabis. Nos estudos de Bezerra (2023), os Neabis são destacados por terem importante papel por formar seus membros e por estimularem debates sobre a educação étnico-raciais, atuando contra preconceitos, discriminações e racismo nos ambientes escolares, como também reconhecendo de forma positiva as raízes africanas, afro-brasileiras e indígenas. O pesquisador também defende esses núcleos como espaços de aquilombamento “reconhecemos a educação quilombista como estratégia propícia para potencializar uma formação humana mais conscienciosa” (Bezerra, 2023, p.112). Como resultados da pesquisa, destaca-se a relevância do NEABI como agente mobilizador de práticas pedagógicas antirracistas no contexto institucional. O que também destacamos como relevante nessa pesquisa, são os entrelaçamentos que o pesquisador realiza através de itans (lendas e mitos do panteão africano e indígena) dos orixás Exu, Xangô e Tupã em suas escritas e abordagens. Exu é o orixá senhor das encruzilhadas, dos caminhos e da comunicação e Xangô é o orixá que representa a justiça, trovões e o fogo, Tupã é o senhor dos raios e trovões, pertencente à mitologia indígena tupi-guarani. Tupã e Xangô tem semelhanças míticas. Muito significativo e poético.

Os estudos de Santos (2024) Educação Étnico-racial: Percepções de docentes do Curso técnico integrado em mecatrônica do CEFET-MG Campus Divinópolis, tendo como foco compreender as percepções e conhecimentos dos docentes do Curso Técnico em Mecatrônica sobre a Lei 10.639/2003. O locus da pesquisa foi o campus Divinópolis. Foram analisados o Projeto Pedagógico do curso citado do 1º ano e foram entrevistados catorze professores. Nas análises na disciplina de História, aparece a inclusão de elementos da Lei 10.639/2003, mas a autora relata que não há menção às manifestações culturais de Divinópolis, a exemplo da congada. Nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura exploram a temática afro-brasileira, mas ignoram as manifestações regionais do município. No programa de Educação física são incluídos as danças da congada, que segundo a autora contribuíram para combater o racismo e valorizar a cultura local.

Em relação às entrevistas com os docentes, um pequeno percentual conhece a lei, mas a maioria conhece parcialmente e outros não conhecem. Em relação à inclusão da história e cultura afro-brasileira a grande maioria dos docentes considera positiva e relevante. Em relação aos materiais didáticos existentes na biblioteca do campus, para dar suporte à implementação da lei, a maioria indicou não ter conhecimentos, somente um professor afirmou conhecer e que possui variedades de materiais sim. De acordo com a pesquisa, o maior desafio é na matriz curricular técnica para integrar os conteúdos da Lei 10.639/2003, pois unir a formação técnica à educação geral ainda é desafiante, além da sobrecarga de conteúdos no extenso currículo dos cursos técnicos. Nos resultados da pesquisa, aponta a necessidade de engajamento de esforços para que se garanta o conhecimento sobre a Lei 10.639/2003 e estratégias para a implementação. O Produto Educacional resultante da pesquisa é o e-book “Vou te contar uma história...” sobre as congadas e outras manifestações culturais do município de Divinópolis/MG.

A pesquisa de Romão (2024) “As questões étnico-raciais nas práticas pedagógicas dos professores do Proeja como forma de evitar o epistemicídio negro no currículo integrado”. Objetiva verificar como são inseridos os conhecimentos de origem africana, afro-brasileira e afrodiaspórica no currículo do Curso Técnico em Montagem e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio (MSI-PROEJA), no campus do Rio de Janeiro. Na pesquisa, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, além de repensar os currículos objetiva evitar o epistemicídio negro. Explica que epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo Boaventura Souza Santos, mas explorado pela filósofa Sueli Carneiro “para designar o apagamento ou a inferiorização dos conhecimentos produzidos por culturas não brancas”. De acordo com a pesquisadora, a maioria dos alunos nessa modalidade é negra, baseado na sua experiência como professora e também confirmada de acordo com pesquisa do INEP de 2024 (Romão, 2024).

Os Participantes na pesquisa foram 10 (dez) professoras/os do curso pesquisado com aplicação de questionário objetivando identificar suas posturas e práticas da educação étnico-raciais na proeja. Com os resultados foram identificados falta de formação docente para uma educação antirracista, barreiras institucionais e dificuldades de encontrar materiais para a aplicabilidade para a educação das relações étnico-raciais. Mas nos estudos é ressaltado que foram encontradas boas práticas pedagógicas com estratégias para abordar as questões étnico-raciais no ambiente escolar. Como resultado da pesquisa foi elaborado o produto educacional em formato de E-book “Epistemologia Negra no PROEJA”, objetivando contribuir para repensar o currículo integrado no PROEJA.

Na pesquisa de Alves (2025) “Educação Profissional e Tecnológica como espaço de transgressão: Caminhos para uma educação antirracista”, com objetivo geral de analisar como a implementação da Lei 10.639/2003 na disciplina de História do Instituto Federal de Goiás, Campus Uruçu, contribui para a formação antirracista dos alunos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisadora relata que é tetraneta de uma pessoa escravizada, filha de uma mulher negra retinta e mãe solo, é também uma mulher preta e que sua experiência familiar moldou sua visão de educação e de sociedade. E que é a primeira da família a ser mestra e professora de História, e como negra e educadora vivenciou o racismo na vida e no trabalho. Todas essas vivências moldaram a sua pesquisa na educação antirracista além de ser um compromisso com uma educação que respeite a diversidade. Breve relato para situar a autora e seus caminhos na pesquisa.

A pesquisa realizada através de entrevistas presenciais com professores de diferentes áreas do conhecimento, com 47 estudantes, coordenadores e a diretora do campus, análises de práticas pedagógicas implementadas no campus e pesquisa documental: Projeto Político Pedagógico Institucional-PPPI, Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e o Regimento Interno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena- NEABI. A observação participante nas reuniões e eventos promovidos pelo NEABI e nas atividades do evento da Consciência Negra e do evento do Encontro de Culturas Negras. Os resultados da pesquisa apontados por Alves (2025) apontam que a transversalização da temática no currículo é um grande obstáculo, fragilidade na formação docente, resistência em integrar a temática ao currículo, eventos pontuais promovidos pelo NEABI. Mas também aponta avanços nas práticas pedagógicas e na percepção dos estudantes sobre diversidade cultural e racial.

Após as análises das dissertações selecionadas, é possível inferir que há bastante resistências e falta de comprometimento dos sistemas educacionais em implementar a Lei 10.639/2003, sendo as alegações diversas para a não efetivação da educação das relações étnico raciais. Ou seja, os desafios e barreiras colocadas pelas instituições são enormes. Inclusive há alegações que não encontram ressonância na realidade como falta de materiais didáticos, pois há uma produção elevada de livros, estudos e pesquisas e o Ministério da Igualdade Racial utiliza de diversos mecanismos para que os sistemas escolares municipal, estadual e federal caminhem em direção à implementação da Lei 10.639/2003 e 11.645/200. Inclusive há docentes que não reconhecem a importância da temática afro-brasileira e outros declaram que essa abordagem deveria ser ministrada por professores negros.

Muitos gestores e docentes reconhecem a importância da lei como enfrentamento ao racismo e desigualdades, mas na prática não tomam as devidas decisões na instituição para a

implementação. O racismo como um sistema que estrutura a sociedade brasileira e consequentemente o sistema escolar, é um entrave que deve ser enfrentado na sociedade e na escola, e a implementação da lei 10.639/2003 contribuirá para esse enfrentamento. Ao

valorizar a diversidade da nossa sociedade, mudará valores, percepções e contribuirá para ressaltar os valores das diferentes culturas e povos que nos constituem. Romper com uma formação engessada e eurocentrada, transpor desafios, entraves e resistências é parte de um longo caminho, mas é necessário ir em frente e lutar para as mudanças necessárias. Para a efetivação de uma educação antirracista, de acordo com Pinheiro (2023, p.147) “mais que uma opção, deve ser um compromisso histórico, um dever da escola, ser antirracista. A escola, e, por sua vez o professor e a professora precisam pautar a equidade racial em toda a sua estrutura”.

O diferencial da presente pesquisa em relação às doze (12) pesquisas analisadas, é que aponto a escolha na realização das rodas de conversas com palestrantes que são militantes dos movimentos negros, ativistas que lutam por uma educação inclusiva, principalmente em relação à implementação da educação das relações étnico-raciais no espaço escolar de forma efetiva.

Aponto também como diferencial que a maioria das pesquisas, mesmo tendo como fio condutor principal a Lei 10.639/2003, pesquisaram temáticas específicas como: formação continuada, o racismo e o sexismo que invisibiliza e silencia as cientistas negras, O Neabi e as práticas quilombistas, o proeja, a capoeira como arte e dança, as juventudes negras em uma instituição social, práticas pedagógicas acerca das religiões de matriz africana, identidade e interculturalidade. Em onze trabalhos, as pesquisas foram realizadas na educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais e somente uma foi realizada em uma instituição social externa.

E os pontos que aproximam as pesquisas analisadas com a presente pesquisa, é que todas tem como foco principal a lei 10.639/2003 e as temáticas citadas acima relacionadas com o que determina a lei. Todas as pesquisas mesmo com temáticas diversas, mas o principal objetivo foi verificar se está presente ou não nas práticas pedagógicas dos cursos pesquisados.

A escolha por rodas de conversas como um instrumento da pesquisa em um espaço coletivo e democrático possibilita a todos os participantes compartilhar suas experiências, opinar, discutir, apresentar seus pontos de vista, ouvir os colegas, tirar dúvidas e também acessar conhecimentos que no dia a dia escolar podem estar ausentes e, no caso específico desta pesquisa, a educação das relações étnico-raciais. Nas rodas de conversas promovidas por essa pesquisa foram discutidas temáticas relevantes e atuais que se desdobraram em outros temas sobre a história do povo negro e africano, e assim foi possível observar como os discentes e os

docentes que participaram das discussões nas rodas pensam essas temáticas e se de fato são manifestadas na sala de aula.

A pesquisa promoveu uma exposição sobre pensadoras negras com duração de um mês, um ineditismo que se fez como diferencial, pois há uma certa ausência e silenciamento sobre as produções das intelectuais e pensadoras negras que contribuíram com novas perspectivas em áreas diversas do conhecimento.

4 METODOLOGIA

Nesta seção descreveremos os caminhos a serem percorridos para a condução da presente pesquisa, como também as fases e características metodológicas da pesquisa e o local da realização da pesquisa.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a educação das relações étnico-raciais preconizada pela Lei 10.639/2003 que se faz presente no currículo e na práxis pedagógica do curso Técnico de nível médio de Sistemas de Energia Renovável. E para a compreensão do referido objeto, esta pesquisa utilizou uma abordagem de cunho qualitativo que, segundo Triviños (1987), compreende atividades de investigação com o objetivo de atingir uma interpretação da realidade. A pesquisa qualitativa busca assimilar e compreender os aspectos subjetivos dos sujeitos pesquisados. Também tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, mantendo um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente e com os sujeitos da pesquisa (Ludke; André, 2018, p. 12).

Esta pesquisa é de natureza descritiva e explicativa. Descritiva porque investigou como as políticas das relações étnico-raciais são implementadas na comunidade escolar do Campus Socorro tendo como base o Curso Técnico em Sistemas de Energia Renovável, e assim irei descrever como se dão essas ações relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Explicativa porque a partir desse processo de descrição, será explicada como acontecem essas relações sociais.

Quanto ao procedimento desta pesquisa foi realizada uma pesquisa-ação, usando a observação participante com diário de campo com a observação de eventos e da exposição sobre pensadoras negras. A pesquisa-ação é definida como:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986, p. 14).

O autor explica que há um equívoco em equiparar a pesquisa-ação com a pesquisa participante, mas toda pesquisa-ação é do tipo participativo, e para que não haja interpretações erradas afirma que,

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação.

Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida (Thiollent, 1986, p. 15)

O papel do pesquisador na pesquisa deve ir além de uma mera participação, como bem explica (Brandão, 2006, p. 12) “ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir”. E é diante desse compromisso que a presente pesquisa é uma pesquisa-ação, pois serão realizadas rodas de conversas com a participação dos alunos e professores para discussões de temáticas inerentes à educação das relações étnico-raciais, e de acordo com essas discussões será possível verificar como de fato são abordadas e implementadas a educação das relações étnico-raciais no campus pesquisado.

A justificativa pela opção da abordagem qualitativa por entender que é a mais adequada, pois permite compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos próprios atores envolvidos nas relações étnico-raciais na sociedade e no espaço escolar. Essas percepções e seus significados foram expostos pelos discentes e docentes através de suas falas participando das rodas de conversas. Em relação à escolha da pesquisa-ação, é porque através desse procedimento é possível não somente identificar um fato ou um problema social ou educacional, mas também contribuir para a sua mudança ou transformação. No caso dessa pesquisa, fomos identificar como ocorre a educação das relações étnico-racial no contexto da Lei 10.639/2003, e assim poder contribuir através dos debates e discussões nas rodas de conversas, aprofundar de forma crítica na relevância das práticas pedagógicas com a história dos povos africanos e afro-brasileiros na educação profissional e tecnológica. Sabemos o limite dessa pesquisa nesse sentido de transformar, mas é possível contribuir nessa direção.

Quanto ao percurso investigativo dessa pesquisa, também diz respeito ao compromisso político da pesquisadora com a temática da educação das relações étnico-raciais, pois de acordo com Rosiska Oliveira e Miguel Oliveira (2006, p. 24) “dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado do seu objeto de pesquisa”, sendo o pesquisador/a um ser social e com sua visão de mundo e sua história, determina sua intenção e finalidade de sua pesquisa e a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados. E através da observação participante, entender e analisar a complexidade dos fenômenos que envolvem a educação das relações étnico-raciais na realidade estudada, gerando conhecimentos que possam possibilitar a solução de um problema. E assim, ao adotar

uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social

em que está comprometido (Oliveira, R.; Oliveira, M., 2006, p. 26). Foram diante dessas justificativas que os procedimentos metodológicos foram escolhidos.

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no IFS Campus Socorro, inaugurado em agosto de 2017, situado na Avenida Professora Jânia Batista, 94, Marcos Freire I, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP: 49160-000. O campus oferece o Ensino Médio Integrado com os seguintes cursos: Sistemas de Energia Renováveis com duração de 3 (três) anos e com 40 alunos matriculados e o curso de Manutenção e Suporte em Informática com 37 alunos e com 3 (três) anos de duração. Em ambos os cursos a entrada de novas turmas é anual. Oferta-se também os Cursos Técnicos Subsequentes de Manutenção e Suporte em Informática e o de Segurança do Trabalho. Neles, a oferta deles é semestral de 40 alunos e com duração de dois anos.

O Curso em Sistemas de Energia Renovável foi criado em 2023 e a primeira turma iniciou suas aulas em fevereiro do mesmo ano.

Os participantes da pesquisa foram os discentes do 2º ano do curso técnico de nível médio integrado em Sistemas de Energia Renovável, com um total de matriculados de 40 alunos no Campus de Socorro. O Campus Socorro foi escolhido por estar localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, e também por ter uma população predominantemente negra. Essa realidade também se reflete nas matrículas realizadas nos cursos oferecidos pelo campus, que de acordo com os dados de raça/cor de 2022 da Plataforma Nilo Peçanha, o total de matrículas realizadas no ano de 2022 foram de 490 alunos em todos os cursos e 186 de ingressantes. Desse total, declararam-se pretos 21,2% e parda 56,94%, totalizando 77,96% de pretos e pardos. Outro motivo da escolha é também uma forma de contribuir através da pesquisa com as discussões para a educação das relações étnico-raciais na comunidade na qual residem e principalmente contribuir com a educação étnico-racial na educação profissional e tecnológica do Campus Socorro.

A escolha pelo curso Sistemas de Energia Renovável se deu por dois motivos: o fato de ter sido um curso implementado no ano de 2023, sendo possível acompanhar os discentes, desde o início, e relatar se foi ou se estão sendo abordadas temáticas relacionadas às relações étnico-raciais no transcorrer das aulas em todas as disciplinas ou somente em algumas, e também porque o percentual de alunas/alunos matriculados são predominantemente negros, de acordo com os dados descritos no item anterior oriundo da Plataforma Nilo Peçanha.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Sistemas de Energia Renovável na Forma Integrada, o curso foi implementado através de parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e a Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ, intitulada Profissionais para Energia do Futuro, “que tem como objetivo estruturar as bases da educação profissional no Brasil nas áreas de energias renováveis e eficiência energética” (Brasil, 2022, p. 9).

O curso Sistemas de Energia Renovável também está amparado e fundamentado através do Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Programa EnergIF, que foi instituído através da Portaria nº 941 de 11 de novembro de 2020, pelo Ministério da Educação. Dentre as suas diretrizes que constam no Art. 2º destaco o parágrafo II “Impulsionar a formação profissional tecnológica em energias renováveis e eficiência energética, para ampliar a geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local”, como também o Art. 3º “O Programa EnergIF será voltado às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, permitindo-se parceria com demais instituições de ensino, públicas ou privadas, em conformidade com as legislações vigentes”.

Todas essas parcerias e programas tiveram como origem o acordo entre Brasil e Alemanha denominado “Acordo sobre cooperação no Setor de Energia” em maio de 2008. Com esse acordo de cooperação, os dois países com vários interesses em comum nas áreas econômicas, tecnológicas, científicas, ambientais e sociais, objetivam também reduzir os impactos climáticos, seguindo assim a tendência mundial com ações para produzir fontes de energias limpas e mais sustentáveis e assim diminuir os impactos ambientais.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

O grupo de sujeitos da pesquisa foram os discentes do 2º ano do Curso Técnico de nível médio em Sistemas de Energias Renovável.

Houve, inclusive, participação dos docentes de História, Sociologia, Inglês, Eletricidade, como também de alguns servidores públicos do campus e do Gestor Geral, dos discentes dos cursos de Manutenção e Serviços de Informática do 1º e 2º ano. Ressalto que todas essas participações não ocorreram de forma efetiva nas rodas de conversas realizadas,

somente de forma esporádica. Houve participação de 10 docentes de uma escola próxima ao campus, mas somente em um turno. O critério de participação foi decisão da Direção Geral do Campus, aberta principalmente para o público interno do referido campus.

4.3 ETAPAS DA PESQUISA

Para realização da presente pesquisa foram realizadas com as seguintes etapas:

- a) Foram realizadas quatro Rodas de Conversas intitulada de “Falas Pretas” abordadas e discutidas com as seguintes temáticas:
- b) 1ª Roda de Conversas - Movimento de Mulheres Negras Rejane Maria: Trajetórias e lutas políticas de mulheres negras em Aracaju/Sergipe, com a Ativista e doutoranda Laila Oliveira;
- c) 2ª Roda de Conversas – O Racismo como Estratégia de Ausências – com o ativista e professor Dr. Evanilson Tavares de França;
- d) 3ª Roda de Conversas – Cabelo Crespo - Símbolo de Identidade, com a escritora e ativista Marina Ribeiro Lopes;
- e) 4ª Roda de Conversas - O que é uma Educação Antirracista e as conquistas do Movimento Negro – com o Cientista Social, Ativista e Mestre de Capoeira Angola Robson Martins Ramos Santos.
- f) Durante o período da realização das quatro rodas de conversas, foi realizada uma exposição na galeria do campus intitulada “Pensadoras Negras”.
- g) As quatro rodas de conversas foram realizadas na biblioteca do campus, que foram coordenadas pela pesquisadora da presente pesquisa, e em cada roda de conversas as discussões foram realizadas por lideranças de Movimentos Negros de Aracaju, convidadas pela pesquisadora. Encontrei apoio do professor da disciplina de História, da professora da disciplina de Sociologia, do Coordenador do Curso de Sistemas de Energia Renováveis, Diretor Geral e da Coordenadora de Ensino.
- h) O apoio pedagógico para melhor aprofundar essas discussões nas rodas de conversas, foram utilizados músicas, textos e audiovisuais relacionados com as temáticas abordadas.
- i) Frequentei e observei 02 eventos que ocorreram no campus, na II Semana da Consciência Negra: o primeiro evento foi a nomeação da Biblioteca Beatriz Nascimento, em 22 de novembro de 2023, e o segundo evento intitulado – Somos Atlântida ,em 28 Novembro de 2023, com a palestra: Religiões de matriz africana: conhecer, aprender e respeitar, com a socióloga e mãe de santo Martha Sales. Houve também apresentação cultural com dança e poesia.

- j) Foram procedidas leituras e análises dos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio/DCNEPTNM, Projeto Pedagógico do Curso de Energia Renováveis/PPC, Projeto Pedagógico Institucional/PPI. O objetivo em acessar os documentos relacionados foi fazer estudo e analisar as pertinências temáticas com a educação étnico-racial e a educação profissional tecnológica;
- k) Quanto aos procedimentos para a coleta e análise de dados, foram realizados através das quatro rodas de conversas realizadas, da participação e observações nos dois eventos descritos ocorridos no campus. Todas as observações das rodas de conversas foram registradas através de fotos e vídeos, anotadas no diário de campo todas as observações referentes as rodas de conversas e a participação nos dois eventos.

Após a coleta dos dados através do que está descrito acima, foi realizada a devida análise interpretativa dos dados através da abordagem do materialismo histórico dialético, que de acordo com o historiador Carvalho (2021) é um método de interpretação da realidade, uma realidade que está em movimento e é feita de contradições, não é imutável e está sempre em movimentos dinâmicos com novos questionamentos e afirmações e novas verdades são construídas, ou seja, a realidade é histórica. No método do materialismo histórico, o conhecimento se dá na e pela práxis, e a práxis é a unidade indissolúvel da teoria e da prática, onde a reflexão teórica sobre a realidade tem como função a ação para a transformação (Frigotto, 2010).

Através do materialismo histórico dialético foi possível a compreensão de forma crítica sobre a trajetória do povo negro no Brasil estruturado pelo racismo, com exclusões e tensões ao longo da história, e assim investigar os entraves sociais, econômicos e políticos que contribuíram para a ausência e silenciamento das suas trajetórias e lutas no currículo escolar. No entendimento de Moura (2014) o racismo não pode está deslocado da manutenção do capitalismo no Brasil e também funciona como um organizador das desigualdades sociais. E foi também nessa direção que as análises foram realizadas.

Frigotto (2010) enfatiza que a dialética para ser materialista e histórica não precisa ser constituída como uma doutrina e camisa de força, para ser materialista e histórica tem que dar conta do específico, do particular e da totalidade. E foi assim que se buscou através do materialismo histórico dialético, entender as raízes desses entraves na história do Brasil, estudando do específico a totalidade para compreender também os conflitos raciais e de classe

que impossibilitam na atualidade, a implementação da Lei 10.639/2003 nos espaços escolares e também na educação profissional e tecnológica.

4.4 O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

O Projeto Pedagógico Institucional-PPI é um documento que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, a partir da página 60 e que está em vigor de 2020-2024. Apresenta a identidade da instituição, seus princípios pedagógicos, suas ações educativas oriundas das políticas institucionais, como também os desafios futuros a serem enfrentados pela instituição.

A leitura e a análise do Projeto Pedagógico Institucional-PPI objetiva verificar o compromisso institucional com a educação das relações étnico-raciais, tendo como documento norteador o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

No tópico 2.1, referente aos princípios pedagógicos, afirma que “o IFS tem como finalidade o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional” (IFS, 2023, p. 61). E em relação à construção dos conhecimentos no ensino “terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania”. Na concepção do ser humano no Instituto Federal de Sergipe ‘é o ser que carece de completude. Dá-se essa completude pelo binômio trabalho e educação’ (IFS, 2023, p. 61). No que se refere à concepção da educação defendida pelo IFS:

O IFS entende a educação como um direito de toda criança, de todo jovem e de toda pessoa. Assim, defende a educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todo país. É por meio dela que se torna possível construir um mundo mais igualitário, justo e, principalmente, um mundo em que as pessoas se reconheçam como humanos independente de sua cor, de seu gênero, de seu credo religioso, de sua escolha profissional.

A educação defendida pelo IFS é a que promove a liberdade de expressão, o respeito à diversidade e o desejo de tornar-se cidadão emancipado, pois só assim se conceberá uma sociedade do conhecimento tecnológico-científico que não oprimirá seu povo, que não degradará o ambiente, que não desrespeitará os princípios democráticos de uma nação. [...] A educação defendida pelo IFS é a que reconhece que a produção científica não promove a fome, o desmatamento, o extermínio dos animais, a discriminação racial, social[...] (IFS, 2023, p. 62)

Na concepção de educação defendida pelo Instituto Federal de Sergipe abordada acima, não fica evidenciado como a educação irá contribuir para que os seres humanos que estudam,

reconheçam os outros seres humanos dentro dos seus muros e fora deles, independente de sua cor e que não discriminem uns aos outros racialmente.

No tópico 2.1.4 sobre a concepção de gestão, é entendida como participativa, articulada para promover autonomia dos campis, e “[...] A gestão defenderá a formação integral do aluno, entenda-se, a formação profissional amalgamada à formação geral”. No que se refere ao princípio de Educação Profissional Integrada no tópico 2.1.5 “é concebida numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo”, e assim superar a divisão do trabalho pautada em duas classes, uma que pensa, planeja e dirige e a outra que executa. Ao superar essa divisão, “a formação integrada busca garantir aos seres humanos, enquanto atores sociais, uma formação completa para a leitura do mundo e para exercer, de forma plena, a sua cidadania”. (IFS, 2023, p. 63). Esta concepção é abordada de forma genérica e não fica evidenciado como se dará essa superação na realidade, principalmente em relação a população negra, que tem como “herança histórica” o regime escravocrata e que na atualidade são submetidos a esse processo de divisão de trabalho de forma mais acentuados que outros grupos sociais. E como se realiza essa leitura de mundo para os discentes negros e não negros, justamente para compreenderem porque trabalhadores negros ainda vivenciam processos de divisão do trabalho desumanizados, como resquícios de um passado que seus antepassados foram submetidos?

O documento descreve como ocorre a integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Destaco sobre essa abordagem o entendimento de cultura e o papel do currículo:

A cultura é o processo de construção dos símbolos, das representações, dos significados da atividade humana. Compreende os diversos procedimentos de comunicação oral, escrita, iconográfica, espaço visual e digital. Não podemos esquecer as crenças, costumes, práticas e comportamentos que integram esse conjunto. No entanto, a cultura é muito mais. São os atos que concebem a sociedade e, ao mesmo tempo, são concebidos por ela. Por esse motivo, o currículo na educação integrada não pode se pautar, apenas, pelo acesso e divulgação dos conhecimentos científicos. É preciso promover, também, a reflexão crítica sobre os padrões culturais característicos à nossa sociedade. (IFS, 2023, p. 65).

O entendimento de cultura é abordada de forma geral e não fica esclarecido como o currículo integrado refletira de forma crítica sobre os padrões culturais em nossa sociedade. Os princípios educativos e pedagógicos que norteiam a instituição nada é mencionado sobre a educação das relações étnico-raciais.

Em relação às políticas institucionais de ensino que são discutidas no tópico 2.2.1 afirma que: “O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e

dos Decretos e Pareceres que a regulamentaram e asseguraram a autonomia e flexibilização desta instituição” (IFS, 2023, p. 66). Mesmo sendo fundamentada pela LDB, não são mencionados os artigos 26-A da LDB, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, e o artigo 79-B – que no calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, incluído pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

No que se refere a formação continuada de docentes e a inclusão da diversidade, também não há menção sobre a educação das relações étnico-raciais, mesmo mencionando que é uma preocupação futura “a construção de uma Política de Formação Continuada Docente” (ifs, 2023, p. 67). O mesmo ocorre ao se referir sobre formação continuada e aperfeiçoamento das equipes técnicas, também não se aborda sobre a educação étnico-racial.

No item 4.1.11 sobre educação inclusiva “A concepção de inclusão perpassa por um entendimento amplo do conceito que vai além do ato de incluir pessoas com necessidades específicas, mas também diversos grupos excluídos historicamente, como negros, índios ou quilombolas, mulheres, alunos de escolas públicas e pessoas com deficiências” (IFS, 2023, p. 99). Mesmo com esse entendimento e concepção de inclusão e diversidade e exclusões históricas, não cita a Lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008 justamente para superar essas ausências nos currículos dos institutos federais em Sergipe.

Cita outras iniciativas do IFS referente à inclusão e à diversidade sendo desenvolvidas como ações de empoderamento do gênero feminino e LGBT e representante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e do Núcleo de Acessibilidade e Educação Inclusiva. (p.100).

Diante das análises no referido documento, é possível afirmar que não se encontra no Projeto Político Pedagógico Institucional menção de como serão abordados nos seus currículos o que determina a Lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008, como também não menciona a Lei 12.711/2012 que é a Lei de Cotas. O programa de cotas é implementado na instituição, só não foi mencionada no documento analisado.

No que se refere no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, cita 6 (seis) ações direcionadas para a Educação tecnológica e Formação Profissional para serem implementadas. Destaco que uma dessas ações é implementada pelo Instituto Federal de Sergipe, que é a existência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas-NEABI.

Também foi procedida a leitura e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica de 2021, e não há menção em todo o documento sobre a Lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.645/2008.

A relação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI com a presente pesquisa é fundamental, porque consta nesse documento os fundamentos e princípios filosóficos, pedagógicos, a identidade institucional, objetivos, metas e o planejamento das ações educativas e pedagógicas que a instituição defende e deve implementar. Assim, é preciso refletir sobre as legislações que direcionam essas ações a exemplo da inclusão da História e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da instituição. Com essa ação, demonstra-se a responsabilidade social da instituição para promover uma educação inclusiva e que promova a equidade educacional, contribuindo para reflexões e transformações baseadas na realidade concreta da sociedade onde o racismo, o preconceito racial e a discriminação estruturam as relações sociais e a própria sociedade.

4.5 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL E O LUGAR DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em Sistemas de Energia Renovável, na forma integrada, ofertado pelo Campus Socorro/SE foi aprovado através da Resolução CS/IFS nº 134, em 04 de abril de 2022. Declara que nos objetivos da instituição compreende “a educação como uma prática social transformadora [...]” visando à formação do profissional -cidadão crítico-reflexivo (PDI 2020-2024).

Ao ler e analisar o Projeto Pedagógico do Curso citado, no que se refere à organização curricular através da fundamentação legal (Brasil, 2022, p. 12) diz que “Este Projeto Pedagógico foi elaborado em observância à legislação vigente, bem como resolução e portarias ligadas ao MEC e ao IFS”, e cita desde a Constituição Federal e outras resoluções e decretos e também a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. No entanto, nada é mencionado sobre a normatização legal sobre a obrigatoriedade da implementação da educação das relações étnico-raciais, a exemplo da Lei 10.639/2003 alterada para a Lei 11.645/2008 e documentos que orientam sobre a sua implementação a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituída em 17 de junho de 2004 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana criado em 2013.

Em relação à estrutura curricular afirma que “contempla a flexibilização e a interdisciplinaridade [...] (Brasil, 2022, p. 12), e é justamente através da interdisciplinaridade que é descrito no Projeto Pedagógico do curso que será trabalhado através dos projetos “Conversando Sobre” e o Bilibliocine a cultura dos grupos humanos diversos como: “a igualdade, diversidade e diferença; a diversidade étnico-racial brasileira com ênfase nas histórias e culturas dos povos indígenas e afro-brasileiros” (Brasil, 2022, p. 17). Menciona que o projeto será realizado através de rodas de conversas, com palestrantes convidados e também organizado por uma equipe multidisciplinar do campus (Brasil, 2022, p. 17).

Dando continuidade a análise do Projeto Pedagógico e observando todas as disciplinas que compõem a grade curricular do curso, que está organizado em três núcleos de formação como: o Núcleo Básico, Núcleo Técnico e o Núcleo Politécnico. Há também o chamado o processo de integração que também é composto de disciplinas denominadas de Projeto Integrador I, dois e três para que haja a interdisciplinaridade. Analisando tanto as disciplinas com suas ementas e bibliografia básica e complementar, não foi encontrado autoras e autores negros que são referências para a implementação de uma educação antirracista no espaço escolar e social. A disciplina denominada História I menciona em sua ementa a “história da África e dos Africanos, povos indígenas brasileiros, no primeiro ano do curso. A disciplina de Sociologia I repete a mesma temática descrita na disciplina de História I. Na disciplina de Arte referente ao segundo ano, nada consta na ementa sobre educação das relações étnico- raciais. Na área de integração dessa disciplina menciona que em Sociologia II: a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil. Na disciplina Educação Física II nada consta em sua ementa, mas na chamada Ênfase Tecnológica menciona o termo raça e etnia, mas nada fica evidenciado como essa questão será abordada. Na ementa da disciplina Geografia II do segundo ano, consta na ementa: A formação da diversidade cultural da população Brasileira.

No segundo ano do curso, a disciplina História II aborda na sua ementa sobre crise na economia escravista no Brasil, uma temática que não deveria ser dada tanta ênfase, tendo em vista que no geral é o único assunto sobre o passado do povo africano escravizado. As outras disciplinas como Português, Filosofia e as técnicas como Química, Física, Matemática, Biologia, Eletricidade e demais disciplinas, não há referências em relação à temática, nada consta em suas ementas sobre a educação das relações étnico-raciais. No terceiro ano do curso, consta nas disciplinas Geografia III, História III, Sociologia III descrevem nas ementas: desigualdades raciais, o negro e o índio na formação da sociedade nacional. O currículo das disciplinas continua engessado e predominantemente eurocentrista. O modo como foram descritos nas ementas das disciplinas sobre a história do povo negro e africano, fica evidenciado

que há uma intencionalidade de abordar tais questões, mas também é possível perceber que não foram temáticas debatidas na construção do projeto pedagógico do curso, que levou em conta o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como também o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

Inclusive em 2008, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) publicou o livro: Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana da Educação Profissional e Tecnológica. Ou seja, há todo um aparato normativo sobre a educação das relações étnico-raciais direcionados aos espaços escolares. Os desafios continuam para a sua devida implementação, mas também é preciso compromisso político para a construção de uma educação antirracista na educação formal e na própria sociedade.

O Projeto Pedagógico do curso pesquisado tem uma relação importante com a presente pesquisa, porque é no projeto pedagógico do curso que é possível constatar qual compromisso o curso define para a formação cidadã das e dos discentes. Como também se há nos seus princípios pedagógicos preocupação em educar para a diversidade, promovendo uma educação antirracista.

A sociedade é constituída de marcadores sociais como raça, classe e gênero, então é importante que as praticas pedagógicas do curso contextualize essas problemáticas que atingem de forma diária e concreta a maioria da população negra no Brasil, inclusive as jovens e os jovens brasileiros. Mas não basta constar no projeto pedagógico a intenção de abordar a educação das relações étnico-raciais, mas apresentar quais as estratégias concretas que serão realizadas para a efetivação nos currículos da educação das relações étnico-raciais de acordo com a Lei 10.639/2003.

5 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

5.1 A EXPOSIÇÃO PENSADORAS NEGRAS

Figura 1 – Exposição



Figura 2: Visita à exposição Pensadoras Negras



A exposição “Pensadoras Negras” foi pensada e realizada junto com a primeira roda de conversas que debateu o protagonismo das mulheres negras, protagonismo e lutas em diversas frentes: como articulações, resistências e lutas na época da escravidão, onde foram exploradas como trabalhadoras nas lavouras, amas de leite, e suas formas de resistências como pretas de tabuleiro, lideranças em revoltas e formação de quilombos e as diversas formas de organização políticas empreendidas até o presente. Então, o objetivo dessa exposição é apresentar, além dessas trajetórias de lutas e resistências, grandes pesquisadoras e intelectuais negras que são cientistas em áreas diversas, educadoras, escritoras e estão produzindo conhecimento a partir das histórias dos seus antepassados, das suas próprias vivências e assim produzindo ciência.

Na amostra, foram expostas somente 10 (dez) intelectuais, mas na verdade há uma grande expressividade de intelectuais negras que não são tão conhecidas e propagadas nas diversas redes e meios de comunicação, mas foram elas, a partir de suas trajetórias, com muita luta, que criaram seus caminhos. Hoje é possível acompanhar suas trajetórias através das redes sociais e suas produções epistemológicas a partir de publicações de livros, revistas, artigos,

dissertações, teses e um pouco nos espaços universitários. Inclusive foi fundada em novembro de 2000, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros, com o objetivo de fortalecer e propagar suas produções intelectuais, produzir conhecimentos para contribuir com debates e fomentar ações em prol dos direitos da população negra. Com publicações de artigos no seu site via Revista Abpn, download de livros diversos na biblioteca virtual, relatórios etc.

As pensadoras negras da exposição foram: Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, Enedina Alves Marques, Giovana Xavier, Jarid Arraes, Maria Nely dos Santos, Neuza Santos Souza e Sueli Carneiro. Fizemos propagação tanto das rodas de conversas como também da exposição denominada Pensadoras Negras nas redes sociais, nos grupos do IFS Campus Socorro. A curadoria da exposição foi realizada por uma servidora do próprio IFS e pela pesquisadora, ficando bastante atraente e organizada. Levei um livro ata para registrar a presença dos visitantes com a assinatura deles.

5.2 AS RODAS DE CONVERSAS

Foram pensadas como um dos caminhos para debates e discussões de pautas relevantes que constituem o universo das relações étnico-raciais e também como um espaço democrático de participação das alunas e alunos, além de ser também uma prática dinâmica onde todos os presentes podem participar. O modo como são organizadas em formato de círculo, possibilitando que todas e todos participem de forma mais igualitária com perguntas, intervenções ou perguntas escritas em folhas de papel, pois há alunas/os que são tímidas/os ou acanhadas/os e dessa forma não desejam falar/perguntar de forma mais direta.

Uma das questões que pontuo como relevante, foi a escolha dos palestrantes nas rodas de conversas serem pessoas negras, por terem um histórico de militância em diversas organizações políticas como movimento de mulheres negras, movimento negro e grupo de capoeira angola, práticas educativas com a cultura negra e africana em sala de aula e também grupo de teatro que aborda o universo da cultura negra. Essa escolha foi pensada e discutida com todas e todos que convidei para participar nos debates, pois, além de conhecer suas atuações políticas, entendo que são lugares de fala que vivenciam no dia a dia como cidadãs e cidadãos negros, então tem legitimidade e não são apenas falas descontextualizadas de práticas e vivências. Além de suas competências intelectuais e teóricas, sabem bem dos lugares de onde falam e as lutas que travam de forma individual e coletivas e suas lutas em organizações políticas para contribuir com transformações sociais em relação à população negra. E foi justamente por essas escolhas que denominei as rodas de “Falas Pretas”. Através dessas

escolhas não quero afirmar e nem defender que pessoas brancas não possam palestrar sobre o universo das relações étnico-raciais e sobre a história do povo negro e africano, como também participar de movimentos negro e assim serem aliadas e defensoras da causa. Afinal, somos seres sociais e não vivemos em guetos, pois há sim pessoas brancas que lutam contra o racismo e seus correlatos, em busca de uma sociedade mais justa. Mas em algumas abordagens e colocações penso que só deve se pronunciar sobre determinadas questões quem de fato vivencia no seu cotidiano o mal estar e suas sequelas oriundos do racismo, preconceitos e discriminações. No caso das rodas de conversas, penso ser mais coerente, legítimo e também representativo, pessoas negras como as/os palestrantes serem as/os protagonistas, por serem pessoas que socialmente conquistaram lugares de destaque social, e assim poderão ser vistos como exemplos para a juventude que irão assistir aos debates. E outra questão que considero relevante, é justamente fortalecer esses lugares de conhecimentos produzidos por intelectuais negras e negros, pois na sociedade como um todo, os grupos que se sobressaem com destaques são intelectuais, predominantemente, brancos. Outra questão que é preciso esclarecer é que necessariamente intelectuais negras e negros não podem ser requisitadas para debater somente sobre esse universo referente às questões raciais, pelo contrário, há profissionais que são formadas, são pesquisadoras e pesquisadores em diversas áreas de conhecimento e devem ser requisitados para outros debates, seja na área da sociologia, economia, saúde, direito, antropologia, matemática etc. Com isso, estamos contribuindo para espaços mais democráticos e antirracistas. Afinal, nem todo intelectual negro ou negra, é necessariamente um militante.

5.2.1 Primeira roda de conversas – Falas Pretas – Movimento de Mulheres Negras e a Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria

Figura 3: Palestrante doutoranda Laila Tháise



A primeira roda de conversas intitulada “Movimento de mulheres negras e a Auto Organização de Mulheres Negras Rejane Maria” com a doutoranda Laila Thaise Batista de Oliveira, Jornalista, adepta do candomblé e é ativista do movimento de mulheres negras o Auto-

Organização de Mulheres Negras Rejane Maria. A roda foi realizada em 12 de setembro de 2024 às 11:00 horas no IFS Campus Socorro/SE, ocorreu na Biblioteca. Participaram os alunos do Curso de Sistemas de Energia Renovável e os do Curso de Manutenção e Serviços de Informática, ao todo compareceram 76 alunas e alunos. Comparecerem também o Diretor Geral, Gerente de Ensino, Técnico de Assuntos Educacionais, chefe de Gabinete que também é a odontóloga do Instituto, a professora de Sociologia e 10 professoras e professores da Escola Estadual João Batista Nascimento localizada no Cj. Marcos Freire II, próximo a ao Campus.

Figura 6: Fala da doutoranda Laila Thaise



Figura 5: Participantes da roda 1



Figura 4: Fala da servidora Sabrina



Antes de iniciar a palestra, foi distribuída uma folha de papel em branco para todas e todos os estudantes assinarem seus nomes, se declararem como se autoidentificam racialmente, qual a turma e seu nome. Também foi informado que durante a palestra poderiam se manifestar com perguntas orais ou escritas, pois a discussão é aberta, podendo ser interrompida a qualquer momento para perguntas ou questionamentos. Após minha apresentação e explicando sobre a minha pesquisa que serão realizadas quatro rodas de conversas, falei os títulos de todas as rodas, datas e os nomes dos palestrantes. Em seguida, a professora de Sociologia Sabrina se

pronunciou falando que iria ler um texto que se refere ao movimento negro que começou nos Estados Unidos com a teoria do feminismo que agrega uma pergunta: “E eu não sou uma mulher?” E leu na íntegra o discurso que é de autoria da norte-americana Sojourner Thuth.

Após a leitura do texto a professora de Sociologia Sabrina explicou: “(...) é por isso que existe o Feminismo Negro e o Movimento Negro voltados para as mulheres. E é por isso que estamos aqui nessas rodas de conversas debatendo”.

Gostaria que vocês refletissem sobre este texto. Existem mulheres que tem privilégios e esses privilégios não são bem trabalhados na conscientização do coletivo. Reflitam sobre este texto e percebam como existem desigualdades. Se autoidentifiquem e pensem sobre isso (Sabrina, 1ª roda de conversas, 2024)

Após essa fala, a palestrante iniciou a roda de conversas se apresentando, explicando que é militante no grupo intitulado “Auto Organização de Mulheres Negras Rejane Maria” e é adepta do candomblé. Explica quem foi Rejane Maria, a pessoa que dá nome ao grupo, e exibe uma foto dela e diz que a mesma já faleceu. Foi uma militante do Movimento Negro em Aracaju, capoeirista no grupo de capoeira Angola Abaô, adepta do Candomblé no Terreiro Oxogunlade em São Cristóvão, e que sonhava em um dia fundar um grupo de mulheres negras. A palestrante discorre sobre os projetos que o grupo desenvolve em escolas de Aracaju, e que o grupo faz parte da Rede de Mulheres Negras de Sergipe, fundado em 2021 e é constituído de movimentos sociais diversos

Inicia a roda exibindo o slide para a palestra intitulada “Mulheres Negras: Identidade, Movimento e Trajetória de Luta”. O primeiro slide denominado “luta das mulheres negras, feminismo negro e outras categorias”, destaca as fotos das lideranças femininas como Maria Beatriz Nascimento, historiadora sergipana, que participou da fundação do IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras em 1974, no Rio de Janeiro; Laudelina de Campos Melo, militante engajada na defesa pela regulamentação e pelos direitos das empregadas domésticas, na década de 1930, fazendo parte da Frente Negra Brasileira, e Carolina Maria de Jesus, escritora do livro “Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, publicado em 1960. Ela conta a história de Carolina e se surpreende com o fato de alguns estudantes conhecerem a escritora

Após abordar sobre as trajetórias e lutas das mulheres citadas e a importância de serem referências em suas lutas, cita as intelectuais Lélia Gonzales, Ângela Davis e Patrícia Hill Collins explicando que as duas últimas são oriundas dos Estados Unidos. Explica sobre a relevância intelectual de Lélia Gonzalez como filósofa, escritora e uma das maiores referências

nos estudos sobre o feminismo negro no Brasil, como também foi militante em movimentos negros.

Pergunta “Quem já ouviu falar de Ângela Davis e se já ouviu falar dos Panteras Negra?” como ninguém respondeu, a palestrante conta brevemente sobre a vida e os livros da militante Ângela Davis e que ela participou como militante dos Panteras Negras na década de 1970.¹ Após a exposição sobre a trajetória da militante Ângela Davis, a palestrante fala sobre Patricia Hill Collins, socióloga e escritora estadunidense, também é referência sobre o feminismo negro, sendo uma das responsáveis pela discussão do conceito de interseccionalidade (tão em voga hoje e um pouco popularizado nas discussões sobre a questão racial e de gênero e tantas outras discussões no universo acadêmico e movimentos sociais).

Interseccionalidade é um conceito criado pela jurista norte-americana Kimberle Crenshaw em 1989, sendo “a expressão para designar a perspectiva teórica e metodológica que busca dar conta da percepção interseccional ou sobreposta das relações de poder” (Vigoya; Pinho, 2023, p. 194).

A discussão inicia com a exposição de fotos com mulheres negras com uniformes iguais que remete ao trabalho doméstico e da modelo Valeria Valensa.² Explica que é um emprego formalizado (o de doméstica) na atualidade, mas não com todos os direitos inerentes a outras profissões. Um trabalho que nasceu de um papel social de exploração, principalmente para as mulheres negras.

E segue expondo que uma das primeiras discussões quando se pensa na existência do feminismo negro e o lugar do trabalho, mas que essa discussão não chegava para a maioria das mulheres, e explica:

“Muito se discutia que as mulheres feministas queriam ter o direito de trabalhar, mas ponderava-se que “não”. E continua explicando: “Que outras mulheres tinham que fazer esse papel para que essas mulheres pudessem trabalhar. E que é a partir dessas questões colocadas que se deve pensar nessas formas de explorações também, pensar o corpo, por exemplo”. E pergunta aos participantes quem se lembra da ²globoleza que era a sensação dos carnavais. (Laila Thais, palestrante, 1ª roda de conversas, 2024)

¹ Escritora e filósofa, Ângela ficou mais conhecida no Brasil através da publicação do livro “Mulheres, Raça e Classe” publicado na década de 1981 e que se tornou um clássico. Esteve no Brasil diversas vezes para proferir palestras. É uma das grandes referências na luta pelos direitos civis da população negra e também do feminismo das mulheres negras. Atualmente, Angela Davis está com 80 anos e continua na ativa, inclusive esteve no Brasil, em junho de 2024, para participar do Festival Led promovido pela Globo do Rio de Janeiro.

² Ficou conhecida como a Globoleza que foi exibido durante diversos carnavais no canal da TV Globo com o corpo quase nu.

A maioria diz que “ouviu falar”. Após expor e explicar todas as questões acima, cita a antropóloga, feminista e militante Lélia Gonzalez e explica que:

“Lélia faz uma reflexão bastante interessante acerca dessas questões vivenciadas pelas mulheres negras: que existem situações que são verdadeiras pegadinhas de explorações, aquilo que vemos como se fosse valorização das mulheres negras, na verdade são explorações e manutenção desses lugares de poder. Pois, se durante o ano todo, a mulher negra está nesses lugares de doméstica, subalternizado e no carnaval é exibida com o corpo pelado, isso mostra os dois lados da moeda que é onde nos querem. Leila diz que esses dois lados são de subalternidades: um porque é exploração sexual e o outro é a exploração da mão-de-obra, percebem?” (Laila Thais, Palestrante, 1ª roda de conversas, 2024)

E ressalta que existem novas formas de resistências como a Primeira Marcha das Mulheres, e que foi a primeira que aconteceu no Brasil em 2015, houve também o Primeiro Encontro de Mulheres Negras em 1988 em Valença/RJ e que também foi fundado o Conselho de Mulheres Negras no interior do Teatro Experimental do Negro em 1950. Houve também a criação do 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e o dia de Tereza de Benguela. Todas essas organizações são formas de resistências e luta das mulheres negras em prol de uma existência digna e luta por direitos historicamente negados.

A palestrante pontua que essa data é comemorada no mundo inteiro e que ganhou uma grande força no governo da presidenta Dilma Rousseff. A presidenta sancionou a Lei 12.987, de 02 de junho de 2014, que instituiu “O Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”, comemorado anualmente em 25 de julho. Informa que essa data surge da luta dos movimentos sociais e que em todo país é realizada uma agenda que é chamada de “Julho das Pretas”. E pergunta aos participantes: “Quem aqui ouviu falar do Julho das Pretas?”, a plateia fica em silêncio. Então a palestrante comenta: “Gente, temos que trazer o Julho das Pretas aqui para o IFS”.

Explica que o grupo do qual é ativista, atualmente está desenvolvendo um projeto denominado de SANKOFA, que é um projeto voltado para acompanhar a implementação da Lei 10.639/2003 e do Plano Nacional de Educação em Aracaju. Quanto ao nome que denomina o grupo, afinal quem foi Rejane Maria? E explica:

“Mas e aí quem foi Rejane Maria? Foi amiga de Rai (a pesquisadora), é uma sergipana que nasceu em Aracaju em 21 de março de 1976, uma data simbólica que é um dia de luta pelo enfrentamento da discriminação racial. Ela nasceu no bairro Getúlio Vargas, e que hoje tem uma rua com o nome dela e que em alguns anos foi realizado homenagem a ela com o nome de Kizomba de Rua, uma festa popular que reúne várias atividades do nosso povo mesmo. E tem uma filha linda chamada Lindwei que já é mãe de Akani. Foi uma mulher de axé, filha do Ilê Axé Opo Oxogunlade, o ilê em que eu e Rai fazemos parte. Era pedagoga. Foi uma das fundadoras do Abaô, era capoeirista

angoleira, era ativista do movimento negro, feminista, fundadora e participante de vários movimentos, contribuiu para a SACI que foi um dos primeiros movimentos negros de Sergipe e também da UNEGRO. Enfim, que história né?” E em 2012 com problemas de saúde ela faleceu. Rejane foi essa figura que a gente batiza o nome da nossa organização com o nome dela, porque algumas participantes foram amigas dela falaram que o maior sonho dela era fundar um coletivo de mulheres negras. E por toda a história de luta dela, a gente achou que era mais que justo trazer o nome dela para o coletivo. (Laila Thais, 1ª roda de conversas, 2024).

E já próximo de finalizar a roda, a palestrante ressaltou a importância da produção desses conhecimentos que foram discutidos e de se conhecer escritoras negras, assim se conhece a nossa própria história. E ressaltou que a mulher negra é a viga mestra de um país, o que se quer para o futuro é: “A importância da retomada epistemológica, a importância dos espaços de poder e decisão política e a importância do aquilombamento e processos de fortalecimentos culturais e religiosos” (Laila Thaise, palestrante).

E para finalizar os debates um aluno declamou o poema “Vozes-Mulheres” da escritora Conceição Evaristo. Foi um momento lindo e emocionante, todas e todos os presentes ficaram concentrados, prestando atenção na atuação do colega de turma recitando a poesia. Foi de uma lindeza imensa, pois ao declamar a poesia, o aluno coloca toda sua emoção em cada palavra que declama, sentindo através da sua atuação o vigor/dor de cada palavra. Todos aplaudiram de pé.

Como fui mediadora na roda de conversas, observei que a maioria dos participantes, principalmente os discentes, não interrompiam a fala da palestrante para fazerem perguntas, esclarecer alguma dúvida ou se colocarem, mesmo explicando que a roda de conversas era aberta para a participação de todos e que poderiam interromper e participar em qualquer momento que desejassem, afinal é uma roda de conversas. Mas eles estavam atentos a todas as abordagens e explicações. Perceptível o interesse, pois estavam na sua maioria concentrados e não ficam inquietos e saindo. Poucos foram os alunos que ficaram menos desatentos.

Outra questão foi que no início da roda de conversas, foi entregue folhas de papel- ofício para que os alunos se autodeclarassem em relação a sua cor/raça e que escrevessem quem na sua família ou fora dela, tinham como referência em suas vidas. Foi explicado que no final da roda poderiam falar para todos ouvirem ou escrever no papel se assim achassem mais confortável. Destaco algumas dessas escritas pois todos preferiram escrever a falar em público.

Quadro 2: Relação dos cursos e participantes na 1ª Roda de Conversas

Cursos	Ano	Alunas	Alunos	Totais
Manutenção e Serviços de Informática	1º	8	7	15
Manutenção e Serviços de Informática	2º	12	10	22
Sistemas de Energia Renováveis	1º	11	5	16
Sistemas de Energia Renováveis	2º	14	5	16
TOTAL GERAL:				76

Todas e todos se manifestaram em relação às duas questões colocadas, mas destaco somente a autodeclaração das alunas e alunos do 2º ano do curso Sistemas de Energia Renováveis, pois foi a turma escolhida para participar da presente pesquisa.

Quadro 3: – Autodeclaração racial e referências na vida

Alunas/os	Autodeclaração cor/raça	Pessoa/as que são referências na sua vida
1	Me identifico como mulher parda, conhecida como “branco sujo”	Meus pais são minhas referências
2	Me considero parda	Não declarou referências
3	Me considero parda	Citou o nome de três mulheres, mas não declarou quem são
4	Parda	Citou o nome de uma mulher, mas não mencionou quem é
5	Me identifico parda	Minha mãe, por praticamente criar 5 filhos sozinha, mesmo casada, estava sozinha. Minha avó, por nunca ter desistido da sua vida mesmo muitas vezes passando fome para dar aos filhos. Meus irmãos mais velhos, que mesmo com a ausência de ajuda do meu pai, hoje estão bem resolvidos com a vida.
6	Preta	Meu avô
7	Branca	Não citou referência
8	Branca, mulher hetero	Minha avó é a minha inspiração!
9	Branca	Eu admiro e me inspiro na minha mãe por ter sido e por ser uma mulher que ficou grávida aos 17 anos e criou uma filha muito bem e com valores e compaixão! Amo a minha mãe e a forma como ela tinha vários empregos e mesmo assim sempre esteve comigo, como amiga e parceira!
10	Branca leite, padrão, elegante, chique e cheirosa	Não mencionou referências
11	Me identifico como mulher branca	Não citou referências
12	Branca	Minha avó
13	Mulher branca	Não mencionou referências
14	Branco, beleza média, cabelo ondulado, nível de inteligência média	Não mencionou referências
15	Branco amarelo	Meu tio e meu pai
16	Eu sou pardo	Minha mãe, meu pai e minha avó
17	Me identifico como pardo	Me inspiro na minha avó
18	Pardo	Admiro meu pai por ser uma ótima pessoa e influenciar outras pessoas para ser melhor

19	Eu me identifico como cor de pele parda	Minha mãe é uma pessoa que eu admiro bastante
20	Preto, cabelo crespo, homem hetero	Amo minha namorada
21	Preto	Minha namorada, meu avô e minha mãe
22	Preto	Meu avô e meu tio
23	Preto	Citou o nome de uma mulher e dois homens sem mencionar que são.

Fonte: Elaborado pela própria autora, 2024

Quadro 4: Autodeclaração referente raça/cor

DISCENTES	PARDOS	PRETOS	BRANCOS
ALUNAS	5	1	7
ALUNOS	5	4	2
TOTAL	10	5	9

As respostas em relação à autodeclaração: 14 alunas/alunos que se declararam pardos e pretos (alunas, 5 pardas e 01 preta) e (alunos, 4 pardos e 4 pretos), 9 alunas/alunos se declararam como brancos (alunas 7 e alunos 2). Ou seja, a maioria dos estudantes são negros de acordo com os critérios utilizados pelo IBGE raça/cor ao colocar no mesmo grupo pardos e negros. De acordo com o constatado em relação ao predomínio de alunas/alunos negros, vai de encontro com a autodeclaração que consta na Plataforma Nilo Peçanha, onde consta que do total dos alunos matriculados nos cursos oferecidos no ano de 2022 totalizando 77,96 de pretos e pardos no IFS Campus Socorro. Ou seja, os alunos continuam se reconhecendo no quesito raça/cor.

Em relação à referência de pessoas na vida, as declarações no total quantitativo foram 17 mulheres sendo mães, avós e namoradas, mas o papel da mulher como a mãe e avós se sobressaiu em relação ao quantitativo relacionado ao pai, avó e tio. Ou seja, a mãe é a mulher com maior referência nas vidas das e dos adolescentes. Essa predominância também indica que são as mulheres responsabilizadas socialmente pela educação dos filhos e quem também são as mais sobrecarregadas nesses papéis, às vezes sendo a mãe solo, cuidando da educação dos filhos e da casa, e trabalhando fora. Mas principalmente também são fontes de inspiração e de forças para suas filhas e filhos.

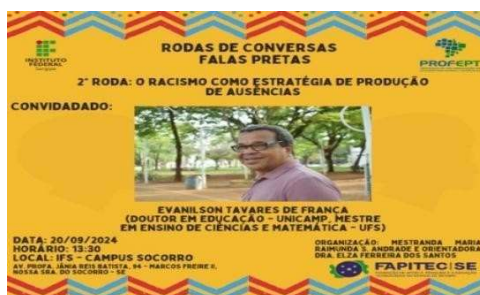
Nesse sentido, a primeira roda aborda e discute sobre lutas, trajetórias e espaços ocupados socialmente pelas mulheres negras e as diversas formas que vivenciaram exclusões, racismo, preconceitos e violências em períodos históricos diversos na história do Brasil, como também construíram espaços de lutas e de conquistas tanto no passado e também no presente; acredito ser de grande relevância, pois possibilita as/os adolescentes também compreenderem sobre as lutas, vivências, dificuldades e conquistas diárias das mulheres que fazem parte das

suas famílias, e talvez um dia compreenderem que as lutas das mulheres são individuais e também coletivas.

Em relação aos alunos, como eles se identificam mais com os homens das famílias mas também tem mães, avós e namoradas como referências, entendo que esse debate pode ser que contribua para entender as diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em uma sociedade machista, e assim possam entender, no futuro, seus papéis no núcleo familiar e também na sociedade. Obviamente, uma só roda com debates pode não gerar transformações, pelo menos tiveram a oportunidade de participar de um debate que provocou essas questões. Que a escola continue a promover essas discussões, afinal a escola além de ser um espaço onde se estabelece relações de embates, tensões, discussões sobre preconceitos, racismo, homofobia e também deconvivência pacífica, pode ser um espaço de mudanças. A educação das relações étnico-raciais nos currículos e nas salas de aula poderá abrir caminhos para novas mudanças inclusivas e integradoras.

5.2.2 Segunda Roda de Conversas – Falas Pretas: O Racismo como estratégia de produção de Ausências.

Figura 7: Palestrante da 2ª roda prof. Dr. Evanilson Tavares



A segunda roda de conversas – Falas Pretas: O Racismo como estratégia de produção de ausências, teve como convidado para conduzir as conversas e debates o Dr. Evanilson Tavares de França, Doutor em Educação e Mestre em Ensino de Ciências e de Matemática pela Universidade Federal de Sergipe e também Professor e Pedagogo da Rede Estadual de Ensino em Aracaju. Foi realizada em 20 de setembro de 2024, no horário das 13h30min, na biblioteca do IFS Campus Socorro. A pesquisadora coordenou a roda e a colega do mestrado Lucijane Rodrigues dos Santos fez a filmagem e fotografias.

Participaram da roda de conversas 21 alunas/os do 2º ano do Curso Sistemas de Energia Renováveis que é o curso escolhido para fazer parte da presente pesquisa. Além dos estudantes, contamos com a presença do professor de História, da Gerente de Ensino, do Diretor Geral, um

servidor da biblioteca, a minha orientadora, Profa. Dra. Elza Ferreira Santos, e um servidor membro do NAPNE que também é professor e um colega do palestrante, ao todo participaram 32 pessoas.

Figura 9: Fala do prof. Evanilson



Figura 8: Fala do prof, Evanilson



O professor Dr. Evanilson Tavares França se apresentou e explicou que veio de tradição oral e que as rodas de conversas fazem parte do seu cotidiano e ressaltou que independente do nível de escolaridade, todos temos o que dizer. E continuou explicando:

“A gente precisa quebrar a ideia que só doutores, só mestres e só graduados podem falar. Isso é um equívoco e de uma violência brutal. As pessoas que não frequentam escolas tem outros saberes que são importantes. Vou deixar uma dica aqui: O Boaventura Souza Santos traz uma informação pra gente que é fantástica, que mais de 70% da biodiversidade protegida do planeta encontram-se em terras dos povos indígenas ou dos povos quilombolas. Ou seja, não são nas universidades, não são nos hospitais e nem nas áreas onde estão os acadêmicos, onde estão os doutores”.

O professor Evanilson lançou a seguinte pergunta a todos os presentes: “do ponto de vista étnico-racial como vocês se declaram?”, e antes que todos respondessem mencionou que o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística trabalha com cinco categorias que são: o branco, o pardo, o indígena, o negro e o amarelo. E em seguida fez a enquete sobre como os presentes se autodeclaram em relação a raça/cor: quem se declara negro levante a mão, 6 pessoas levantaram as mãos; os autodeclarados pardos, 11 pessoas; e quem se declara indígena, não teve ninguém; e 10 pessoas se declararam brancas, e amarela ninguém se declarou.

O que observo em relação à autodeclaração de pertencimento racial, aos que se declaram pardos, o quantitativo em relação aos que se declaram negros é sempre maior. Como a questão racial no nosso país é uma realidade bastante tensa e às vezes de negação, e como o racismo atinge com profundidade a subjetividade das pessoas negras em relação à sua autoestima, exclusão de espaços, falta de valorização das contribuições positivas dos antepassados dos povos negros e a cor da pele determina os lugares que se ocupa na sociedade, declarar-se pardo talvez seja um lugar de menos dor. No geral, só é considerado negro quem tem a pele mais preta; tem até uma expressão em relação a esta questão que é dizer “que há negros de verdade” ou seja, quem tem a pele mais preta é que é considerado negro. Não negando com essas colocações que o pardo não existe, obviamente que sim, inclusive com várias tonalidades de pele e características físicas. Inclusive foram as diversas lutas dos movimentos negros para que os pardos fossem considerados negros também. Por isso é muito importante todas essas discussões nas escolas, pois além de fortalecer o pertencimento racial das/os alunas também pode contribuir para dirimir falsas ideias em relação ao ser negro.

Logo após fazer essas abordagens, foi exposto um slide com a seguinte frase: **O racismo no cotidiano.**

O professor Evanilson pontuou que “nós estamos conversando sobre o racismo e partindo do pressuposto que o racismo é uma estratégia criada pela racionalidade ocidental moderna para produzir ausências, ausências não somente de saberes, mas ausências de pessoas reais”. E continua explicando que “o racismo produz desencantamento, produz epistemicídio e produz mortes”.

O Diretor do Campus mencionou que “estamos na biblioteca Beatriz Nascimento”. E a partir desta colocação foi perguntado onde nasceu Beatriz Nascimento. Uma das alunas falou que foi em Aracaju. Logo em seguida foi apresentado um slide com a seguinte frase: **A racionalidade Ocidental moderna e a produção do racismo. Que boneca é essa?**

Foi apresentado o vídeo “Que boneca é essa” e explicou que o objetivo “é para que a gente ficasse com essas observações”. E começou a explicar,

“Que nada disso ocorre por acaso. A produção do racismo não é uma casualidade. Nós negros e nós brancos não podemos olhar pra isso e entender como se fosse algo natural, é porque Deus quis assim. É porque desde o início da história essa divisão, essa segregação, esse apartheid, em alguns casos, como na África do Sul, e na minha leitura no Brasil há um apartheid e nos Estados Unidos há apartheid. É uma coisa natural, tinha que ser assim. Não, isso é uma produção discursiva. Um dia vocês estudarão discurso à luz de Foucault e entenderão um pouco melhor. É uma produção. É a mesma produção que diz que mulher tem que sentar e cruzar as pernas e o homem pode sentar de pernas escancaradas. Esse discurso produziu uma hierarquia entre os seres humanos. Que há seres humanos superiores e outros

inferiores e que há seres humanos que nem humanos são. O conceito de raça nasce nas Américas. O conceito de raça e racismo como a gente conhece nasce nas Américas no século XV. A ideia de cor já existia. Por exemplo, tem um senegâles chamado Cheik Anta Diop que diz pra gente que quem organizou a língua latina, não é quem criou mas organizou a gramática e a língua latina foi o povo negro. Então, o contato com o povo negro já existia, esse contato, essa relação já existia.” (Evanilson Tavares, 2ª roda de conversas, 2024)

Após essas explicações, a turma fica atenta mas não faz perguntas ou interferências. Contudo o professor de história da turma faz a seguinte colocação:

“Os livros didáticos no Brasil precisam se readequar a uma nova filosofia contemporânea, que faça a gente repensar esse berço da filosofia em que a África deixou. Deixou um legado para a filosofia ocidental. Os acadêmicos estão debatendo muito sobre isso. A gente precisa muito debater sobre isso e perceber também que a África não é só o Egito. Nós temos o Império de Mali, Gana. Nós temos todo um contexto onde se construiu de que o negro não tinha alma. E aí a gente começa a perceber e a construir toda uma pluralidade de contribuição científica de africanos em várias áreas, e quando eu comparo com o tempo, o mundo do renascimento cultural, onde os italianos ganharam a fama do berço da cultura, vieram outros povos da África, porém islamizados que trouxeram conhecimentos matemáticos, da física e da química. Mas quem ganhou a fama? Os italianos, então nós normalizamos. Então, nós nos acostumamos a normalizar uma ausência africana em diferentes contextos da evolução histórica mundial.”

As colocações do professor de história, ao esclarecer sobre a ausência africana nos diversos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade, evidenciam a importância da inclusão nos currículos da educação básica, da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Os alunos não fizeram intervenções e perguntas, como são conhecimentos ausentes dos currículos escolares e da sala de aula, torna-se bastante difícil tecer comentários sobre essas questões abordadas na roda. Os discentes negros vivenciam o racismo e preconceitos nas suas vidas, mas nem todos se sentem à vontade em abordar, até porque falar dessas vivências, além de ser doloroso, abre feridas que se deseja cicatrizar. E também devem vivenciar e conhecer histórias relevantes das suas famílias e colegas, mas como há diversos estigmas e preconceitos, talvez não percebam essas histórias como potências em suas vidas. Por isso, a relevância em também trazer esses conhecimentos para todas e todos sobre histórias positivas sobre a população negra e africana.

Em relação a essas questões abordadas acima, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, afirma que:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com essa medida, reconhece-se

que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura afro-brasileira e africana de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem se educar enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (Brasil, 2004, p. 17).

É importante romper com o silenciamento no universo escolar sobre a ausência da história do povo negro e africano e indígenas, e assim contribuir para a formação de identidades das crianças e adolescentes negras fortalecidas e um ambiente mais acolhedor, respeitador e talvez de menos conflitos. Como também é relevante para todas as crianças e adolescentes sejam negros, brancos ou indígenas terem acesso “ao conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira”, (Brasil, 2004, p. 18)

Após as explicações do professor de História sobre ausências nos livros didáticos da população negra e africana, o professor Dr. Evanilson segue com as discussões e sugere que todos os participantes dessem uma olhada via celular no mapa da África, que é formado por 54 países e é um continente. Que prestassem atenção que em algumas fronteiras, alguns países estão separados por linhas retas e por que será?

É muito importante pensar essas abordagens de forma mais abrangente, assim podemos contribuir para que todos os participantes entendem e percebam que o racismo e suas facetas, está interligado com outras questões como classe, gênero, raça, religião, cultura. O Brasil foi formado tendo o racismo como um projeto que o constitui, “o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 15) podendo ser compreendido através de três concepções: a individual, institucional e estrutural:

O racismo individual é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – penais. [...] na concepção institucional, o racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação. [...] o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da

inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. O racismo é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (Almeida, 2019, p. 25) (Almeida, 2019, p. 27) e (Almeida, 2019, p. 33)

Na história do nosso país relacionada à população negra, é possível compreender que sua exclusão ou ausências é oriunda do racismo que foi pensado, planejado e executado através de mecanismos de impedimento legal, tanto na educação como na vida social, no período da escravidão e pós abolição. Como exemplo, cito a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei da Terra), que no seu Artigo 1º determina “ficam proibidas as aquisições de terra devolutas por outro título que não seja a compra”. As terras devolutas são as que não eram ocupadas por posse, não dadas por sesmarias, domínio particular ou uso público. Utilizando-se dessa lei, é que (Theodoro, 2008) esclarece que foi assim impedido o acesso à terra para os trabalhadores pobres, os ex-escravos e seus descendentes, que continuaram dependentes dos grandes proprietários fundiários.

Outro impeditivo legal utilizado contra a população negra, foi a Lei dos Vadios e Capoeiras que estava inserida no Código Penal de 1890, e foi um mecanismo racista utilizado para excluir a população negra pós abolição dos centros urbanos, criminalizando a prática da capoeira e a “falta de trabalho formal” desse contingente populacional considerado indesejável pela elite brasileira. Em relação à prática da capoeira, era determinado no Art. 402 do Código Penal: “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação Capoeiragem, pena de dois a seis meses de prisão”. Em relação ao controle de mobilidade da população negra com a Lei da Vadiagem, Fraga (2018) explica que:

Depois do Treze de Maio houve crescente controle sobre a população liberta. A repressão à vadiagem foi um recurso frequentemente utilizado pelos poderosos para expulsar das localidades indivíduos considerados “insubordinados” ou que não se submetiam à autoridade senhorial. Essa era também uma tentativa de controlar e limitar a liberdade dos egressos da escravidão de escolher onde e quando trabalhar, e de circular em busca de alternativas de sobrevivência. [...] Nos anos iniciais do Brasil republicano, recrudesciu o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como “africanismo”. Esse antiafricanismo teve implicações dramáticas para as populações negras, pois reforçou as barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania (Fraga, 2018, p. 356-357).

De acordo com todas as explicações acima, é possível compreender que a trajetória da população negra pós-abolição, sofreu diversas violências institucionalizadas pelo estado

brasileiro a partir de um aparato legal que impedia a inserção dessa população nos diversos segmentos sociais e econômicos. É importante entender como a população negra através de diversos recursos, se reinventa, luta e constrói vários caminhos em busca dos seus direitos negados historicamente. São lutas que abrangem o direito de existir, de serem reconhecidos como indivíduos que produziram e produzem conhecimentos, ciências, culturas e que estão sempre lutando para conquistar seus direitos. Tudo isso precisa ser estudado nos espaços escolares e universidades.

Logo em seguida colocou o vídeo com duração mais ou menos de 3 (três minutos). Explicou que o vídeo com o título “Teste da boneca” foi um experimento psicológico realizado nos anos de 1940 para entender e testar o grau de marginalização sentido e vivido por crianças afro-americanas, causado por preconceitos, discriminação e segregação nos Estados Unidos. Esse experimento foi oriundo de pesquisa na área de psicologia realizada pelos pesquisadores e psicólogos norte-americanos Kennet Bancroft Clark (1914-2005) e Mamie Phipps Clark (1917 – 1983). Esses estudos objetivavam entender e determinar quando as crianças iniciavam sua compreensão sobre a sua identidade racial e os impactos na construção da sua autoestima.

Antes de finalizar a exibição do vídeo, pausou o vídeo e abordou sobre a importância de se lutar por uma sociedade justa, equânime, igualitária e inclusiva, e que essa luta deve ser de todos. E ressaltou que enquanto a gente não entender essas questões, as violências permanecerão e afirmou que “O Brasil é um país extremamente violento e que o problema é que a gente se acostumou com a violência, e exemplificou que o modo como os homens tratam as mulheres no Brasil é extremamente violenta”.

E faz as seguintes explicações sobre o vídeo exibido:

“O teste é cruel, mas traz uma mensagem importante ao colocar uma criança em frente a duas bonecas, sendo uma negra e outra branca, e vai perguntando: qual a mais bonita, qual a mais feia, qual a mais inteligente e a menos inteligente e a criança negra vai apontando rigorosamente para as características positivas da boneca branca. E no final, o entrevistador pergunta com qual boneca você se parece. Tentem acompanhar: ela nesse momento é obrigada a dizer que se parece com a boneca negra que ela apontou as características negativas, isso é identificação. Você constrói sua identidade a partir de referências.

Por isso que a escola, me desculpem, pois sou professor, é um lugar perverso, via de regra as referências positivas representadas pela escola são masculinas e branca. Há exceção? Há. E se pergunta: Evanilson você está exagerando com essa fala? Creio que não, pois é fato e isso precisa ser denunciado. Paulo Freire diz que toda denúncia vem acompanhada de um anúncio”.

Após as explicações acima sobre o vídeo assistido, fez a seguinte pergunta aos presentes: “Desde o primeiro ano do ensino fundamental, cite o nome um intelectual, químico,

físico, geógrafo ou historiador que vocês conheceram na escola e que era uma mulher ou um homem negro?”.

Todos ficaram em silêncio, somente o professor de História mencionou a professora Nely, que foi professora na Universidade Federal de Sergipe. Mas o palestrante explicou que não estava falando sobre ter uma ou um professor negro, mas sobre intelectuais negros produtores de conhecimentos e se sua produção foi estua nos currículos escolares. E em seguida fez a seguinte indagação: “E há pessoas negras produzindo conhecimento?”. E foi exibindo fotos de alguns intelectuais negros como Joseph Achille Mbembe, Franz Fanon, a escritora Moçambicana Paulina Chiziane, Cheikh Anta Diop, Beatriz Nascimento, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Abdias do Nascimento e Solano Trintade.. Esses são alguns dos intelectuais negros internacionais e nacionais que são invisibilizados tanto nas Universidades e também em outros espaços escolares.

Em seguida exibiu um slide com a seguinte frase “Como assim, “branquitude”? O problema é a branquitude? Comentou que não concorda que todo branco é racista e que há brancos não racistas, e que o problema não está no branco, mas que o problema do racismo está na branquitude. E que toda branquitude parte do pressuposto que são superiores aos negros e indígenas, e que também há pessoas negras racistas e citou o nome do ex-presidente da Fundação Palmares Sérgio Camargo que, mesmo sendo um homem preto, na sua gestão, tomou decisões contrárias aos interesses do povo negro.

Branquitude entendida de acordo com as pesquisas da Dra. Cida Bento em seu livro “O Pacto da Branquitude:

É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. [...] As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculina e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali encrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. E claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais”. (Bento, 2022, p. 14, 18).

O entendimento sobre branquitude, relacionado à exclusão e ausências, é oriunda do racismo à população negra nos diversos espaços de poder, não isenta a responsabilidade de

práticas de racismo praticadas por pessoas individualmente, o racismo é uma ação coletiva e também individual.

E para finalizar, ressaltou que é isso que precisamos mudar. E falou da importância e nomear a biblioteca deste campus com o nome de Beatriz Nascimento, assim se pode quebrar não só o racismo, mas todas as formas de exclusão e de todas as formas de violências inimagináveis. E finalizou a roda de conversas com a seguinte palavra: Adupé (que significa obrigada na língua ioruba).

O professor Dr. Evanilson França, agradeceu a direção do campus por estar aberta a todas e todos essas discussões sobre a questão racial. E que a direção de vários espaços escolares são resistentes. O professor de história também agradeceu e falou de toda a organização que está sendo construída para nomear a biblioteca do campus em homenagem à historiadora sergipana Beatriz Nascimento, pois falar das nossas histórias é também lançar luz às negras e aos negros que contribuíram para as nossas histórias e é também o papel dos Institutos Federais. A participação do Diretor do Campus, de alguns professores e da colega Luci que estiverem presentes nas rodas de conversas, foi porque a Direção do Campus resolveu abrir a participação nas rodas de conversas para os servidores públicos internos e também para o público externo. Mas a presente pesquisa teve como público-alvo somente as e os discentes do 2º ano do Curso em Sistemas de Energia Renovável.

Figura 11: Participantes da 2ª roda



Figura 10: Colega Luci



5.2.3 Terceira Roda de Conversas – Cabelo Crespo – Símbolo de Identidade

Figura 12: Palestrante Marina Ribeiro Lopes



A terceira roda de conversas intitulada: Cabelo crespo – símbolo de identidade. Foi realizada em 28 de setembro de 2024, às 8h da manhã, na Biblioteca do IFS Campus Socorro. Nossa convidada, a senhorita Marina Ribeiro Lopes, mulher negra, adepta do candomblé, filha do orixá Oyá, com formação em Publicidade e Jornalismo, trabalha como Bombeira Militar, militante no grupo de Mulheres Negras Rejane Maria e também é praticante de capoeira angola no grupo Abaô Capoeira Angola. Marina Ribeiro Lopes também é escritora e publicou o seu primeiro livro “Quartas às 9”. O primeiro lançamento ocorreu no Terreiro Oxogunlade, em 14 de agosto de 2021, no município de São Cristóvão, no Caípe Velho, terreiro onde é filha.

Figura 13: Participantes na 3ª roda



Figura 14: Fala da palestrante



Como nas rodas anteriores, coordenei a roda e uma amiga do mestrado fez a gravação e o registro através de fotografias. Foi estabelecido o seguinte roteiro: após fala da palestrante, seria apresentado um vídeo com a música “Olhos coloridos” do compositor Macau e, antes de iniciar as discussões, todas/os assistiriam a um pequeno documentário intitulado “O Teu Cabelo Não Nega” com duração de 13min:47seg. O documentário de autoria de Gabriela Rocha, foi apresentado como trabalho de conclusão de curso em jornalismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie. O acesso ao vídeo foi via canal do youtube. Estavam presentes na roda: 42 alunas e alunos dos cursos de Manutenção e Suporte em Informática e Sistema de Energia Renováveis, 10 professoras/professores do Colégio Estadual João Batista Nascimento, localizado no Conj. Marcos Freire II e 6 funcionários do Campus Socorro entre professoras e técnicos administrativos.

Após apresentação da palestrante, exibimos o vídeo com a música “Olhos Coloridos” do compositor Macau. Um momento quebra-gelo para todos ficarem mais à vontade; antes de iniciar o vídeo, foi distribuído 15 cópias impressas com a letra da música e com uma breve biografia sobre o compositor e o contexto em que a música foi criada. A letra da música reflete sobre o preconceito e racismo, mas também é um hino de afirmação e aceitação da identidade negra. A música foi lançada em 1982, na voz da cantora Sandra de Sá.

O objetivo da escolha dessa música é justamente atender aos objetivos da presente roda, que são as discussões sobre as visões, práticas preconceituosas e racistas relacionadas à estética e ao próprio corpo das pessoas negras, como também enaltecer essa estética. Como a música é bastante conhecida, contribui para discutir e refletir sobre entendimento de cada um sobre a letra da música. A música também está presente no documentário que foi exibido.

Após assistir e ouvir o vídeo, foi solicitado pela palestrante a uma aluna que lesse sobre a história do compositor e a outra aluna sobre o contexto que a música foi criada. E contextualizamos sobre o documentário: De acordo com a autora Gabriela Rocha: “É um documentário sobre construção de identidade política de mulheres negras através da transição capilar”. A história ocorre em vários espaços abertos, inclusive na 2ª Marcha do Orgulho Crespo em São Paulo, em 07 de agosto de 2016, onde houve uma presença expressiva de várias mulheres negras e crianças com seus cabelos crespos estilizados. Nove mulheres são entrevistadas e dão depoimentos de como se deu na infância, adolescência e fase adulta a relação com seus cabelos. Comentam como suas famílias alisavam seus cabelos e que também usavam tranças para serem menos agredidas verbalmente nos espaços escolares. As entrevistadas relatam que a aceitação dos seus cabelos crespos passou por várias dores com o racismo.

Figura 16: Participantes na 3ª roda



Figura 15: Exibição do documentário "O seu cabelo não nega"



Após assistir o documentário “O Seu Cabelo Não Nega”, algumas alunas e alunos preferiram escrever sobre suas impressões e entendimentos sobre o documentário e também sobre a música “Olhos coloridos”. Inclusive as pessoas presentes na roda assistindo o vídeo documentário, estavam bastantes atentas e interessadas. Destaco essas escritas abaixo e vou enumerar para não colocar o nome das alunas e alunos. Foi sugerido que destacassem palavras ou trechos que mais chamaram a atenção ou escrevessem suas impressões e entendimentos:

“O cabelo crespo merece ser valorizado sim. Como alguém que não tem cabelo crespo, acho que colocar o cabelo liso é o cabelo bom e o crespo é tachado como ruim e fedorento.
Sendo que é um DNA de uma pessoa e se aceitar é muito difícil, por conta do preconceito.
Mesmo eu sendo negra de cabelo liso e não tenho cabelo crespo, acho lindo e charmoso a valorização do cabelo crespo. O racismo não vem só do cabelo, mas da cor da pele, a pele negra, como diz na música - a carne negra é a mais barata do mercado. Então os negros desde muito tempo são desvalorizados” (Dayá)

Outro aluno que vou denominá-lo de José escreveu: “o documentário aborda de forma crítica, os desafios enfrentados por mulheres afrodescendentes de consolidar sua identidade cultural, através da aceitação do seu cabelo natural, no caso o crespo”.

No primeiro relato da aluna que se declara negra, mas com o cabelo liso, ressalta a importância da valorização do cabelo crespo, que acha lindo e charmoso, mas o cabelo dela é liso. Mas não se pode afirmar que alisar o cabelo crespo é um ato exclusivo de rejeição ao próprio corpo negro oriundo do racismo e dos preconceitos vivenciados pela população negra, há outras camadas de subjetividades envolvidas.

De acordo com o livro “Sem perder a raiz – Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”, oriundo da tese de doutorado da pesquisadora Dra. Nilma Lino Gomes, que aborda, problematiza, analisa e explica através de sua pesquisa em salões de beleza “étnicos” em Belo Horizonte, as diversas razões e sentidos do alisar, relaxar e escovar o cabelo crespo e também mantê-lo crespo, como também os determinantes psicossociais, culturais, econômicos e

históricos que recaem sobre o corpo/cabelo da população negra. A autora durante a pesquisa se questionava enquanto mulher negra, ou seja, se as análises realizadas durante a pesquisa eram coerentes com o seu discurso, e explica sobre esse questionamento:

Ao mesmo tempo em que as mudanças no meu corpo e no meu visual confirmavam o discurso das cabeleireiras de que é bom sentir o cabelo crespo como aquele que nos oferece múltiplas possibilidades de penteados, questionava se o alongamento, o relaxamento e a escova podem se configurar como opções de quem, de alguma maneira, se espelha no padrão estético do outro, do branco. Ao mesmo tempo, questionava se essa forma de pensamento não representa cair no discurso do “aprisionamento”, que retira de nós, mulheres e homens negros, o direito de mudar, de lançar mão dos recursos da tecnologias para manter um penteado mais prático, assim como as mulheres brancas (Gomes, 2006, p. 64).

Ou seja, a adolescente, o homem ou a mulher negra podem fazer escolhas de como usam esteticamente seus cabelos e se assumem como pessoas negras, mesmo vivenciando o racismo e preconceitos diários, sem necessariamente que essas escolhas sejam caracterizadas como rejeição do seu cabelo e do seu corpo negro. Afinal, cada ser humano tem seus processos de mudanças ou não.

Apesar de os males causados por todas essas violências diárias, as pessoas negras encontram caminhos de vivenciar alegrias, prazeres e convivências em seus grupos sociais, seja na família, na religiosidade, estudos, amizades e outros grupos de apoio afetivos, como também cuidados com a estética em salões de beleza ou na própria residência com produtos direcionados para cabelos crespos e cacheados.

A palestrante Marina Lopes fez os seguintes comentários relacionados à questão de assumir os crespos, mas depender de tantos cremes direcionados à estética crespa/cacheada:

“A questão, às vezes, é que as meninas assumem seus cabelos crespos, mas se prendem ao consumo de produtos estéticos como cremes e outros para cabelo crespo e ficam refém disso, porque querem comparar seus cabelos com os de artistas famosas como Isa e Taís Araújo, desejando ter os cachos hidratados, como se aquilo fosse ideal, mas não é. E continuam com o velho problema de não se aceitar, pois não alisam mais os cabelos, mas não aceitam do jeito que é. Diferente dos cabelos dos famosos citados que tem todo um aparato para seus cabelos serem cuidados e não ocorrem no passo de mágica. Dessa forma, continuam não aceitando suas características naturais querendo ser outra pessoa, o que acaba sendo uma prisão também, a dependência dos produtos estéticos feitos para cabelos crespos.”

Após explicações da palestrante, uma outra discente fez o seguinte comentário:

“Minha avó sempre faz comentários racistas sobre meu cabelo, dizia que eu estava feia, pedia para que eu alisasse meu cabelo, e queria me levar no salão para passar produtos e eu acabava me tocando e ficava triste. E no documentário fala que é uma

comparação, pois viver em uma sociedade onde muitos tem cabelos lisos, e a pessoa se sente diferente por causa disso”.

A palestrante comentou sobre a questão histórica:

“Para se entender o que essa avó passou para pensar assim, pois vem de geração em geração, se reproduzindo em pensamentos tradicionais racistas. E que a sua geração está tendo mais informações e que poderão ser essas mudanças nas suas famílias. Vocês podem ser a geração que vai mudar isso. Vocês precisam ter esse compromisso de mudanças para não seguir reproduzindo pensamentos racistas. Se é algo ruim, tentar quebrar esse ciclo”.

O relato da educanda e às explicações e reflexões da palestrante falam da importância de se discutir sobre a história da população negra na escola, como também o debate racial e seus mecanismos operantes na sociedade, assim todos os educandos compreenderão como o racismo e seus correlatos foram construídos historicamente. Além de compreenderem, se posicionarem, quebrar com o silenciamento no espaço escolar e da ideia errônea de que todos são iguais. Afinal, a escola como núcleo social é também reprodutora do racismo, mas precisa se assumir como um lugar de debate, de desconstrução de pensamentos e ações racistas, implementando uma educação antirracista.

A aluna que vou chamar de Ayó fez os seguintes destaques:

“Não conhecia meu cabelo, alisado. Casar com alguém de cabelo liso para os filhos terem um cabelo melhor. Feio, ruim, duro. Não me via na TV (representatividade). Autoestima. Eu mulher negra resisto. Você tem que alisar seu cabelo. Meu cabelo tem que feder? Tá na moda, não, tá no meu DNA. Confiança. Transição capilar. Eu me sinto mais forte. É uma segurança interna. Quando você se conhece e se valoriza, você não deixa ninguém pisar em você. Lutando sempre contra o preconceito.”

Em relação aos destaques acima, remete às violências que são direcionadas às pessoas negras atingindo principalmente a sua subjetividade, pois ouve-se que o cabelo é ruim, duro e fede, é bagunçado e para melhorar é aconselhado alisar, casar com pessoas brancas para o cabelo ser melhor. É de uma perversidade sem tamanho essas construções negativas sobre o cabelo crespo, pois desde criança ouvindo essa linguagem violenta, é difícil se construir uma boa relação e aceitação do que se é, como também gostar de si. A pessoa negra vai construindo em si uma negação, odiando o que se é, além da ausência de representatividade na sociedade e no espaço escolar da história positiva dos seus ancestrais.

Em relação a esse processo conflituoso vivenciado pela população negra desde a infância é explicado pela pesquisadora Nilma Lino Gomes:

A rejeição do corpo negro condiciona até mesmo a esfera da afetividade. Toca em questões existenciais profundas: a escolha da parceira, a aparência dos filhos que se deseja ter. Nesse caso, estamos diante de uma rejeição que se projeta no futuro, nos descendentes que poderão vir. A melhor forma de se precaver contra essa possibilidade é “clarear a raça” desde já, na escolha da parceira branca. O tipo de cabelo é o que orienta a escolha. Nesse caso, o cabelo simboliza a possibilidade do embranquecimento ou o seu impedimento.

[...] Esse processo conflitivo é construído socialmente, vivido e aprendido no grupo, na família. [...] O processo tenso e conflituoso de rejeição/aceitação do ser negro é construído social e historicamente permeia a vida desse sujeito em todos os seus ciclos de desenvolvimento humano: infância, adolescência e vida adulta. A inserção e circulação do negro e da negra em outros espaços sociais podem contribuir para o repensar dessa situação, para a problematização e o enfrentamento desse conflito (Gomes, 2006, p. 140-141).

Destaco que um desses espaços de desconstrução e aceitação passa pela militância política em movimentos negros, e que os espaços escolares precisam com urgência implementar a história da população negra de forma positiva e tendo como base a Lei 10.639/2003. A importância do debate racial nesses espaços poderá contribuir para a construção de identidades negras com uma autoestima elevada e positiva, diante do racismo que se vivencia cotidianamente.

O relato através da escrita da aluna que irei denominá-la de Maria, refere-se à identidade e aceitação:

A sociedade sempre teve preconceito com o cabelo crespo, julgando a pessoa como se ela fosse relaxada, suja ou descuidada. O movimento “Orgulho Crespo” reforça a ideia de que todos os cabelos são lindos, e que todos devem se amar da forma que são, pois todos somos únicos e temos nossas raízes, nossa ancestralidade. Nossas características carregam quem somos, a nossa identidade.

Ao mencionar sobre a importância da aceitação, identidade e se gostar independentemente das opiniões carregadas de preconceitos, infere-se que também pode ser a opinião e de como se comportam as alunas e alunos diante dessas questões oriundas de comportamentos de rejeição em relação ao cabelo crespo.

Prosseguindo os debates, a palestrante Marina Ribeiro ressaltou a importância “dos jovens apoiarem amigas/os e parceiros que estejam percorrendo este caminho da transição capilar, mostrando a importância dos seus cabelos naturais, incentivando que a pessoa está bonita. Contribuir para fortalecer a autoestima”. E falou que iria dividir com todas e todos presentes sua experiência com seu cabelo ao passar no concurso público no Corpo de Bombeiros em Aracaju.

“Cortei meu cabelo e ficou bem curtinho, né? Aí ficou, digamos assim, adaptável pro meio. Aí meu cabelo foi crescendo, puxava com a escova para amarrar assim o

máximo possível. Acho que o problema que eles inventavam era a questão do volume que o dread tinha. Só que foi crescendo, crescendo e o meu cabelo ficou volumoso de novo.

Aí lembro de uma vez que fui trabalhar nas eleições aqui no quartel em Aracaju, e aí uma oficial me chamou para ver se não tinha como eu ajeitar meu cabelo. Que ia ter pessoas do exercito, não sei o quê, né? Aí eu falei, não, não tem como não, meu cabelo é assim e tal. O meu cabelo era visto como uma coisa não tão bem-vinda, mas as pessoas seguravam mais a onda. Eu acho também porque tá tendo maiores informações sobre o racismo.

E no decorrer desses anos, uma colega também passou por uma coisa parecida. Assumiu o cabelo crespo dela. E aí quando foi hastear a bandeira, um oficial falou pra ela ajeitar o cabelo, que ia ajudar ela. Uma situação bem ridícula e constrangedora. E essa minha colega arretada levou a questão para o Ministério Público e até a mãe dela foi junto e também assinou. Depois teve uma reunião com o Corpo de Bombeiro e aí ficaram bem pianinho agora com isso. Tanto é que fiquei encantada quando vi uma soldada agora recente com o uniforme e com o black dela solto, fiquei assim, nossa senhora!

Mas eu fui trabalhar no interior e a distância contribuiu, porque lá não precisa ficar de boné quando não está em um ambiente fechado. Lá não precisa usar. A questão maior sempre foi o capacete que fica ruim e apertado para usar na cabeça. Mas lá nunca me obrigaram a usar essas coisas, que a gente chama de cobertura. Os chapéus, as boinas e essas coisas assim. Então, acho que foi o que incomodou menos por conta disso. Hoje uso meu cabelo crespo e black normal”.

De acordo com o depoimento da palestrante, o racismo, preconceitos e rejeição aos cabelos crespos da população negra perpassam por todas as estruturas sociais. Às vezes para assumir o cabelo crespo é necessário recorrer a instâncias jurídicas, como fez a colega da palestrante. Além de passar por conflitos internos em função dos estereótipos em relação ao cabelo crespo enfrentados diariamente, ao assumir seus cabelos, a população negra sofre violências diárias em relação a suas estéticas e o cabelo é o primeiro a ser atacado.

Também foi discutido sobre esses e tantos outros pensamentos racistas em relação a tudo que se remete a cultura do negro que é tido e vista como ruim. Inclusive, historicamente, tudo relacionado à cultura do povo negro foi criminalizada, como a capoeira, o samba, a religiosidade. Na atualidade, a perseguição às religiões de matriz africana continuam ocorrendo, vez ou outra são noticiadas a queima e destruição de templos de candomblé e umbanda, que de acordo com o II Relatório sobre Intolerância Religiosa (2023) é possível constatar através de dados de todos os estados brasileiros, como essas violências aos terreiros ocorrem, como também violações e preconceitos aos seus adeptos. O racismo religioso continua em voga, pois de acordo com (Santos, 2021, p. 208) “é óbvio que a intolerância religiosa contra adeptos das matrizes africanas está intimamente ligada ao racismo científico, que ainda perdura no imaginário social coletivo brasileiro”.

A palestrante Marina Ribeiro voltou a falar sobre sua experiência como Bombeira Militar informando que teve de cortar seus dreads ao entrar no Corpo de Bombeiro, pois esse tipo de cabelo era visto e ligado à marginalidade, ao uso da maconha que é criminalizada.

E para finalizar as discussões na roda de conversas, Marina Ribeiro pontuou e enfatizou:

Devemos investir na nossa autoestima e se sentir segura, pois o racismo não vai acabar, então a gente precisa ter conhecimento da nossa história e de todo conhecimento sobre o povo africano, pois muitas vezes a gente não sabe sobre as tecnologias, a medicina, a matemática e a engenharia. Tudo isso começou há milênios, com civilizações antigas como a do Egito e que a gente não tem conhecimentos sobre essas coisas. A gente cresce sem saber dessas coisas.

É muito importante a gente se informar além da estética, para assim a gente se sentir segura e para vivenciar essa realidade de outra forma, pois o racismo não vai acabar

Descolonizar os espaços escolares é um caminho para formar crianças e adolescentes com suas identidades fortalecidas e com orgulho dos seus corpos e cabelos crespos e encaracolados. Observei através da presente pesquisa, que há uma grande predominância de alunas e alunos negros no campus que assumem seus cabelos crespos e encaracolados, com estilos black, trançados, soltos.

Roda Figura 19: Participantes da 3ª roda



Figura 18: Hall da biblioteca



Figura 17: Hall da Galeria Salobra



5.2.4 Quarta roda de conversas – falas pretas – o que é uma educação antirracista e as conquistas do movimento negro

Figura 20: Palestrante da 4ª roda - Robson Martins.



A quarta roda de conversas intitulada “O que é uma Educação Antirracista e as Conquistas do Movimento Negro”, foi realizada em 26 de setembro de 2024, às 8 horas da manhã, na biblioteca do IFS-Campus Socorro, com o palestrante Robson Martins Ramos Santos. Robson Martins Ramos Santos é um homem Negro, Cientista Social, Funcionário Público, Militante do Movimento Negro em Sergipe, Mestre de Capoeira Angola, fundador, há mais de 30 anos, do Grupo Abaô de Capoeira Angola junto com outros colegas. O Abaô é um grupo que preserva a capoeira angola e que também luta contra as injustiças raciais. Promove várias atividades políticas sobre o universo da história e cultura negra, como também sobre a educação das relações étnico-raciais.

Ao iniciar a roda de conversas, informei que seria a última roda de conversas que estava promovendo da presente pesquisa e também qual a temática que seria abordada e sobre o palestrante. Estavam presentes 30 alunas/alunos do curso de Sistema de Energia Renováveis, turma essa que faz parte da minha pesquisa, o professor de História, um funcionário do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, a Gerente de Ensino e um outro funcionário do Campus.

Figura 21: Fala do palestrante



Figura 22: Participação dos estudantes



O Sr. Robson se apresentou e falou que também já foi jovem e sabe da estranheza que é, para os jovens, estar numa sala sentados, ouvindo uma pessoa semi-grisalha conversando. Falou que nasceu em Aracaju, é funcionário público há mais de 18 (dezoito) anos, é formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe, é mestre de capoeira angola há mais de 30 anos e que gosta do que faz e que também é rastafári. Falou sobre o fato de usar dreds, o confundem como baiano, como se só existissem negros e rastafári em Salvador ou na Bahia.

Agradeceu o convite e de todos presentes para participar dessa conversa, comentou que ao receber o convite para dividir sua experiência com todas, achou importante “porque é uma obrigação nossa debater essas questões”. E comentou que dividiria com todos os presentes sobre a sua primeira experiência em ouvir conversas sobre a questão racial:

“Eu vou iniciar dizendo o seguinte, eu fui aluno numa escola ali na av. Maranhão, em uma escola do primeiro grau. E um dia...chegou um grupo de pessoas na escola e saíram de sala em sala para fazer umas palestras. A professora organizou um pessoal, mas quando o pessoal entrou na sala, foi bem esquisito. Porque eram pessoas com esse perfil que eu tenho hoje, cabelo rastafári.

Boa parte delas, eram seis pessoas, mais escuras do que eu. E elas falando... Ok. Esse grupo de pessoas, eu não lembro qual foi o período do ano, talvez tenha sido novembro. Estou falando dos anos 80, do século passado! E aí essas pessoas foram falar sobre o que é ser negro, o que é o racismo, sobre valorização das culturas negras. Eu nunca tinha ouvido falar disso, não sabia para onde ia. O próprio visual das pessoas já chamou a atenção, da minha atenção pelo menos. Hoje é mais comum, mas naquela época se faz esse exercício de se transportar. Mais de 30 anos no passado, um grupo de pessoas chegar falando que ser negro no Brasil é difícil, a maioria da população é negra, nós somos inteligentes, somos capazes, somos bonitos, nosso cabelo não é ruim. Tudo que eu tinha aprendido até então era o contrário disso. Em casa, nas brincadeiras, nas piadas. Na própria família, no meu espaço de educação, a família, a gente já ouve essas pequenas coisinhas que vão se transformando em grandes coisas na nossa trajetória.

E esse grupo, de lá para cá, mudou a minha forma de ver, pensar e estar no mundo. Claro, foi o passo inicial. Tempos depois eu conheci a capoeira, que ainda era um espaço onde tinha muito racismo, por incrível que pareça.

E depois eu conheci uma instituição do movimento negro organizada aqui em Aracaju, intitulada UNA, União dos Negros de Aracaju. Bom, essa prévia aí é só para tentar me apresentar para vocês, tentando me colocar no lugar de vocês. Fui aluno, fui adolescente e vi, senti toda essa pressão que é exercida sobre nós nessa fase inicial da vida”.

Após a fala acima de como o palestrante iniciou seu conhecimento sobre o que é ser negro no sentido político, pois, óbvio que sabia que era negro, mas somente nos aspectos negativos e racistas. Falou também da importância das discussões da roda de conversas, pois se alguém sair tocado, sensibilizado, sobre tudo que conversaremos, “ouvir, ser tocado pela história, pela mensagem, pela reflexão, problematizar isso e seguir de forma diferenciada, pensando fora da bolha, com certeza já está valendo a pena”.

Abordou sobre a importância dos jovens estarem fazendo cursos técnicos nos Institutos Federais e posteriormente ocupando espaços de trabalhos. E à medida que forem ocupando espaços, sentirão a pressão sobre a questão racial, e que as problemáticas oriundas da questão racial é algo que vai acompanhar a vida inteira de todas os jovens e adultos negros. Mas essas questões raciais não dizem respeito somente aos negros, é uma questão de toda população. E prosseguindo com a discussão, foi citado como exemplo o fato dos jovens presentes na roda de conversas, estarem no campus estudando e outros jovens estarem a poucos metros do campus, mas presos na Comunidade de Atendimento Socioeducativo Masculino (CASEM).

O palestrante informou que iríamos assistir o audiovisual “Vista a minha pele” do cineasta Joel Zito Araújo e Dandara, produzido pelo Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT em 2004 com duração de 26 minutos. Conta a história de Maria, uma menina branca e pobre que estuda em um colégio particular com bolsa de estudos. Essa bolsa foi conseguida pelo fato de sua mãe ser faxineira do colégio. No enredo do audiovisual, a ordem na sociedade brasileira é subvertida uma vez que os negros são a classe dominante e rica e os brancos são a classe pobre e que foram escravizados. Com essa ordem subvertida, pretende-se discutir e refletir sobre racismo, discriminação racial e preconceitos que imperam no nosso país. Após assistirem ao curta, as discussões se iniciaram sendo colocado pelo palestrante Sr. Robson Martins que diante do racismo fica parecendo que as pessoas negras são vitimizadas, mas a questão é de direitos. O racismo que foi sustentado pela eugenia, uma teoria pseudocientífica, teve como um dos objetivos hierarquizar as raças, sendo uma considerada superior e as demais inferiores, e isso atendia a diversos interesses. A intenção do racismo é desqualificar as pessoas.

Em seguida, a professora de Sociologia pediu para falar e fez a seguinte explicação sobre os meandros do racismo:

“Bom dia pessoal. Tudo bem Robson? Agora é que percebi: nós estudamos juntos – coisa boa, parabéns. Pessoal, por muito tempo o racismo no Brasil foi velado, com sutilezas, gestos, assim: estamos juntos mas em algum momento, vamos nos separar ou então vamos demonstrar um pouco de ódio, isso se chama o racismo velado. Agora com as políticas de governo, com as ações políticas, é importante ressaltar isso, algumas coisas passaram a ficar escrachadas, explícitas. E aí quando um portador de

uma voz política fala que odeia o indivíduo ou que não gosta do jeito do indivíduo, a conclusão é que arraste isso para a sociedade e a sociedade repita essa desqualificação ou esse tipo de racismo.

Olha que interessante, por muitos anos o racismo foi velado e em algum momento abriu-se na política a possibilidade que se odiasse o outro e banalizasse até o racismo. Gostaria que vocês prestassem bem atenção como os representantes políticos falam sobre o outro, sobre o negro, as mulheres, e se eles abrem a possibilidade de legitimar os discursos racistas. Isso arrasta a sociedade para achar que isso é normal, só que isso não é normal. Quero que vocês pensem muito sobre isso. Tá bom! Obrigada”. (Sabrina, professora de Sociologia, 4ª roda).

As explicações dadas pela professora de Sociologia, foi um caminho utilizado para todos entenderem como o racismo foi negado no Brasil. Logo depois das explicações da professora de Sociologia, o professor de História levanta e também se coloca:

“Eu fiquei um pouco chocado com o vídeo, pois ele traz o óculos da cor e inverte né, e a gente vê um conceito sobre o lugar de fala: o branco no lugar do preto e o preto no lugar do branco e mexe com a gente. No final, vocês fazem a pergunta...e aí quem venceu? E aí qual o lugar da cor? Foi a minha pergunta, entendeu? E a gente começa a perceber que é um choque, pois a gente vê a inversão das coisas. A minha memória me leva para duas coisas, primeiro vi em Salvador uma propaganda de duas mulheres negras e faz a pergunta: uma delas é falsa. E isso gerou um debate bem interessante e aí lembrei de uma novela há muitos anos atrás chamada “A força do Desejo” de Gilberto Braga. Nessa novela todo mundo se comoveu porque descobriu que a personagem de Cláudia Abreu era uma escrava branca, e até tomar o lugar de fala o branco tomou. Naquela época era normal os filmes abordarem dessa forma. E aí a gente começa a perceber como é construído os lugares das cores em uma sociedade multi facetada, onde se deveria ser uma colcha de retalhos com todas as oportunidades, mas não existe. A sátira foi colocada de um jeito que me deixou em choque e nervoso, pois faz a gente pensar: qual o lugar da nossa cor na sociedade e a gente para e pensa: aqui no campus pretas e pretos são maioria, entendeu? Então a gente começa a refletir sobre essas questões”. (Luizão, professor de História, 4ª roda)

As falas dos professores se complementam. É um choque porque nossos sentidos foram educados para ver, viver e assistir essa realidade de exclusão como uma realidade normal. A população negra, ao enfrentar o racismo cotidianamente, adoecem e são afetadas na saúde mental, emocional e física. Por tudo isso, a fala do professor de história ao observar que no Campus mais da metade das e dos educandos são negras e negros, o que reflete a população brasileira, é preciso começar a refletir sobre essas questões. E destaque: refletir e agir.

Logo após a fala do professor de História, um educando, vou chamá-lo de Roberto, pediu para falar, fazendo a seguinte reflexão:

“Bom dia, quero falar sobre algo que eu vi no documentário e trazer para a minha realidade e de muitas pessoas. Foi quando a professora de história do vídeo pega e fala que na época da escravidão como os brancos eram escravizados não eram unidos. E a gente pode trazer para a nossa realidade de uma comunidade preta, porque muita gente na comunidade preta não acham que uns sofrem mais que outros, pois uns tem a pele mais clara e outros a pele mais retinta. Para quem tem a pele retinta sofre mais e quem tem a pele clara sofre menos. Mas geralmente isso não acontece, pois o racista

ao ver uma pessoa negra com a pele clara ou mais preta, não vai discriminar menos ou mais, né?. Mas nisso tem também a questão da exclusão como fala no vídeo, que os escravos não se uniam e tudo mais. E isso na nossa realidade acontece muito, como pessoas pardas que são excluídas por meio de pessoas pretas mais retintas. Tanto é que em uma série que assisti, fala de uma menina, filha de uma mulher branca e um pai preto, que tem esse questionamento: clara demais para fazer parte das pretas e escura demais para fazer parte das brancas, né? Então, tem muito essa questão também na nossa cultura do tipo separar grupos, em achar que uns são melhores que outros. Mais na verdade a pessoa pode sofrer até mais do que uma pessoa que é retinta, entendeu? Mas realmente pessoas pretas de pele escura e muito retinta sofre muito, muito mesmo, mas também pessoas de pele clara não é que não sofram, porque eu acho que pessoas de pele clara já escutaram comentários racistas e preconceituosos. É isso que eu quero trazer na roda.”

O aluno traz ao debate em que medida as tonalidades de pele separam os grupos, e essa questão é denominada de colorismo. Mas o que é o colorismo e de que modo afeta as lutas políticas contra o racismo? Na obra “Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneos” que trata dos diversos conceitos relacionados à temática étnico-racial, o termo colorismo surgiu em 1982 nos Estados Unidos sendo atribuído à escritora Alice Walker. “Para Walker, o colorismo (ou pigmentocracia) seria o tratamento prejudicial ou preferencial de pessoas de uma raça baseado somente na sua cor” (Soares, 2023, p. 77). Ou seja, é a hierarquização de tonalidades de peles, onde pessoas negras com peles mais claras são preferidas em determinados espaços e condições em detrimento a pessoas negras com pele mais escura, é o racismo operando para separar e criar tensões entre as pessoas negras através da cor e fenótipos. A autora pontua que esse debate é recente e não fazia parte das discussões e lutas dos movimentos negros. Recorro novamente à autora para melhor explicar a temática sobre colorismo em relação ao racismo:

Na perspectiva do racismo estrutural, um grupo inteiro racializado está sujeito à discriminação, já no colorismo, a maneira como o tom de pele é percebido – tanto pelo grupo que racializa quanto pelo grupo que é racializado – influencia a frequência e a intensidade das discriminações bem como as vantagens que pessoas com tons de pele mais claros podem experienciar. [...] Embora não se discutisse até pouco tempo o conceito de colorismo, na prática, pessoas de pele mais clara, com fenótipos associados ao tipo branco (textura de cabelo, volume e forma do nariz, por exemplo) foram/são consideradas mais aceitáveis socialmente do que pessoas de pele retinta (Soares, 2023, p. 77-78).

O colorismo é um debate constituído de nuances e armadilhas e também visto pelo palestrante como um debate que divide e enfraquece a luta em prol dos direitos da população negra.

Após todas as colocações sobre o percurso histórico dessa fixação racista sobre a tonalidade de pele, teceu comentários sobre alguns governantes contratarem dois ou quatro

profissionais negros para ocuparem cargos governamentais, e coloca essas pessoas como exemplo de pessoas negras vencedoras. Ou seja, produz um discurso isolado como a pessoa que ultrapassou barreiras de forma individual e venceu. Sabe-se que essa e outras pessoas conseguem essa posição a duras penas. Esse discurso é um engodo para ludibriar a população, pois mais da metade da população brasileira é negra e estão longe de conseguirem oportunidades de destaques comparados à população branca. Ressaltou, inclusive, a importância de cada um refletir criticamente sobre essas situações e também tornar as coisas em torno de si melhores. “É importante ser solidário a um companheiro que esteja passando por uma situação de preconceito e discriminação. Se posicionar na hora ou procurar uma pessoa que possa intervir em uma outra instância fora do ambiente escolar ou dentro da escola”. E destaco que educação não está só na escola, a escola empodera sendo um local privilegiado, mas a educação está presente em todos os lugares como: brincadeiras, na rua, no cinema, nas diversões.

Uma outra aluna trouxe uma reflexão bastante importante:

“O que eu achei interessante que não só nesse filme, mas hoje em dia tem muita gente querendo ser pessoas negras. Aí o que eu paro e penso: será que eles querem passar o que as pessoas negras passam? Eu falo isso porque tem “A” que é meu amigo e também “Z” que é meu amigo preto e a gente já presenciou certas coisas como: a gente foi no shopping e viu quase um quadro do meu amigo “A”, pois a gente estava no shopping comprando comida e o policial ficou rondando a gente pra ver o que a gente ia fazer, por ser duas pessoas negras.

Então, tem muita gente querendo ter um estilo de uma pessoa negra, mas será que querem passar o racismo que a pessoa negra passa? Talvez seja estranho que eu, uma pessoa de cabelo liso, diga assim, que as pessoas não vejam da forma como eu vejo, mas se vocês querem ser uma pessoa negra, mas querem passar o racismo que uma pessoa negra passa? Querem estar em um lugar e ser julgada pelas pessoas por ter a pele escura? E tem pessoas que dizem: ela é escura, é suja, ela não toma banho. Eu digo porque eu vi a minha família falar isso de uma pessoa negra e por eu ter amizades com pessoas negras.

Então eu acho um ponto interessante como “A” falou: ver uma pessoa branca passando por situações que uma pessoa negra passa, mas será que a gente quer passar o racismo que a pessoa negra passa? Acho que fica isso para a gente pensar. É sobre isso que me chamou a atenção e é sobre isso.”

Essa reflexão da aluna é impactante e remonta a diversas questões que ocorrem em nossa sociedade e das quais destaco algumas como o samba, a capoeira, as religiões de matriz africana e tantas outras manifestações culturais do povo preto que foram consideradas coisas de malandro, marginal, criminalizadas, com perseguições e violências cruéis durante séculos no nosso país. E mesmo diante dessas realidades perversas, o povo negro conseguiu e continua lutando para transpor tudo isso e conquistar direitos e lugares que lhes foram negados historicamente. E o que vemos hoje e há bastante tempo? Pessoas brancas cantando samba e

outros estilos musicais de origem negra e ganhando muito dinheiro e ficando ricos, adeptas das religiões afros e jogando capoeira. Em relação a essa questão de brancos ganham dinheiro no samba e outros ritmos, destacamos a fala do cantor de rapper, produtor cultural, ator, cineasta, escritor e ativista social Alex Pereira Barbosa, conhecido como MV Bill em entrevista no programa na Globoplay denominado Negritudes, exibido em 16 de maio de 2025, falando sobre o rap e outros estilos musicais de origem negra aborda bem essa questão:

“A gente aqui está diante de dois ritmos musicais, o samba e o rap e os derivados de rap, nos quais a gente tem a raiz, mas não tem o dinheiro, não é dono, não manda. Nas nossas coisas, acho que a gente precisa ter mais zelo com as nossas coisas. Ser mais guardiões, mas guardiões da nossa arte, da nossa cultura. Porque a gente deixa as pessoas entrarem na nossa arte e fazerem o que quiser.

[...] Porém, a gente como maioria no país, a gente deveria cuidar das nossas coisas. A gente deixa eles entrarem, fazem o que querem. Se a gente vai para o samba, não samba de enredo, mas o samba, música que toca na rádio. Os três, quatro maiores cantores de samba não são pretos. Os maiores cachês de samba não são pretos. E a gente sabe que no passado os cantores de samba apanhavam com os instrumentos musicais, cujo crime único era estar carregando um instrumento de samba. Aí quando passou a dar dinheiro, são eles que dominam. Agora nas coisas deles, a gente não consegue nem chegar perto, Paulo César.

Vê se vocês enxergam dentro da música sertaneja alguma pessoa preta. Não tem. Aliás, se a gente pegar dois ‘negão fortão’, ‘bonitão’, com aquela calça apertada de festa de rodeio e botar para cantar sertanejo, é explosão. Só que eles não deixam, mas tem negão fazendo backing vocal de sertanejo que não tem voz para chegar na nota alta. O negão tem que ficar escondido.

Para fechar, o que é deles não é nosso. E o que é nosso é de todo mundo. Isso tem que acabar.” (MV Bill, em 16.05.2025)

O que se ressalta como bem destacado na fala de MV Bill não é que pessoas brancas não possam cantar samba ou outro ritmo de origem da cultura negra, mas a questão maior é que o poder de decidir, de ganhar muito dinheiro e ficar rico e de ser aclamado e ser supervalorizado nos meios de comunicação, nas mídias e na sociedade há um predomínio de pessoas brancas, e com isso os artistas negros são preteridos, invisibilizados e desvalorizados em função do racismo e seus correlatos. Em relação ao ingresso de pessoas brancas adentrarem no candomblé, umbanda ou religiões indígenas e praticar capoeira, não é uma realidade recente e tampouco há problemas nessas escolhas, como bem é destacado na pesquisa de França (2018), mas é necessário se atentar as outras questões relevantes:

“Não é um fenômeno recente, mas remonta aos primórdios da organização do culto, ocorre nas mais variadas raízes e famílias religiosas, e por si só não traz problemas fundamentais à preservação do culto, inclusive proporciona figuras comprometidas com a perpetuação destas tradições. O que traz complicações para as religiosidades e espaços afro-ameríndios brasileiros é, portanto a atuação de indivíduos – de pele branca ou negra – que fecham seus olhos para as suas responsabilidades ao adentrarem os terreiros; indivíduos que, ao se iniciarem, trabalham em favor da colonização destes espaços com pressupostos segregacionistas e alienados em favor da branquitude. [...]

e há a necessidade de reconhecer e demarcar o protagonismo das vozes e identidades negras nos espaços que serviram para a sua resistência, [...] os deuses, entidades, símbolos, assentamentos, insígnias e todos os tipos de paramentos culturais que orbitam os cultos afro-ameríndios brasileiros só conseguiram resistir às políticas e estruturas segregacionistas de nossa história, graças ao trabalho incansável destas comunidades [...] A convivência de corpos negros e brancos é historicamente marcada por segregação nem um pouco pacífica ou democrática e, nos terreiros, estes moldes devem ser combatidos a todo custo. (França, 2018, p. 69, 70 e 71)

Essas explicações sobre as pessoas brancas estarem presentes nos espaços da cultura negra mas não vivenciam o racismo em função das suas escolhas, então, para pessoas brancas adentrarem e participarem dessas manifestações culturais e religiosas é muito mais fácil, pois o racismo não os atingem, o preconceito pode até atingi-los, mas o racismo jamais e também ressaltar que fazer parte desses universos não os tornam negros. E que esses grupos que se beneficiam da cultura negra, deveriam está também juntos nessa luta contra o racismo e todas as exclusões que a população negra vivencia no seu cotidiano.

Para elucidar essas observações destacadas, há uma letra de um samba do compositor paulista Geraldo Filme de Souza, que aborda essa apropriação cultural de forma irônica e crítica que é bastante elucidativa e explica bem essa questão que a aluna falou: utilizar, vestir e se apropriar da cultura do outro é fácil, mas e passar pelo racismo que a pessoa negra passa, querem? Essa música foi lançada no seu primeiro cd gravado, em 1980.

Música: Vai cuidar de sua vida Compositor: Geraldo Filme de Souza Vai cuidar de sua vida, diz o dito popular
Quem cuida da vida alheia da sua não pode cuidar Crioulo cantando samba era coisa feia
esse negro é vagabundo, joga ele na cadeia
Hoje o branco está no samba, quero ver como fica Todo mundo bate palmas quando ele toca a cuíca Negro jogando pernada, mesmo jogando rasteira Todo mundo condenava uma simples brincadeira E o negro deixou de tudo, acreditou na besteira
Hoje só tem gente branca na escola de capoeira Vai cuidar de sua vida, diz o dito popular
Quem cuida da vida alheia da sua não pode cuidar Negro falava de umbanda, branco ficava cabreiro Fica longe desse nego, esse nego é feiticeiro
Hoje negro vai à missa e chega sempre primeiro
O branco vai pra macumba e já é babá de terreiro (Souza, 1980)

O aluno Roberto, fez a seguinte colocação:

“Por outro lado tem pessoas que tem os cabelos cacheados e diz: eu sou negona e tudo mais. Na maioria das vezes essa pessoa não vai saber o que é levar um enquadro de uma polícia, como já aconteceu com nosso colega ou chegar em um lugar e um guarda tá te rodeando, para saber se você vai roubar alguma coisa, como também já aconteceu com meu irmão que tem a pele mais escura do que a minha, né. Por estar em uma rodinha com os amigos dele, levou um enquadro da polícia por nada, e policiais super hostis e grosseiros e não teve nenhum respeito por ninguém ali. Então é isso que a

colega falou: será que uma pessoa branca quer passar realmente por situações desconfortáveis como essas? É sobre isso, é isso, é de se refletir sobre isso.”

Os jovens estão atentos no que ocorre tanto nas redes sociais como com o que se passa de fato nas suas vidas, sabem bem reconhecer o racismo e preconceitos vivenciados por eles e por seus colegas. Sentem na pele essas violências diárias.

O estado brasileiro por muito tempo camuflou as desigualdades raciais e com isso não implementou políticas públicas para atender direitos para a população negra. Algumas dessas políticas públicas só foram implementadas após diversas lutas empreendidas pelos movimentos sociais negros, a exemplo da implementação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção Racial – SEPPIR em 2003 e posteriormente o Ministério da Igualdade Racial em 2023 para promover a igualdade racial e étnica e combater o racismo através de diversas políticas públicas em prol da população negra. Muito se avançou, mas as lutas continuam, pois as desigualdades raciais ainda são profundas. Outra questão que é presente através dos veículos de comunicação, são pessoas que são brancas e se diz pardo para concorrer vagas em concursos muitos disputados ou nas próprias universidades, agindo de forma desonesta em relação as quotas raciais. Inclusive uma dessas fraudes e irregularidades nas quotas raciais foi denunciado recentemente pela organização não governamental Educação e Cidadania de Afrodescendentes (EDUCAFRO), no concurso público para diplomatas do Itamaraty, em 2024.

Figura 23: Participantes da 4ª roda



Após os relatos e reflexões realizadas, um funcionário do Campus falou da importância de se colocar no lugar do outro, pois isso é empatia, e ressaltou o lugar das quotas raciais para as pessoas que de fato sofrem racismo e preconceitos. “Eu não vou concorrer às quotas, pois sei da minha trajetória e passei preconceitos por morar em bairro periférico, mas racismo nunca. Levem essas discussões para as suas família. Hoje vejo mudanças comparado ao tempo que

estudei. Por isso que as políticas públicas para a inclusão facilitam. Então, deixo essas reflexões para vocês.”

Após a fala do funcionário, o palestrante finalizou a roda agradecendo a todos os presentes pela paciência e por terem a oportunidade de participarem de discussões tão relevantes para as suas vidas e para a própria escola, trazidas pela pesquisadora da presente pesquisa. Parabenizou a todos e agradeceu também a direção e a pesquisadora por tê-lo chamado para discussões que afetam diretamente a vida de milhares de pessoas.

Também como pesquisadora fiz meus agradecimentos aos educandos por participarem da presente pesquisa, aos professores, funcionários e toda a equipe do campus como um todo.

6 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO IFS/CAMPUS/SOCORRO NO NOVEMBRO NEGRO EM 2024

O IFS Campus Socorro realiza durante o ano diversos eventos e, dentre esses eventos, destaco a nomeação da Biblioteca que ocorreu no dia 22 de novembro de 2024 e o debate sobre as religiões de matriz africana, inseridos na programação da II Semana da Consciência Negra “Somos Atlântica”.

A participação nos eventos citados faz parte das etapas da pesquisa como meios de verificar como o campus implementa a educação das relações étnico-raciais de acordo com a Lei 10.639/2003.

Nomeação da biblioteca professora Beatriz Nascimento.

Figura 24: Nomeação da Biblioteca Beatriz Nascimento



Fonte: IFS Campus Socorro, 2024

A nomeação da Biblioteca Professora Beatriz Nascimento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024 com uma vasta programação cultural. Aberta para o público em geral, com a presença dos alunos do campus, corpo administrativo e professores do campus Socorro e de Aracaju, convidados de instituições do movimento negro, como também a presença da ilustre professora Maria Nele dos Santos, docente aposentada da Universidade Federal de Sergipe, uma das pioneira em Sergipe na discussão sobre escravidão no Brasil e coordenadora do NEAB na década de oitenta.

O evento foi aberto saudando todos os presentes e explicando da importância da biblioteca do Campus ser nomeada com o nome da professora e intelectual Beatriz Nascimento. A escolha do nome da intelectual Beatriz Nascimento para nomear a biblioteca, além de valorizar e prestigiar uma mulher sergipana, negra, intelectual, escritora e ativista pelos direitos da população negra, ser também uma referência para as e os discentes que estudam no campus Socorro, pois mais de 50% (cinquenta por cento) se declaram negros.

Contribuindo também para que todos que fazem parte da instituição conheçam e valorizem a história de Beatriz Nascimento, que foi historiadora e pesquisadora sobre quilombos no Brasil e da história da população negra. Foi destacado que a biblioteca do campus Socorro é a única que prestigia a sua nomeação com o nome de uma mulher.

A programação cultural foi toda constituída pela cultura negra. A exposição sobre a vida e obra de Beatriz Nascimento realizada no espaço da biblioteca, contou com cinco telas pintadas por artistas sergipano e doadas ao campus. Destaco a obra da artista Letícia Souza, estudante do campus Socorro, intitulada: Beatriz Nascimento – Mulher negra, força e cultura. Destaco pela importância de várias discentes terem se envolvidos na organização para a nomeação da biblioteca, e também o talento da aluna em retratar em tela a sua visão sobre Beatriz Nascimento. Inclusive a aluna foi quem falou sobre seu trabalho, autorizando a publicação de sua foto com a tela que ela pintou.

Figura 25: Aluna Letícia Souza e sua pintura sobre Beatriz Nascimento



Fonte: a própria autora. Artista: Letícia Souza, 2024

Logo após a abertura do evento e a amostra da exposição, ocorreu a apresentação do Grupo Piabetá, com o título Beatriz Nascimento sempre viva, avante! Com processo coreográfico Obinrin (obinrin, palavra em yorubá que significa mulher). O grupo é formado por alunas/os dos cursos técnico subsequentes: Sistemas de Energia Renováveis e de Manutenção e Suporte em Informática, e coordenado pelos professores de artes, geografia e sociologia.

Figura 26: Grupo de Dança Piabetá – IFS Campus/Socorro



O cordelista Chiquinho do Além Mar (Francisco Passos Santos), também se apresentou recitando o cordel intitulado Maria Beatriz Nascimento, Presente! Destaco uma das estrofes do cordel: “[...] O documentário Ori (1989) Sua obra mais notória, E outros artigos sobre o conceito de Quilombo na História, Sexismo, raça, racismo, Marcaram sua trajetória...[...]”

Logo após a apresentação do cordel, foi a vez do grupo de alunas do IFS campus Socorro declamarem um Jogral denominado “Beatriz Nascimento: Vida e Obra da Mulher- Atlântica.

Figura 27: Apresentação de Jogral por alunas do Ifs campus Socorro



O MC Wesley Pardal também se apresentou no evento.

Pardal Figura 28: Apresentação do MC



Figura 29: Performance do MC Pardal



O encerramento do evento ocorreu com a apresentação do grupo de dança Adupé Descidão. Formado somente por mulheres que trabalham com ritmos percussivos como o samba reggae e manifestações da cultura negra e popular sergipana.

Figura 31: Grupo de dança Adupé Descidão



Figura 30: Participação dos discentes no evento



No evento foram oferecidas comidas como vatapá, arroz e caruru. Abaixo, cartazes produzidos pelos alunos e outras fotos do evento.

Figura 34: Comidas típicas afro-brasileira no evento



Figura 33: A Pesquisadora, orientadora Dra. Elza Ferreira Santos e a professora Maria Neli



Figura 32: Autora e servidora do



II Semana da Consciência Negra “Somos Atlântica” – Em 28 de Novembro de 2024.

Figura 35: II Semana da Consciencia Negra no Ifs



O evento foi aberto com uma mesa com frutas oferecidas a todos os presentes. Logo em seguida ocorreu a abertura da mesa intitulada “Religiões de Matriz Africana – conhecer, aprender e respeitar, com a Socióloga e Yalase (Mãe de Santo) Martha Sales.

Na sua fala, a socióloga destacou que há diversas religiões de matriz africana no Brasil e em Sergipe, e que é importante se conhecer para respeitar como geralmente se respeita outros segmentos religiosos. É necessário conhecer e também compreender por que as religiões de matriz africana foram e continuam sendo perseguidas, atacadas e tão discriminadas no Brasil.

Abordou que o preconceito, intolerância e a discriminação que ocorre em relação às religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, é fruto do racismo religioso. A intolerância religiosa a essas religiões, está diretamente ligada ao racismo vivenciado pela população negra diariamente e as manifestações culturais de origem africanas no nosso país. Durante a história do nosso país, várias manobras foram criadas para perseguir tanto o povo negro como suas manifestações religiosas. Infelizmente o preconceito e o racismo se fazem presentes na atualidade. Mas também ressaltou da importância de respeitar todas as religiões, pois todos somos diferentes, mas as diferenças não podem ser utilizadas para excluir e odiar uns aos outros em função da crença de cada um.

Falou da importância das instituições escolares implementarem a Lei 10.639/2003, para que de fato se conheçam as diversas histórias da população negra e africana, e assim contribuir para que o preconceito e a discriminação acabem. Mesmo que o racismo não acabe, oportuniza tanto os adolescentes negros e não negros conhecerem as histórias ainda não contadas nos espaços escolares sobre esse povo que contribuíram para construir esse país, e que continuam na luta para que suas histórias sejam contadas nos bancos escolares, respeitadas e valorizadas.

Figura 36: Palestra da socióloga Martha Sales



Figura 37: Participação dos discentes



Logo em seguida, ocorreu a apresentação cultural “Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim”, falando sobre a violência doméstica contra as mulheres. A apresentação teve como fundo musical a música do compositor Douglas Germano, interpretada pela cantora Elza Soares “Maria da Vila Matilde”, e que também conduziu o grupo na sua performance.

Esses eventos que abordam a cultura negra são fundamentais, pois atendem o que determina a Lei 10.639/2003 que é justamente o que a presente pesquisa objetiva evidenciar essa presença no campus pesquisado. No entanto, para atender o que orienta a normativa em relação à educação das relações étnico-racial, é relevante que estejam presentes no currículo escolar e que ocorram de forma efetiva e não somente no mês de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra.

Figura 39: Apresentação de Dança Muçuca com aluna do Ifs



Figura 38: Apresentação musical por alunos do Ifs



7 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional oriundo dessa pesquisa é uma cartilha em formato de e-book denominada Rodas de Conversas – Falas Pretas, que abordam temáticas sobre a educação das relações étnico-raciais. Foram realizadas quatro rodas de conversas.

A primeira Roda de Conversas “Falas Pretas”: “Movimento de Mulheres Negras e a Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria”, realizada em 12 de setembro de 2024, às 11h, na Biblioteca do IFS Campus Socorro/Se e foi conduzida por Laila Thaise Batista de Oliveira, doutoranda em Educação das Relações Étnico-Raciais.

A segunda Roda de Conversas “Falas Pretas”: O Racismo como estratégia de produção de ausências, ocorreu em 20 de setembro de 2024, às 13h30min, na Biblioteca do IFS Campus Socorro, tendo como convidado para conduzir o debate o Dr. Evanilson Tavares de França, que é Doutor em Educação e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

A terceira Roda de Conversas “Falas Pretas”: Cabelo Crespo – Símbolo de Identidade, ocorreu em 28 de setembro de 2024, às 8h da manhã, na Biblioteca do IFS Campus Socorro/Se. A palestrante foi Marina Ribeiro Lopes, mulher negra, adepta do candomblé, com formação em Publicidade e Jornalismo, Bombeira Militar e capoeirista angola.

Quarta Roda de Conversas “Falas Pretas”: O que é uma educação antirracista e as conquistas do Movimento Negro, realizada em 26 de outubro de 2024, às 8h da manhã, na Biblioteca do IFS Campus Socorro/Se, e foi conduzida pelo Cientista Social Robson Martins Ramos Santos, funcionário público e Mestre em Capoeira Angola.

O objetivo e o que se espera é que esse produto educacional elaborado por esta pesquisa, contribua para práticas pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica do Ensino Médio, com a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de acordo com contexto da Lei 10.639/2003 na perspectiva de uma formação integral.

Um dos documentos bases para que seja implementada a Lei 10.639/2003 é o Parecer CNE/CP nº 03/2004 que regulamentou a alteração da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos seus Art. 26, 26A e 79 B, “que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros”. E também a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Plano Nacional de

Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este último documento que é o Plano Nacional, aponta ações para a Educação Tecnológica e Formação Profissionais inclusive direcionados também aos Institutos Federais. E é nessa direção que o produto educacional se insere no sentido de contribuir para a efetivação do que recomenda os marcos legais para a educação das relações étnicos raciais.

7.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação do Produto Educacional foi realizada com os discentes do 2º ano do Curso Técnico de Nível Médio em Sistemas de Energia Renovável, através de um questionário com 8 perguntas fechadas e duas abertas. O total de discentes que avaliaram o produto foi de 30 pessoas. O questionário foi elaborado pela própria pesquisadora.

1 – Dos temas que tratados nas Rodas de conversa, qual ou quais dele (s) você gostou? (se quiser pode marcar mais de uma alternativa).

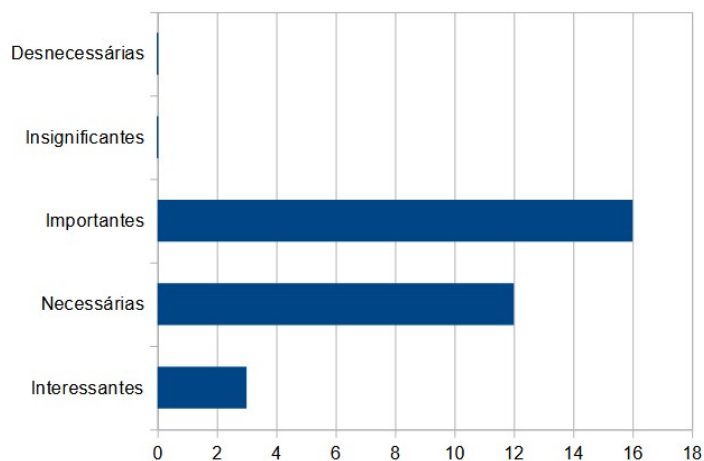
Ilustração 1: Resultado do produto educacional



Na questão que foi avaliada sobre as temáticas tratadas nas rodas de conversas, quais gostaram mais, prevaleceu as temáticas que abordaram o racismo como estratégia de ausência, o movimento de mulheres negras e o debate sobre cabelo crespo. Esses eixos temáticos com prevalência são justamente os que atingem diretamente as pessoas negras no seu cotidiano, como também o fato das discentes mulheres serem a maioria e entenderem que ser mulher e negra, as dificuldades em função do racismo e machismo a carga é bem maior em suas trajetórias. Como também tiverem a oportunidade de conhecer como as mulheres negras se organizaram e continuam se organizando politicamente em busca de direitos, para conquistarem espaços negados historicamente e assim lutarem por uma existência mais digna. E com esse debate sobre os movimentos das mulheres negras, desmistifica a ideia naturalizada de associar posições subalternizadas às pessoas negras.

2 – Como você classificaria as Rodas de Conversas:

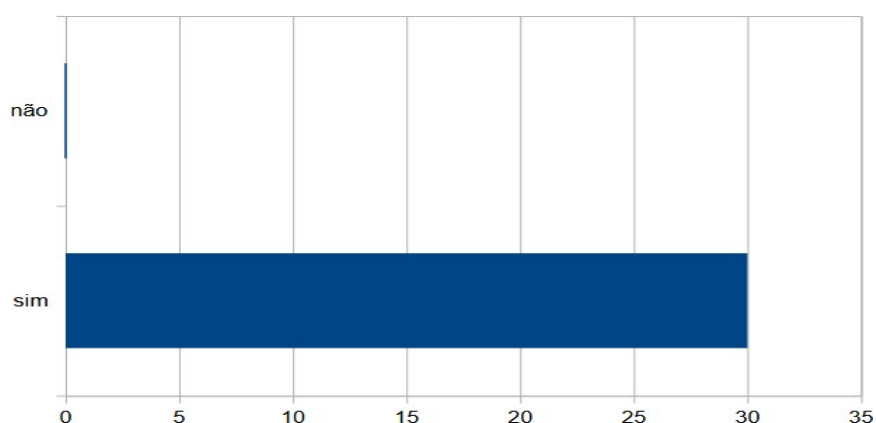
Ilustração 2: Classificação do produto educacional



De acordo com o gráfico 2 referente à classificação das rodas de conversas, predominou nas respostas “IMPORTANTES E NECESSÁRIAS”, demonstrando que a realização das rodas de conversas e suas temáticas foram de grande relevância para os discentes participantes, e sendo “necessárias” é porque ou infere-se que essas temáticas deveriam ser mais presentes no espaço escolar.

3 – Aprovou as palestrantes e os palestrantes?

Ilustração 3: Aprovação do produto educacional

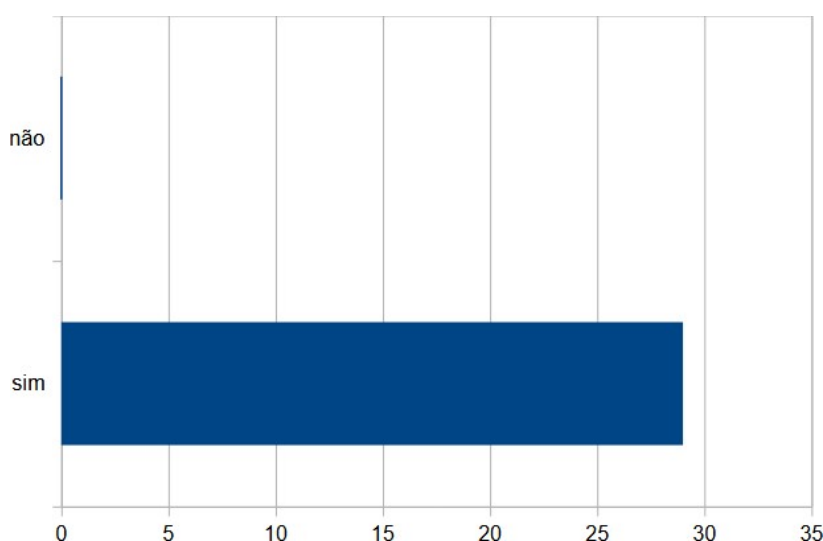


Neste gráfico a pergunta sobre a aprovação ou não dos palestrantes é um indicativo importante no que se refere as suas atuações e as temáticas escolhidas e debatidas, com aprovação de 29 dos discentes do total de 30, somente um não respondeu. A escolha dos

palestrantes, sendo duas mulheres e dois homens, são pessoas negras e que atuam de forma efetiva em movimentos negros para uma educação antirracista, como também vivenciam em seus cotidianos as mazelas oriundas do racismo. Essa aprovação evidencia que as escolhas foram certas e pode também indicar empatia com os palestrantes, por se verem representados, pois mais da metade dos educandos se declaram como negros.

4 – As Rodas de Conversas contribuíram proporcionar conhecimentos?

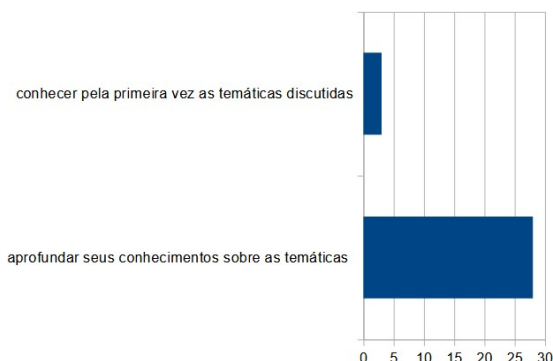
Ilustração 4: Aquisição de conhecimento do produto educacional



Neste gráfico com as respostas positivas na sua totalidade sobre as escolhas das Rodas de Conversas como um espaço que contribuiu para proporcionar conhecimentos, oriundos das temáticas debatidas como também da participação de outros colegas. Assim, indica que “no contexto da Roda de Conversas, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e fala” (Lima; Moura, 2014, p. 28). Ou seja, se aprende debatendo e também ouvindo nos espaços coletivos através das percepções e colocações dos outros participantes.

5 – As Rodas de Conversas contribuíram para:

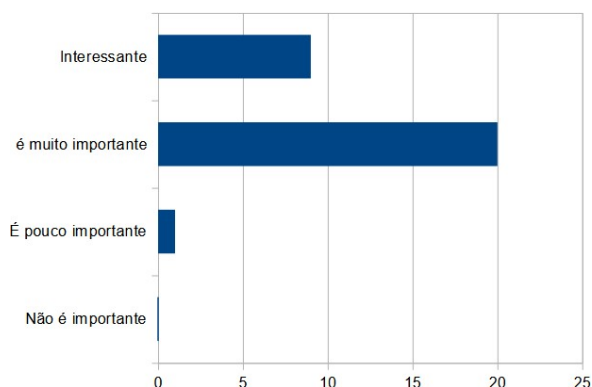
Ilustração 5: Contribuição do produto educacional



De acordo com o gráfico referente à quinta pergunta, predominou a afirmativa de que as rodas de conversas e os eixos temáticos debatidos contribuíram para aprofundar os conhecimentos dos discentes. São resultados que indicam que os discentes possuem algum tipo de conhecimento das temáticas abordadas, e que há possibilidades das rodas de conversas serem utilizadas como instrumentos para trabalhar no ambiente escolar o que determina a Lei 10.639/2003.

6 – Debater sobre racismo, preconceito racial, cabelo crespo e as histórias da população negra no espaço escolar:

Ilustração 6: O racismo no produto educacional

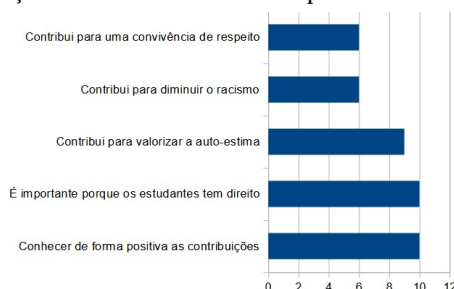


Nesta questão as perguntas referem-se diretamente às vivências negativas que a população negra é afetada nas suas vidas com o racismo e os preconceitos em relação aos cabelos crespos, e não são apenas conceitos. E as respostas afirmam serem muito importante essas discussões no espaço escolar. Ao abordar as histórias da população negra de forma

positiva, contribuirá para desmistificar estereótipos construídos historicamente, como também fortalece a construção das identidades e autoestima das pessoas negras no espaço escolar e que se estende na própria vida.

7 – Estudar a História e Cultura da população negra e africana no espaço escolar é importante, para:

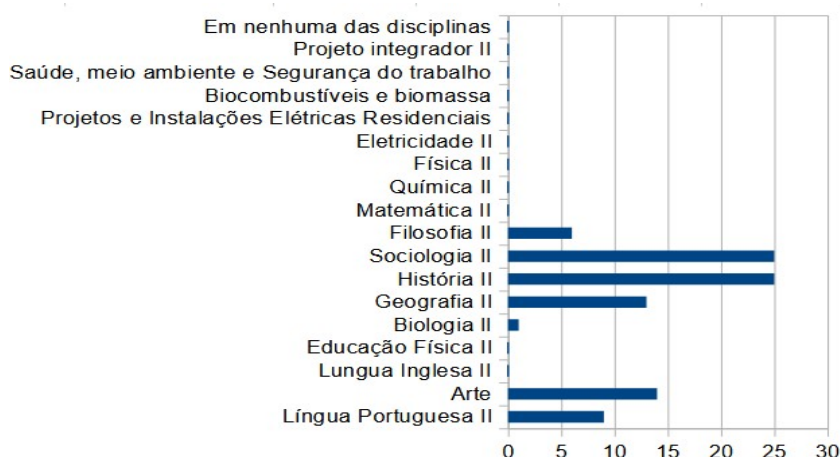
Ilustração 7: História e cultura no produto educacional



Na pergunta 7, as respostas de acordo com o gráfico, prevaleceu que estudar a história e cultura da população negra e africana que é importante porque os estudantes negros tem direito em conhecer a história dos seus antepassados e conhecer de forma positiva as contribuições do povo negro e africano para a formação e construção do Brasil, e também diminui o racismo e valoriza a autoestima. Essas respostas são caminhos que apontam que o espaço escolar deve avançar para a implementação da Lei 10.639/2003. Também revela a contribuição do Produto Educacional como um guia de referências que apontam nessa direção, mas é urgente a necessidade de capacitações docentes para que de fato contribua para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino médio integrado na Educação Profissional e Tecnológica.

8 – Em qual disciplina se estuda as temáticas debatidas nas Rodas de Conversas.

Ilustração 8: Temáticas do produto educacional nas disciplinas



Nessa pergunta quais as disciplinas que abordam as temáticas que foram discutidas nas rodas de conversas, as respostas de acordo com o gráfico os maiores destaques foram Sociologia II, História II, Geografia e Arte e com menor destaque para Língua Portuguesa e Filosofia. Observa-se a predominância das discussões na área de humanas e ausências nas exatas. De acordo com as alterações na Lei de Diretrizes e Bases – LDB n]o Artigo 26-A paragrafo 1º – os estudos de História da África e dos Africanos e dos afro-brasileiros, esses conteúdos serão ministrados em todo o currículo escolar, mas em especial nas áreas da Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

Durante a pesquisa houve a participação justamente da docente de Sociologia que destacou que trabalha durante o ano inteiro essa temática, e a participação do professor de História, como também de uma professora da área técnica e menor participação de

professores da área de exatas. E os professores de Artes e Geografia são bastantes envolvidos nessa temática no campus pesquisado. Ou seja, as respostas dos discentes convergem com as práticas dos docentes das áreas destacadas, mesmo que os currículos não tenham passado por mudanças efetivas para a inclusão da Lei 10.639/2003.

As questões 9 e 10 foram perguntas abertas para que os discentes manifestassem suas opiniões sobre o produto educacional. Todos os 30 discentes responderam, mas destacaremos algumas respostas.

9 – Durante a realização das Rodas de Conversas, o que destaca como negativo ou como ponto fraco?

Participação dos alunos.

Na minha opinião não faltou nada, foi tudo interessante e construtivo.

Toda a representatividade negra abordada de forma clara e criativa nas rodas de conversas se apresentam como pontos positivos.

Não vi nenhum ponto negativo ou fraco nas rodas de conversas, achei super interessante.

Nada, tudo foi excelente.

10 – Dê sugestões sobre temas para serem debatidos nas rodas de conversas em 2025?

Saúde mental, cultura, machismo, redes sociais e empatia.

Mulheres negras nos cargos governamentais, como e o que fazer após o racista.

Micronegócios de mulheres negras.

Nada a declarar.

Micro-empreendedorismo de mulheres negras: mulheres negras e seus empreendimentos.

Essas falas indicam que as temáticas debatidas nas rodas de conversas atenderam aos objetivos propostos, como também foram relevantes para os participantes da pesquisa. Foram

temáticas que os discentes consideraram relevantes justamente por discutirem questões que a maioria vivencia no dia a dia como o racismo, preconceitos de raça, classe e gênero e também a cultura negra que é tão rica e possibilita vivências coletivas e alegres.

Como a maioria das discentes e dos discentes que estudam no curso pesquisado tem predomínio de pessoas negras, é perceptível a urgência da implementação da educação das relações étnico-racial, que possibilitará abordar e estudar o universo da população negra em suas diversas dimensões. Essas falas também indicam essa necessidade de abordar a história dos afro-brasileiros e africanos, as mulheres negras e seu empreendedorismo, representatividades como também temáticas como o machismo e saúde mental. Ou seja, diversas questões que atravessam as e os discentes nos seus dia a dia.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país estruturado pelo racismo e, historicamente, foi negado silenciado e sua base de sustentação é a exaltação da miscigenação como também o mito da democracia racial. Com esses discursos sedimentadas na sociedade, não houve o compromisso do Estado brasileiro em discutir as sequelas oriundos do racismo para que a população negra fosse beneficiada com direitos sociais, econômicos e políticos. Todas as exclusões que foram submetidas ao longo da história do país interferiram na construção e formação da identidade racial da população negra e nos lugares aos quais foram empurrados para sobreviver de forma “desassistida” e “esquecida” pelos poderes públicos. Todas essas exclusões faziam parte das políticas do nosso país para não admitir o racismo e principalmente não enfrentar as desigualdades sociais e raciais às quais o povo negro foi empurrado ao longo da nossa história.

Mas o povo negro nunca aceitou essas exclusões e sempre travou diversas lutas para inserção na sociedade e também para serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Quebrando esses silêncios e omissões, organizaram diversas lutas e movimentos em prol da sua dignidade e de direitos. E assim o teor das lutas ao longo dos anos vão se modificando e surge o que hoje conhecemos como Movimentos Sociais Negros que conquistaram a aprovação de uma das políticas públicas mais relevantes, a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira com o propósito reconhecer suas histórias, lutas e resistências. Contribuindo também para desconstruir estereótipos, preconceitos, discriminações e o racismo que estão presentes na sociedade e nos espaços escolares, fortalecer o pertencimento racial e a autoestima dessa população, contribuindo com convivências nas diferenças onde nenhum grupo seja considerado inferior ou superior.

E foi diante de todas essas questões que a presente pesquisa teve como objetivo analisar como a educação das relações étnico-raciais, preconizadas pela Lei 10.639/2003, faz-se presente no currículo e na prática pedagógica do curso técnico em Sistemas de Energia Renovável do Campus/IFS Socorro. Essas indagações são necessárias na educação profissional e tecnológica no ensino médio integrado, pois os Institutos Federais tem como um dos seus principais objetivos educacionais, uma formação integral, omninlateral e politécnica.

Diante da análise dos dados com as discussões nas quatro rodas de conversas e participação nos eventos foi possível verificar que a direção geral, a coordenação de ensino e outros participantes como alguns docentes, possuem conhecimento sobre a Lei 10.639/2003 e

de sua relevância, no entanto não ficou evidenciado o porquê da não implementação da referida lei, de forma efetiva, no campus pesquisado. Destacamos que os professores de História

e de Sociologia tiveram participação bastante significativa nas discussões das diversas temáticas abordadas durante a realização das rodas de conversas e além do conhecimento sobre a lei estudada, demonstraram domínio em alguma temática referente à educação das relações étnico-raciais. Inclusive a professora de Sociologia ressaltou que durante o ano letivo aborda as temáticas referentes a gênero e raça, ou seja, são estudadas de forma efetiva na disciplina de sociologia, além de se posicionar como uma mulher negra. Houve participação de dois professores da área de exatas, da professora de inglês e da área técnica, contudo não se posicionaram em relação às discussões abordadas. Nenhum dos professores participantes mencionaram sobre oferta ou participação em cursos de formação docentes sobre educação das relações étnico-raciais para o atendimento à Lei 10.639/2003.

Em relação aos discentes participantes da pesquisa, posicionaram-se em suas falas relatando, sobretudo, episódios vivenciados de racismo, preconceitos e discriminações. Eles percebem as desigualdades raciais de como são tratados em alguns espaços que frequentam e também em relação às abordagens policiais a que já foram submetidos, além de relatos envolvendo irmãos e amigos da comunidade onde residem. Outra questão que os discentes abordaram é o preconceito em relação à estética negra manifestado por alguns membros de suas famílias, de brincadeiras de cunho racista em que colegas os colocavam em situações subalternas. O que os discentes não mencionaram foi se presenciaram ou se foram vítimas de racismo no campus onde estudam, e quais os encaminhamentos efetivados.

Diante desses resultados é possível destacar que todos os discentes reconhecem a existência do racismo e seus correlatos; porém, na dimensão individual, não conseguem relacionar com as desigualdades raciais e nem sociais submetem e afetam a população negra na sociedade.

Os resultados também indicam que mesmo incentivados a partir das rodas de conversas a mencionarem personalidades negras que conhecem, foram citadas personalidades nas áreas da música e esportes, e com isso evidencia a falta de referências em outras áreas relevantes. Como o racismo dificulta a ascensão de pessoas negras nos espaços de poder, então os discentes não se veem representados na área jurídica, econômica, pesquisa acadêmica, docência universitária, literatura e nos meios de comunicação. Diante dessa realidade exposta, faz-se necessário e urgente a escola abordar essas temáticas e assim enegrecer os currículos de acordo com o que determina a Lei 10.639/2003.

Ressaltamos que de acordo com os resultados da pesquisa, foi possível constatar que mesmo no campus pesquisado a história do povo negro e africano não estão de forma efetivada nos currículos, abordando suas trajetórias, lutas e culturas, nem a contribuição do negro como

sujeito que ajudou a construir a formação do nosso país. A Direção Geral estimula no desenvolvimento dessas temáticas no campus pesquisado. Ocorrem diversas iniciativas com debates, exposições e atividades em diversas áreas.

As temáticas relacionadas no contexto da Lei 10.639/2003 se faz presente mais especificamente no mês de novembro que se debate e se comemora o 20 de Novembro, como o Dia da Consciência Negra. Há uma agenda repleta de atividades culturais e debates o mês inteiro. Percebe-se a presença de ações afirmativas através das cotas raciais e bancas de heteroidentificação para adentrar nos cursos ofertados no campus através de editais e aqui evidencia a relevância da existência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Índigenas – NEABI, instituído em 2019, juntamente com outros núcleos com o objetivo de promover a defesa dos direitos humanos na sua diversidade para a inclusão. Um dos objetivos do Neabi é o de promover as ações afirmativas e também contribuir com a implementação do Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, apoiar a formação inicial e continuada dos servidores e alunos para a educação das relações étnico-raciais e também promover eventos dessas temáticas nos campi do Instituto Federal de Sergipe. Ou seja, um excelente e imprescindível aliado para contribuir com a implementação da Lei 10.639/2003 nos currículos dos campi do Instituto Federal de Sergipe, inclusive no campus pesquisado.

Há também o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que acolhe, orienta e promove ações junto aos discentes e docentes para acessibilidade plena às aulas. Destacamos o trabalho realizado pela direção da Biblioteca Beatriz Nascimento, instituindo um clube de leitura para os discentes, promovendo leituras temáticas via relações étnico-raciais utilizando escritoras e escritores negros. A biblioteca nomeada Beatriz Nascimento é uma iniciativa relevante, pois ressalta a pesquisadora e intelectual sergipana que contribuiu com estudos sobre o universo da população negra. Inclusive, foi solicitada a minha pessoa/pesquisadora, uma lista com sugestões de obras de escritoras e escritores negros para composição do acervo da biblioteca e, obviamente, contribui nesse sentido.

Diante do que foi exposto em relação aos resultados, foi elaborado um produto educacional oriundo da presente pesquisa que foi bem avaliado pelos discentes e que objetiva contribuir para as práticas pedagógicas dos docentes, contribuir para uma formação de

estudantes críticos e conhecedores da história africana e dos afro-brasileiros, entendendo como o racismo promove ausências nos espaços de poderes e desigualdades profundas na sociedade brasileira. E como o racismo contribui para a não aceitação da constituição das identidades negras de forma positiva.

Ao concluir pesquisa, consideramos que os objetivos propostos nesta pesquisa e do produto educacional oriundo foram alcançados. Destacamos e sugerimos que seja promovida formação continuada para os docentes para que debatam e incluam nos currículos das suas respectivas disciplinas a educação das relações étnico-raciais no contexto da Lei 10.639/2003, como também promovam ações culturais, debates e seminários não somente no mês de novembro e tendo como grande catalizador o NEABI, e que participem todos os professores e servidores do campus.

Dos discentes que estudam no campus, a maioria são negros, então é urgente a implementação da Lei 10.639/2006, pois assim contribuirá também para combater o racismo e fortalecer o pertencimento racial de todos contribuindo com a elevação da auto estima de todos e também na convivência, em que ninguém se sentirá inferior ou superior. E todas essas questões se estenderá para suas atuações e convivências fora do muro da escola, e será relevante para o mundo do trabalho. Todos esses debates raciais devem fazerem partes da base para a formação integral que é estabelecida pela Educação Profissional e Tecnológica nos cursos técnicos do ensino médio integrado defendido pelos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. GOMES, Nilma Lino (org.). **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 (Coleção Cultura Negra e Identidades; 18)

ABDALA, Vitor. Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 18 maio 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Keila José. **Educação profissional e tecnológica como espaço de transgressão**: caminhos para uma formação antirracista. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Federal Goiano Campus Ceres, Goiás, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/5470>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BAPTISTA, Rodrigo. **Dia da Consciência Negra 50 anos**: liberdade conquistada, não concedida. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias. Acesso em 06 jan. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Nilton Xavier. **O NEABI IFRN: Amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=14527476. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: Editora: Ministério da Educação/SEPPIR. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 09 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. /Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, DF: Editora: MEC, SECADI, 2013. 104 P. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CS/IFS Nº 134, de 04 de abril de 2022**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de nível médio em

Sistemas de Energia Renovável, na forma integrada ofertado pelo Campus Socorro do IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 941, de 11 de novembro de 2020**. Institui o Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Programa EnergIF. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3360/portaria-mec-n-941#:~:text=Institui%20o%20Programa%20para%20Desenvolvimento,Cient%C3%ADfica%20e%20Tecnol%C3%B3gica%20%2D%20Programa%20EnergIF>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB: projetos em disputa. Da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407- 428, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/703/705>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasileira, 2006. Vários autores.

CARVALHO, João. **Curso sobre materialismo histórico dialético**. Plataforma Youtube. 14 de agosto de 2021. Duração: 1.29.48. Disponível: youtube.com/watch?v=uiujDWHvgWo. Acesso em: 03 jul. 2025.

CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos. **Histórias de vidas de professoras negras da educação profissional no IFBA: e eu, eu não sou uma cientista?** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto Federal da Bahia, Salvador, BA, 2021. Disponível em: https://sucupira- legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=11476859. Acesso em: 16 jun. 2025.

COSTA, Gleisson Marques Gonçalves. **Capoeira na escola: prática educativa no auxílio à efetivação da Lei 10.639/2003 no Ensino Médio Integrado do IFTM – Campus Uberaba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba Parque Tecnológico, Uberaba, MG, 2021 Disponível em: <https://iftm.edu.br/cursos/uraparquetecnologico/mestrado/educacao-e-tecnologica-rede-nacional/> Acesso em: 13 jun. 2025.

COUTINHO, Gabriela dos Santos . **Narrativas de intelectuais negras/os e letramento racial: a atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Colégio Pedro II / Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/CEFET/Rio de Janeiro/Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/166_Gabriela%20dos%20Santos%20Coutinho.pdf. Acesso em 14 jul. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2024.

EGHRARI, Iradj. **Brasil e Durban [livro eletrônico]: 20 anos depois**. São Paulo: Geledés Centro de Documentação e Memória Institucional, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/brasil-e-durban-20-anos-depois.pdf>. Acesso em: 10 jan.2024.

FAZENDA, Ivani. (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Ática, 1978, v. 2.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo do branco**. 4. ed. São Paulo: Global, 2021.

FILME, Geraldo. **Vai cuidar da sua vida**. Disponível: [https://www.letras.mus.br/Samba>Geraldo Filme](https://www.letras.mus.br/Samba/Geraldo%20Filme). Acesso em: 10 mar. 2025.

FRANÇA, Jonas. Elementos para um debate sobre os brancos e a branquitude no candomblé: identidades, espaços e responsabilidades. **Revista Calundu**, Brasília/DF, v. 2, n. 2, jul-dez 2018. Disponível em: <https://calundu.org/revista/revista-calundu-vol-2-n-2-jul-dez-2018/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

FRAGA, Walter. Pós-Abolição: o dia seguinte. *In*: GOMES, Flávio dos Santos. SCHWARCZ, Lilia. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.351-357.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 77-99.

GARCIA, Januário. **25 anos 1980-2005: Movimento Negro no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-a-lei-1063903/>. Acesso em: 15 maio 2025.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.63/2003**. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO. 2005, p. 39-62. GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da ABPN**, Curitiba/PR, v. 11, 2019. Ed. Especial Caderno Temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois: e agora, do que mais precisamos falar?

IBGE. **Conheça o Brasil – População - COR OU RAÇA**. Rio de Janeiro/RJ Disponível em: <http://gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 13 jul. 2023.

IBGE. **Pretos ou pardos representam dois terços dos subocupados em 2018**. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-icias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018. Acesso em: 18 junho 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) Educação 2022**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 18 junho 2023.

IBGE. **Educação 2022. PNAD Contínuo**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/Livros/liv102002_informatico.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Conselho Superior. **Resolução nº 14/2020/CS/IFS**. Aprova Ad Referendum o Regulamento que estabelece as normas de Heteroidentificação Étnico Racial complementar a autodeclaração étnico racial por candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas nos Processos Seletivos de Ingresso Discente, no âmbito do IFS. Aracaju: Conselho Superior, 2020. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/14.2020_-_Aprova_Ad_referendum_o_Regulamento_que_estabelece_normas_de_heteroide.pdf. Acesso em: 06 maio 2025.

IFS. Conselho Superior. **Resolução CS/IFS nº 206, de 13 de julho de 2023**. Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, interstício 2020-2024. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

LEAL, Nilson de Souza. **20 anos da Lei 10.639/2003 e formação integral**: O estado da implementação da Lei no IFSC, Campus Gaspar-SC. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal Catarinense Campus Blumenau, Santa Catarina. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14370489. Acesso em: 09 maio 2023.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. **A presença do Negro na Imprensa Gaúcha: do Império à República**. São Paulo/SP. Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 26.10.23.

LOURENÇO, Cristiane. A importância dos indicadores sociais nas pesquisas voltadas para as relações raciais. **Vértices**, Campos de Goitacazes, v. 23, n. 2, p. 501-514, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n22021p501-514>. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vértices/article/view/15953>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

LUZ, Jussiane Ribeiro da. **A Lei Federal 10.639/2003 e o currículo dos cursos integrados da educação profissional: Uma análise no IFCS_Joinville**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Santa Catarina Campus Florianópolis, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13718725. Acesso em: 14 jun. 2025.

MACAU. **Olhos Coloridos**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br>>Macau/Olhos – coloridos. Acesso em: 26 set. 2024.

MENDES, Raquel de Oliveira. **O “Combo” da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros no Ensino Médio Integrado do campus Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju. 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7766579. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIMA, Maria da Gloria Soares Barbosa; MOURA, Adriana Borges Ferro. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**, Parnaíba, v. 5, n. 15, p. 23-35, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois: Anita Garibaldi, 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MÚSICA NEGRA: Samba e rap cantam o Rio. **Festival Negritudes**. Rio de Janeiro/RJ. Globoplay. Em 16.05.2025. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13604079/?s=0s>. Acesso em: 06 jun. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetórias e reflexões. **Estudo Avançados**, São Paulo/SP, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, Helder Felipe da Silva de. **Juventudes negras, educação profissional e o mundo do trabalho: estratégias de ensino pautadas na escuta de jovens visando à promoção**

de uma educação antirracista. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, 2023.

Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13884396. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 17-33.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: Editora do IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%200Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PASSOS, Joana Célia dos. **Jovens Negros: trajetórias escolares, desigualdades e racismo**. In: 29ª Reunião Anual da ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação de 15 à 18 de Outubro de 2006. Caxambu/MG: 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-1846--Int.pdf>. Acesso em: 09 maio 2025.

PEREIRA, Benedita Vilmária Alves. **Formação Continuada e o trabalho do/a docente de história a partir da formação oficina de implementação da Lei 10.639/03**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2023. Instituto Federal de Goiás-IFG Campus Anápolis/GO, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14725068. Acesso em: 15 jun. 2025.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares Pinheiro. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e de maio de 2008.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

ROMÃO. Vanessa Ferreira. **As questões étnico-raciais nas práticas pedagógicas dos professores do proeja como forma de evitar o epistemicídio negro no currículo integrado**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Mesquita, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifrj.edu.br/xmlui/handle/20.500.12083/1179>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SANTOS, Helena Maria dos. **Educação étnico-racial: Percepções de docentes do curso técnico integrado em mecatrônica do CEFET_MG Campus Divinópolis**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas-Divinópolis/MG, 2024. Disponível em:

https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=628. Acesso em: 20 junho 2025.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da França Bandeira Ferreira. **Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa**. Educação em Revista: v. 40/e41083. p.1-19. 2024. Belo Horizonte/MG. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/8zGBKgJrqYSxrmtPVHfr9CG/?format=pdf&lang=pt> —. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, Ivanir dos. Desafios contemporâneos em prol da liberdade religiosa. **Debates no NER**, Porto Alegre, ano 2021, n. 40, p. 203-210, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/121173>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SAVIANE. Dermeval. **Sobre a Concepção de Politécnica**. Apresentado durante os trabalhos do “Seminário Choque Teórico, realizado no Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Osvaldo Cruz, nos dias 2, 3, e 4 de dezembro de 1987. Rio de Janeiro/RJ.

SILVA, Cristina Aparecida Gonçalves dos Santos. **Lei 10.639/2003 e a prática pedagógica acerca do ensino das religiões de matrizes africanas no ensino médio integrado campus Montes Claros – MG**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais/Campus Montes Claros/MG, 2022. Disponível em: <https://ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profept>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Ingrid Fabiana de Jesus. **Interculturalidade, educação e identidade: uma análise acerca da lei 10.639/2003 na educação profissional e tecnológica do Instituto Federal de Sergipe - campus Estância**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14053744. Acesso em 18 jun. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. Colorismo. In: RIOS, Flávia (org.); SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2023, p. 77-84.

SOUZA, Jessé Freire de. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário.(org.); OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e desigualdades racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p. 45-62.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zarár, 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas. 1987.

VIGOYA, Mara Viveros; PINHO, Osmundo. Interseccionalidade. *In*: RIOS, Flávia (org.); SANTOS, Marcio André dos; RATTTS, Alex. **Dicionário das relações étnico- raciais contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: editora: Perspectiva, 2023, p. 194-200.

ANEXO A – PB-PARECER CONSUBSTANCIADO CEP 7087579

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/
IFS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação das Relações Étnico-Raciais no IFS/Socorro Sob a Perspectiva da Formação Integral

Pesquisador: MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 78125024.1.0000.8042

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.087.579

Apresentação do Projeto:

Este projeto tem como objetivo analisar como a educação das relações étnico-raciais preconizada pela Lei 10.639/2003 faz-se presente no currículo e na prática pedagógica dos cursos técnicos do IFS-Campus Socorro. Como objetivos específicos, intenciona investigar como as políticas das relações étnico-raciais são implementadas na comunidade escolar do IFS, Campus Socorro e destacar a importância da educação étnico racial no ensino médio integrado junto à comunidade escolar. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e explicativa. Quanto ao procedimento será uma pesquisa-ação utilizando a observação participante com o emprego de diário de campo e entrevistas. O campo de investigação da pesquisa será no curso técnico de nível médio integrado Sistemas de Energias Renováveis.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como a educação das relações étnico-raciais, preconizadas pela Lei 10.639/2003, faz-se presente no currículo e na prática pedagógica do

curso técnico integrado em Sistemas de Energia Renováveis no Campus Socorro.

Objetivo Secundário:

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/
IFS**



Continuação do Parecer: 7.087.579

Investigar como as por realizar rodas de conversas para destacar a importância da educação étnico racial no ensino médio integrado junto à comunidade escolar e elaborar uma cartilha que promova em seu conteúdo uma educação antirracista. Políticas das relações étnico-raciais são implementadas na comunidade escolar do Campus/Socorro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Ressaltamos que os riscos com relação aos participantes da presente pesquisa poderão ocorrer constrangimentos e incômodos, pois os temas da pesquisa se inserem no contexto social e psicológico por se tratar de racismo, preconceitos e bullying. Com isso, memórias de sofrimentos vivenciados poderão vir à tona, e com isso constranger ou incomodar. Para mitigar tais ocorrências, tomaremos as seguintes providências: 1. Informar aos participantes da pesquisa sobre os conteúdos abordados. 2. Que terão todo o direito de não responder perguntas que não desejam responder e que lhe traga incômodos e constrangimentos ou outros sentimentos negativos; 3. Poderão desistir de continuar a participar da presente pesquisa em qualquer momento sem com isso acarretar qualquer problema aos participantes.

Benefícios:

Os benefícios que trarão para os participantes da presente pesquisa: 1. Contribuição para a construção da cidadania. 2. Contribuição para iniciar formação sobre a educação das relações étnico-raciais; 3 - Contribuição para adquirir conhecimentos sobre a relevância da educação das relações étnico-raciais no curso de Sistemas de Energia Renováveis, no convívio com a comunidade escolar e nas relações pessoais e sociais na sociedade como um todo. 4. Contribuir para compreender a história da população negra de forma positiva e sem estereótipos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Observar o item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia
Bairro: Jardins **CEP:** 49.025-330
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3711-1422 **E-mail:** cep@ifs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/
IFS**



Continuação do Parecer: 7.087.579

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos:

- Projeto Básico
- Projeto Completo
- Carta de Anuência da Instituição
- TALE (menor de 18)
- TCLE (gestor e responsáveis)
- Termo de Confidencialidade
- Folha de Rosto

Recomendações:

Realizar a correção da sigla onde se lê "FABITEC" deve ser escrito "FAPITEC" (página 6).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando o 2º retorno, a pendência restante foi:

4) No Roteiro de Entrevistas para o Diretor Geral (4, 6, 7, 8 e 9), Gerente de Ensino (3, 5 e 11) e Coordenador de Curso (7 e 8), é necessário reestruturar algumas perguntas para que não induzam a resposta do participante da pesquisa. As perguntas listadas anteriormente precisam ser reescritas de modo a permitir a livre expressão do participante e a pesquisadora deve avaliar o risco de constrangimento e desconforto em detrimento da real necessidade da pergunta para responder aos objetivos da pesquisa.

Avaliação: Nesta versão, a pesquisadora decidiu suprimir os questionários para Gerente de Ensino e Coordenador de Curso. As perguntas para Diretor Geral foram reescritas objetivando a trazer o relato do pesquisado, sem influenciar sua resposta.

- Pendência Atendida

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2281226.pdf	13/08/2024 18:10:51		Aceito
Outros	Cartacomjustificativasalteracoesdas	13/08/2024	MARIA RAIMUNDA	Aceito

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/
IFS**



Continuação do Parecer: 7.087.579

Outros	entrevistas.pdf	18:09:10	SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Roteiro de entrevista para gestor alterado.pdf	13/08/2024 18:00:20	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.pdf	27/05/2024 18:37:36	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	ROTEIRO DAS RODAS DE CONVERSAS.pdf	27/05/2024 18:36:40	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGESTÃO.pdf	27/05/2024 18:35:25	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Carta_de_anuência_.pdf	27/05/2024 18:04:21	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo Registro de Consentimento Responsável pelo menor assinado.pdf	12/02/2024 21:52:00	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo Registro de Consentimento Livre e Esclarecido Menor 2 assinado.pdf	12/02/2024 21:50:58	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Termo de outorga FAPITEC.pdf	05/02/2024 18:12:06	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Termo de compromisso e confidencialidade 2 assinado.pdf	05/02/2024 18:05:27	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Termo de autorização de uso de imagem de depoimento 3 assinado.pdf	05/02/2024 17:48:26	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
Outros	Autorização de uso de arquivos dos dados de pesquisa 1 assinado.pdf	05/02/2024 17:44:41	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo Registro de Consentimento Responsável pelo menor assinado.pdf	05/02/2024 17:38:02	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo Registro de Consentimento Livre e Esclarecido Menor 2 assinado.pdf	05/02/2024 17:35:24	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Termo Registro de compromisso e consentimento Maiores de 18.pdf	05/02/2024 17:30:23	MARIA RAIMUNDA SANTANA	Aceito

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/
IFS**



Continuação do Parecer: 7.087.579

Justificativa de Ausência	TermoRegistrodecompromissoeconsentimentoMaioresde18.pdf	05/02/2024 17:30:23	ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoo.pdf	05/02/2024 16:51:51	MARIA RAIMUNDA SANTANA ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 19 de Setembro de 2024

**Assinado por:
Graziela Goncalves Moura
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP,Loteamento Garcia
Bairro: Jardins **CEP:** 49.025-330
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3711-1422 **E-mail:** cep@ifs.edu.br

ANEXO B – QUESTIONÁRIO VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

QUESTIONÁRIO VALIDAÇÃO DO PRODUTO “RODAS DE CONVERSAS – FALAS PRETAS

CURSO _____ ANO _____

IDADE _____

RAÇA/COR: _____

1. Dos temas tratados nas Rodas de Conversa, qual ou quais dele (s) você mais gostou? (se quiser pode marcar mais de uma alternativa)

- ☐ 1ª Movimento de Mulheres Negras e a Auto-Organização de Mulheres Negras Rejane Maria
- ☐ 2ª O Racismo Como Estratégia de Ausências
- ☐ 3ª Cabelo Crespo – Símbolo de Identidade
- ☐ 4ª O que é uma Educação Antirracista e as conquistas do Movimento Negro

2 – Como você classificaria as Rodas de Conversas:

- ☐ Interessantes
- ☐ Importantes
- ☐ Necessárias
- ☐ Insignificantes
- ☐ Desnecessárias

3 - Aprovou as palestrantes e os palestrantes?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4 – As Rodas de Conversas contribuíram para proporcionar conhecimentos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5 – As Rodas de Conversas contribuíram para:

- ☐ aprofundar seus conhecimentos sobre as temáticas discutidas
- ☐ conhecer pela primeira vez as temáticas discutidas

6 – Debater sobre racismo, preconceitos racial, cabelo crespo e as histórias da população negra no espaço escolar:

- ☐ Não é importante
- ☐ É pouco importante pois se perde os conteúdos da aula para poder assistir às rodas
- ☐ É muito importante
- ☐ Interessante, mas prefiro ver essas temáticas na aulas que servem para o ENEM

7 – Estudar a História e Cultura da População Negra e Africana no espaço escolar é importante, para:

- ☐ Conhecer de forma positiva as contribuições do povo negro e africano para a formação e construção do Brasil
- ☐ É importante porque as/os estudantes negros têm direito de conhecerem a história dos seus antepassados e a sua própria história sem estereótipos e preconceitos.
- ☐ Contribui para valorizar e elevar a auto-estima das alunas e alunos negros, pois se veem representados nas temáticas estudadas nas salas de aula.
- ☐ Contribui para diminuir o racismo, preconceitos e discriminações no espaço escolar
- ☐ Contribui para uma convivência de respeito no espaço escolar.

8 – Em qual das disciplinas estuda as temáticas que foram debatidos nas Rodas de Conversas?

- ☐ Língua Portuguesa II
- ☐ Arte
- ☐ Língua Inglesa II
- ☐ Educação Física II
- ☐ Biologia II
- ☐ Geografia II
- ☐ História II
- ☐ Sociologia II
- ☐ Filosofia II
- ☐ Matemática II
- ☐ Química II

- () Física II
- () Eletricidade II
- () Projetos e Instalações Elétricas Residenciais
- () Biocombustíveis e Biomassa
- () Saúde, Meio-ambiente e Segurança do Trabalho
- () Projeto Integrador II
- () Em nenhuma das disciplinas

9 – Durante a realização das Rodas de Conversas, o que destaca como negativo ou como ponto fraco ?

10 – Dê sugestões sobre temas para serem debatidas nas rodas de conversa de 2025.
